

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NATHALIA DOS SANTOS NICOLAU

CLUBES AGRÍCOLAS:

Um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais (1942-1958)

Niterói-RJ

2016

NATHALIA DOS SANTOS NICOLAU

CLUBES AGRÍCOLAS:

Um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais (1942-1958)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: **Laura Antunes Maciel**

Niterói-RJ

2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

N639 Nicolau, Nathalia dos Santos.

Clubes agrícolas : um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais (1942-1958) / Nathalia dos Santos Nicolau. – 2016.

119 f. : il.

Orientadora: Laura Antunes Maciel.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

Bibliografia: f. 119-123.

1. Agricultura - Sociedades, etc. 2. História. 3. Brincar e Aprender (Revista). 4. Educação rural. I. Maciel, Laura Antunes. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

NATHALIA DOS SANTOS NICOLAU

CLUBES AGRÍCOLAS:

Um projeto de educação, trabalho e cooperação para jovens rurais (1942-1958)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Laura Antunes Maciel (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Alexandra Lima da Silva (Arguidor)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Sonia Regina de Mendonça (Arguidor)
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Alessandra Frota Martinez de Schueler (Suplente)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFF

Profa. Dra. Magali Engel (Suplente)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Niterói

2016

Para Tio Cezar e Tia Neuza que se tornaram meus anjinhos durante o período dessa dissertação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me permitir concluir esse sonho e por colocar pessoas tão importantes na minha vida que ajudaram de diferentes formas, para a realização deste mestrado.

Gostaria de agradecer a minha orientadora Prof^a Dr^a Laura Maciel, por não só aceitar minha orientação, como sempre acreditar no meu trabalho e no meu potencial e nunca me abandonar em sequer um momento, principalmente nas horas de maior dificuldade, sempre me dando força e dizendo que estaria comigo além, da contribuição fundamental para a dissertação tomar forma.

Agradeço também, a Prof^a Dr^a Sonia Mendonça que acompanhou minha trajetória sendo minha orientadora na graduação, por todo apoio que tem me dado durante anos e por aceitar participar da banca de qualificação e defesa colaborando com seu conhecimento. Meus sinceros agradecimentos a Prof^a Alessandra Schueler, que aceitou o convite para participar da banca de qualificação e trouxe sugestões de enorme valor pra continuidade da dissertação e a Prof. Dr^a Alexandra Silva, por ter aceito participar da banca da defesa e poder fazer uma leitura rica e colaborar para a finalização desse trabalho.

A minha família por todo suporte, seja ele financeiro ou emocional, pois foram indispensáveis para chegar onde estou: Minha vó que me acompanha em todas as etapas; meus pais por me darem muito amor; meu irmão que esteve do meu lado nas horas que mais pensei em desistir e me dar uma “variação temporal de momento linear”; minha cunhada Viviane, que vai além desse título, ou seja, se tornou minha amiga, minha irmã e minha “namorada”; aos meus tios e tias que sempre buscaram saber de

que forma poderiam me auxiliar pra que nada saísse pesado; as minhas primas por todo carinho e claro a Zoe minha companheira fiel e diária.

Os amigos também foram de enorme importância nessa caminhada: A Mila, Malu e tia Solange por mesmo eu estando um pouco ausente sempre estiveram presentes na minha vida sendo minha outra família; a Amanda que vai ser sempre o presente precioso que a escolha de fazer história na Uff me proporcionou; ao Pedro que acompanhou toda a minha vida acadêmica e sempre esteve disposto a me acudir; ao Rafael que mais que amigo se tornou um grande irmão; a Evelin (Eveling) por ser uma amiga maravilhosa e super atenciosa quando mais precisei; ao Jonathas por todo carinho e apoio; ao Igor pelas conversas e por procurar sempre me animar e a Lilian (minha psicóloga) por tentar me dar freios para não enlouquecer.

Quero deixar meu muito obrigada as “Galerosas”, presente mais que especial que o mestrado poderia me dar, elas que passaram por todo esse processo comigo, desde a primeira aula até o desespero das entregas e claro, nos momentos de descontração. A Camila que é minha “cara-metade” nessa estrada sempre juntas em pesquisas, arquivos, escritas, noites mal dormidas, congressos e histórias divertidas.

Aos integrantes do Núcleo Estado e Poder, principalmente Melissa, Mauricio, Carol, André e Clarice, por transmitirem mais que seus conhecimentos, mas também as boas vibrações em todas as reuniões e a Juceli, a mãezinha uffiana que tenho o privilégio de ter na minha vida.

E por fim, agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar a minha pesquisa de dissertação, possibilitando chegar ao fim do mestrado de forma plena.

RESUMO

O trabalho analisa os Clubes Agrícolas, instituições educacionais sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, anexas às escolas primárias rurais subordinadas ao Ministério da Educação e Saúde, no período de 1942 até 1958. A partir dos documentos analisados – legislação, imprensa, relatórios ministeriais, cartilhas e manuais – procurei durante o processo de pesquisa situar os diversos debates, perspectivas e projetos sobre a educação rural em disputa naquele período, visando compreender a criação, difusão e organização dos clubes agrícolas. Outro objetivo foi acompanhar o percurso histórico de gestação e expansão dos Clubes Agrícolas, procurando evidenciar seus objetivos, desde o esboço inicial, as transformações e permanências que nortearam a campanha para sua expansão a nível nacional. Com base na análise da revista *Brincar e Aprender*, criada e distribuída pelo Serviço de Informação Agrícola, procurei identificar as principais atividades propostas aos professores e alunos, analisando as estratégias para transformar o periódico em um material didático-pedagógico para os clubistas e suas famílias. Além disso, procurei analisar a atuação da revista como um veículo de comunicação e integração entre os clubes, assim como de propaganda do clubismo durante o período.

PALAVRA – CHAVE: Clubes Agrícolas – Revista Brincar e Aprender - Educação Rural

SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ABE – Associação Brasileira de Educação

ACAR-MG – Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais

AIB – Ação Integralista Brasileira

AIIA – Institute of Inter American Afair

CBAPGA – Comissão Brasileira-Americana para produção de Gêneros Alimentícios

CBAR – Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais

CES 4-S – Comitê Estadual de Clubes 4-S

CNEP – Comissão Nacional de Ensino Primário

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CT's – Centros de Treinamentos

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária

ETA – Escritório Técnico Americano

FNEP – Fundo Nacional de Ensino Primário

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MA – Ministério da Agricultura

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MES – Ministério da Educação e Saúde

MTIC – Ministério do Trabalho, Industria e Comércio

OEA – Organização dos Estados Americanos

SDA – Serviço de Documentação Agrícola

S.I.A – Serviço de Informação Agrícola

SAAT – Sociedade dos Amigos de Alberto Torres

SEAV – Serviço de Ensino Agrícola e Veterinário

SLPB – Sociedade Luiz Pereira Barreto

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ILUSTRAÇÕES

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Formação e Vínculos de intelectuais que se destacaram na formação de projetos de Educação Rural.....	30-32
Quadro 2: Número de Clubes Agrícolas registrados no S.I.A.....	53
Quadro 3: Publicações distribuídas pelo Serviço de Documentação Agrícola.....	65
Quadro 4: Sementes distribuídas pelo Serviço de Documentação Agrícola.....	66

ÍNDICE DE FIGURA

Figura 1: Logo dos Clubes 4-S.....	67
Figura 2: Sem título (manual dos Clubes 4-S).....	70
Figura 3: Sem título (manual dos Clubes 4-S).....	70
Figura 4: Anúncio de cursos populares de agricultura ministrados , entre outros por Guaraci Lavor e Pinto Lima.....	74
Figura 5: “Nossa Estante” – Anúncio de publicação do S.I.A.....	76
Figura 6: Sem Título (Brincar e Aprender).....	81
Figura 7: Sem título (Brincar e Aprender).....	81
Figura 8: “Quem nunca plantou jamais sentiu a alegria de colher que estas duas clubistas agora experimentam.”.....	82
Figura 9: Técnica de plantio de tomate.....	83
Figura10: “Aprender Fazendo”.....	83
Figura11: “Nos Clubes Agrícolas o caminho da redenção”.....	87
Figura 12: “Brincando e Aprendendo”.....	89
Figura 13: “Pratique desde cedo...pertença ao Clube Agrícola”.....	89
Figura 14: “Os Clubes Agrícolas já contam até com a colaboração do exercito”.....	91
Figura 15: “Isto também é material escolar”.....	97.
Figura 16: Professoras normais durante aprendizado prático em Clube Agrícola.....	106
Figura 17: Curso de aperfeiçoamento de professoras no estado do Rio de Janeiro.....	113
Figura18: Curso de educação rural oferecido as professoras pelo Ministério da Agricultura.....	113

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 - Educação Rural no Brasil: debates, perspectivas e projetos.....	18
1.1 Concepções e projetos de “Educação Rural” em disputa.....	19
1.2 Outros valores para o rural: cooperação, desenvolvimento técnico e produção racional.....	42
Capítulo 2 - Clubes Agrícolas: do esboço a Projeto Nacional	48
2.1 A criação dos Clubes Agrícolas e a dignificação do trabalho rural	48
2.2 Objetivos e organização dos Clubes Agrícolas	59
2.3 Clubes 4-S e Clubes Agrícolas Escolares: diferenças e semelhanças.....	67
Capítulo 3 –<i>Brincar e Aprender</i>: uma revista para os Clubes Agrícolas	73
3.1 <i>Brincar e Aprender</i> – Criação, organização e temas	73
3.2 Atividades destinadas aos jovens rurais na <i>Brincar e Aprender</i>	81
3.3 O projeto dos Clubes Agrícolas nos artigos da <i>Brincar e Aprender</i>	86
3.4 Conversas com as professoras	106
Considerações Finais.....	116
Fontes	119
Bibliografia	120

Introdução

A pesquisa sobre os Clubes Agrícolas é originária da graduação em História realizada na Universidade Federal Fluminense, onde tive contato com os estudos sobre as políticas voltadas para o campo brasileiro e, também as primeiras experiências em pesquisa através da Bolsa de Iniciação Científica do CNPQ em projeto orientado pela Professora Doutora Sonia Regina de Mendonça.

Dessa iniciação à pesquisa e desses anos de estudo nasceu meu trabalho de conclusão de curso com o título: *Educação Rural no Brasil: O caso dos Clubes Agrícolas (1940-1960)*. Durante esse trabalho tive acesso parcial¹ a parte da documentação, principalmente a *Revista Brincar e Aprender*, de suma importância para compreender estratégias de atuação e propaganda dos Clubes, assim como as atividades cotidianas que desenvolviam.

Na retomada da pesquisa sobre os Clubes Agrícolas, apresentada como projeto de Mestrado e agora finalizada nesta dissertação, ampliei meu interesse inicial e formulei novas perguntas e problemas, de modo a realizar uma reflexão crítica sobre os debates sobre a criação dos Clubes Agrícolas assim como acompanhar o processo de estruturação dos mesmos, procurando reconhecer os objetivos desse projeto educacional, formulado e vinculado ao Ministério da Agricultura e outras agências (nacionais e internacionais), voltados para a formação das crianças e jovens do campo.

Acompanho o percurso histórico de formulação e implementação do projeto dos Clubes Agrícolas, ainda nos anos iniciais da década de 1930, mas a pesquisa teve como objetivo principal examinar mais a fundo a organização e proliferação dos Clubes, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1940 –quando a política estatal a

¹ A coleção da revista presente no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, não se encontrava totalmente acessível para consulta no período da realização da pesquisa para a monografia.

eles destinada se torna mais ampla e se intensifica a campanha pela criação de clubes – até o final da década seguinte, quando outras concepções de “educação para o campo” ganharam força e a responsabilidade pela formulação e administração das políticas educacionais foram transferidas para o âmbito do Ministério da Educação e Saúde. O Ano de 1942 é tido como marco pois é onde se observa que o projeto dos Clubes se torna nacional, principalmente com a criação da Revista Brincar e Aprender neste ano.

Não se pode perder de vista que toda disputa que circunda a Educação Rural e portanto, os Clubes Agrícolas deriva da penetração dos valores capitalistas no campo de forma embrionária e sob forte influência do imperialismo norte-americano.

Os Clubes Agrícolas aqui analisados foram criados junto as escolas primárias com objetivo de complementar a educação de crianças e jovens, entre 8 e 18 anos matriculados ou não na escola, para o trabalho com a terra. Para entender a sua criação e difusão em varias regiões do país, acompanhei os debates em torno da Educação Rural ao longo do período analisado, marcada pela luta de classes e por embates dentro da própria classe dominante em torno de diferentes concepções e projetos para o campo e para as crianças e jovens que nele viviam e trabalhavam. Os projetos para a educação, como todos os demais projetos sociais numa sociedade de classes, são formulados no interior da sociedade civil e expressam os embates entre classes, os valores e os interesses sociais distintos que buscavam ser hegemônicos através das políticas públicas.

Dessa forma, levando em consideração que o período coberto pela pesquisa atravessa conjunturas históricas distintas – desde a ditadura civil do “Estado Novo” até os anos e processos que ficaram conhecidos como o “desenvolvimentismo” – procurei acompanhar como as diretrizes educacionais formuladas ao longo desses anos expressam os interesses sociais e econômicos e concepções que os embasam. Nesta

análise me orientei pelas formulações teóricas de Antonio Gramsci sobre o conceito de Estado Ampliado, a respeito dos conflitos entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil, travadas por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia. Ou seja, procurei acompanhar as tensões e embates, entre diferentes sociedades civis e órgãos públicos – Associação Brasileira de Educação (ABE), Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Sociedade Luiz Pereira Barreto, Ministério da Educação e Saúde e Ministério da Agricultura –, assim como entre intelectuais com formação e trajetória diversas que, entre as décadas de 1930 e 1950 disputavam a instituição e consolidação de um projeto hegemônico de educação rural no período.

No levantamento bibliográfico realizado constatei que em geral os trabalhos sobre os Clubes Agrícolas abordam a constituição dos mesmos em um estado ou em uma região específica. De qualquer forma, são trabalhos que permitem compreender a abrangência nacional do movimento de constituição de clubes, além de permitir a observação de especificidades nas experiências concretas de implantação do projeto clubista junto a diversos sistemas escolares.² Investi, também, no diálogo com estudos sobre outras temáticas abordadas neste trabalho como as sociedades e grupos promotores de congressos de educação, a estruturação e reformulação do Serviço de Informação Agrícola e do Ministério da Agricultura e, ainda, sobre as políticas públicas definidas para as questões investigadas ao longo do período abordado.

A pesquisa documental realizada sobre Educação Rural englobou o levantamento de legislação para acompanhar o processo de criação e regulamentação do ensino agrícola ao longo do período analisado e, também, relatórios ministeriais, anais

² FIORI, Neide Almeida. "Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola". *Perspectiva*. Florianópolis, v.20, n. Especial, pp. 231-260, jul./dez.2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10286/9559>; PEREIRA, Priscilla Leandro. Os clubes agrícolas escolares na Paraíba (1930-1934). *Relatório de pesquisa* do projeto "Grupos Escolares e Escolas Rurais na Paraíba: interfaces histórico-educacionais na cidade e no campo (1930-1937)".

de congressos, fóruns de debates e embates para conhecer autoria e conteúdo de teses e projetos propostos para a educação rural. Além disso, realizei a leitura de alguns jornais diários cariocas e paulistas – principalmente o *Correio da Manhã*, *Diário da Noite*, *Correio Paulistano*, *Correio de S. Paulo*, *A Noite*, *Jornal do Commercio* (RJ)– para acompanhar a repercussão desses projetos, e as forças sociais que se mobilizaram em apoio e crítica. Pesquisei, ainda, bases de dados biográficos localizados na internet, como *Dicionário Bibliográfico* da FGV e a *base de Personagens e Pioneiros da Universidade Federal de Viçosa*.

Especificamente sobre os Clubes Agrícolas pesquisei desde registros produzidos pelos próprios Clubes Agrícolas – disponíveis em sua totalidade através de reprodução e publicação via terceiros – quanto outros documentos produzidos para os clubes como os volumes significativos da *Série Clubes Agrícolas*, publicados pelo Serviço de Informação Agrícola e encontradas na Biblioteca Nacional (RJ).

Outra documentação fundamental para a compreensão das atividades dos Clubes, é a coleção da *Revista Brincar e Aprender* lançada em 1942 como “órgão oficial dos clubes agrícolas” editada pelo Serviço de Informação Agrícola, um órgão do Ministério da Agricultura, responsável também pela difusão, cadastro e propaganda desses Clubes, além de outras funções administrativas. O acervo da revista é formado por alguns volumes publicados na década de 1940, mas em sua maioria, os exemplares são da década de 1950, compondo uma coleção formada por números publicados entre 1944-1945; 1948-1949; 1951, 1958-1960. A *Brincar e Aprender* apresenta em seus volumes as atividades cotidianas dos Clubes Agrícolas, que são contadas na maioria das vezes pelas professoras, além de reflexões de agrônomos e outros profissionais sobre o meio rural e a educação e, também, jogos, poemas e sugestões de atividades práticas

com a terra dirigidas para as crianças e que poderiam ser postas em prática pelas professoras, elaboradas pelos redatores da revista.

Assim, a partir dos resultados reunidos durante a pesquisa apresento as questões e reflexões que foram organizadas em três capítulos sobre a temática aqui apresentada. No primeiro capítulo, *Educação Rural no Brasil: debates, perspectivas e projetos* acompanho diferentes debates que mobilizaram diferentes intelectuais e entidades para a formulação de projetos de educação rural, formulados ao longo dos anos 1930/50. Para isso, neste capítulo dei visibilidade à atuação de grupos e sociedades envolvidas no chamado “ruralismo pedagógico”, particularmente aqueles que possibilitem entender a criação, difusão e organização dos clubes agrícolas, concretizados sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura ou a ele vinculados.

No segundo capítulo, *Clubes Agrícolas: do esboço a Projeto Nacional*, acompanho desde as primeiras iniciativas de instalação de clubes em escolas até os desdobramentos da campanha, desencadeada pelo Serviço de Informação Agrícola (S.I.A.) do Ministério da Agricultura, para proliferação nacional do movimento clubista. Ainda neste capítulo, analiso a estrutura, composição e objetivos definidos pelo S.I.A., órgão que administrava os Clubes Agrícolas.

No terceiro capítulo, *Brincar e Aprender: uma revista para os Clubes Agrícolas*, busco compreender o papel da imprensa no projeto de expansão e sustentação dos Clubes Agrícolas e, para isso, analiso a Revista *Brincar e Aprender*, criada em 1942, identificando conteúdos, linguagens e atividades propostos a professores e alunos. Além da revista, recorro a um conjunto de publicações que compõem a *Série Clubes Agrícolas* elaboradas com objetivos distintos e destinadas a públicos também diversos, observando estratégias e instrumentos para orientar a criação e funcionamento dos

clubes e, também, como se consolidam relatos que sistematizam a memória dessas ações.

Capítulo 1 - Educação Rural no Brasil: debates, perspectivas e projetos.

Esse capítulo aborda diferentes debates e projetos de educação rural, formulados ao longo dos anos 1930/50, em escolas primárias por iniciativa do Ministério da Agricultura ou a ele vinculados destacando, particularmente, iniciativas que possibilitem entender a criação, difusão e organização dos clubes agrícolas.

As fontes mais importantes neste capítulo serão os fundos documentais do Serviço de Informação Agrícola (S.I.A.), os periódicos e relatórios do Ministério da Agricultura, leis e decretos sobre o tema e uma bibliografia que abrange o debate da educação como um todo para que possamos entender os atores significativos envolvidos com o ensino agrícola.

Para isso se fez um estudo sobre importantes agências do Estado Restrito como os Ministérios da Agricultura e o Ministério da Educação e Saúde que disputaram a hegemonia em torno da educação para o campo e quem as compunha. Além disso, procurou-se averiguar os atores da Sociedade Civil envolvidos na formulação de projetos educacionais para o campo.

Como o objetivo central da dissertação é acompanhar a formulação e expansão dos Clubes como um projeto de dimensão nacional aprofundei as diretrizes nacionais para a educação e recorri a projetos e práticas nos âmbitos municipal e estadual apenas para fins de entendimento e contextualização. Sempre que necessário para melhor compreensão, recuei um pouco no corte cronológico aqui definido, para que o processo ficasse mais claro e seja possível entender quando e como tomaram forma as práticas de educação para a população rural, quais foram as metas definidas, assim como as mudanças sociais e econômicas nas áreas rurais, e as transformações que o avanço do capitalismo provocou nesse meio.

1.1 –Concepções e projetos de “Educação Rural” em disputa

O ensino agrícola tornou-se uma responsabilidade do Ministério da Agricultura desde sua criação na Primeira Republica (1909). Mendonça, em seus estudos, faz uma pesquisa profunda sobre o MA desde sua criação e nos explica sobre as entidades patronais agrárias que disputam a hegemonia após a reconfiguração político-econômica vinda com a abolição.³ Segundo ela, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) foi a grande responsável pela criação da pasta e muitos de seus membros fizeram parte dos seus quadros dirigentes:

“Veículo e veiculador de propostas “modernizantes” elaboradas por frações de classe dominante agrária brasileira secundarizadas no bloco no poder, a Pasta da Agricultura não abrigaria, em seus quadros, porta-vozes da grande burguesia paulista. Com isso, somente viabilizaria políticas agrícolas favoráveis às demandas formuladas pela SNA, dentre elas sua política de “Ensino Agrícola” calcada em práticas de arregimentação de mão-de-obra, porém justificadas em nome da Educação, tida como veículo promotor da transformação do *rustícola* em *trabalhador nacional*.”⁴

Articuladas às “estações agrônômicas, mecânica agrícola, campos de experimentação e institutos de biologia agrícola”⁵ as propostas formuladas para o ensino rural que se concentraram sob a responsabilidade da pasta da agricultura incluíram as seguintes modalidades:

“Art. 2º O ensino agrícola terá as seguintes divisões:

- 1º Ensino superior.
- 2º Ensino médio ou teórico-prático.
- 3º Ensino prático.
- 4º Aprendizados agrícolas.
- 5º Ensino primário agrícola.
- 6º Escolas especiais de agricultura.
- 7º Escolas domésticas agrícolas.

³ De um lado teríamos a Sociedade Paulista de Agricultura, mais tarde denominada Sociedade Rural Brasileira (SRB) – com representantes da burguesia cafeeira paulista - e de outro a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) – criada no Rio de Janeiro e que agremiava produtores do eixo nordeste/sul e defendiam a diversificação da agricultura. Ver em: MENDONÇA, Sonia Regina de. Conflitos intraestatais e políticas de educação agrícola no Brasil (1930-1950). *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, Edunioeste, v. 10, 2007, p. 246

⁴ *Id. Ibid.*, p. 246

⁵ Art. 2º Decreto n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Industria e Comercio.

- 8º Cursos ambulantes.
- 9º Cursos conexos com o ensino agrícola.
10. Consultas agrícolas.
11. Conferencias agrícolas.”⁶

Para cada uma dessas modalidades de ensino foram definidos a estrutura dos cursos, os locais para ensino, os regimes de ensino, o público-alvo, formas de acesso e matrícula, corpo docente, disciplinas, exames, etc. A maioria das iniciativas implementadas foram os chamados Patronatos, “destinados a ministrar, além da instrução primária e cívica, noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária a menores desvalidos”,⁷ criados no interior de postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais.

Outras experiências concretizadas foram os Aprendizados Agrícolas destinados à modalidade de ensino essencialmente prático, para “formar trabalhadores aptos para os diversos serviços da propriedade rural, exploradas de acordo com as modernas praticas agronômicas”.⁸ Portanto, ambos eram projetos de educação voltados “preferencialmente para os filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores rurais” e deveriam preparar os jovens para o cultivo agrícola próprio de suas regiões.

A presença ativa de entidades patronais envolvidas com as questões da agricultura e a formulação de projetos de educação rural foi prevista na composição do Conselho Superior do Ensino Agrônômico, presidido pelo Ministro da Agricultura, com a participação de “três representantes dos diversos ramos de agricultura, nomeados pelo Governo”. Atuando como órgão consultivo, esse Conselho teria por atribuição “auxiliar a ação do Governo na orientação e fiscalização dos diferentes estabelecimentos e

⁶Decreto n. 8.319, de 20 de Outubro de 1910. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento.

⁷ Decreto nº 12.893, de 28 de Fevereiro de 1918.

⁸ Temos que ter em vista a partir de documentos ministeriais como os relatórios, que nem todas as modalidades citadas funcionaram na pratica e outras duraram apenas um período. Decreto n. 8.319, de 20 de Outubro de 1910, op. cit., Cap. XXXI, Art. 268-291.

serviços afeitos [ao] mesmo ensino”. A participação de pessoas e entidades na formulação de projetos e políticas educacionais do Ministério da Agricultura também se evidencia no Art. 526 que regulou a “vulgarização dos conhecimentos agrônômicos (...) por *intermédio dos estabelecimentos oficiais e sociedades de agricultura* e de indústria rural, congressos e comícios agrícolas, círculos de lavradores, concursos e exposições regionais, museus, bibliotecas e publicações agrícolas”.⁹

O capítulo XXXVII do mesmo decreto n. 8.319, de 20 de Outubro de 1910 criou e regulamentou o “ensino primário agrícola” parte integrante do programa “das escolas primárias estabelecidas nas escolas práticas de agricultura, nos aprendizados agrícolas, nos núcleos coloniais, nos centros agrícolas ou em quaisquer estabelecimentos de ensino agrônômico em que se fizer preciso”.

Apesar de não ser pretensão deste trabalho analisar as políticas de educação rural sob o viés de cada estado, para fins de exemplificação podemos acompanhar resultados da pesquisa de Irma Rizzini e Alessandra Schueler,¹⁰ sobre as escolas primárias no Estado do Rio de Janeiro e que nos apresentam dados para a década de 1920 em diante que indicam a existência de escolas isoladas¹¹, mas que foram perdendo força; e Grupos Escolares¹² que estavam sob a jurisdição de cada estado, cujo crescimento aumentou significativamente, principalmente na década de 1930 com o Governo Provisório e a nova política de controle regional por meio dos interventores:

“Nas décadas de 1930 e 1940, reformas nacionais de educação (...) tenderam a conferir organicidade e articulação entre o sistema público nacional e os sistemas públicos estaduais, sob sua coordenação. Mesmo continuando responsáveis pela oferta da

⁹ Decreto n. 8.319, de 20 de Outubro de 1910, op. cit., Disposições Gerais, Art. 526.

¹⁰ RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra. Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954). *Revista de Educação Pública*. Cuiabá, v23, n.54, 2014, p.877-896.

¹¹ Os cursos nas escolas Isoladas tinham duração de três anos. *Id. Ibid.*, p.886.

¹² Os grupos Escolares, segundo Rizzini e Shueler, contavam com professores formados em escolas normais e possuíam um mobiliário adequado e moderno e material didático que ficava por conta do Estado, considerados modernos. “Com duração de cinco anos, os conteúdos ensinados no curso deveriam passar do aprender a ler, escrever e calcular, formando um cidadão com consciência de sua nacionalidade e amor à pátria e também ter algum preparo para o mercado de trabalho.” *Id. Ibid.*, p. 886.

educação primária, os estados passaram a ser submetidos às tentativas de centralização e uniformização da política central”¹³

Reforçando essa ideia a autora Camila Ramal afirma que no final dos anos 1920 tínhamos o chamado “otimismo pedagógico” tomando espaço na política educacional:

“O segundo momento, já com a nomenclatura de “otimismo pedagógico” (1927), [observa-se] a concentração e formação dos Grupos Escolares, das Escolas Normais, do Ensino Secundário, da Organização do currículo, da avaliação, dos planos da sala de aula, da seriação.”¹⁴

Foi nesse período de “otimismo” que o campo e os seus habitantes começaram a ter visibilidade e projetos educacionais passaram a ser formulados pensando em “contribuir para aumentar a população rural e formar o verdadeiro agricultor brasileiro”.¹⁵ Para viabilizar e expandir esses projetos de educação para o campo as escolas primárias foram se interiorizando e se estabelecendo também no meio rural.

A sociedade brasileira considerada até então “essencialmente agrícola” iniciava um processo de desenvolvimento da industrialização, com o crescimento da urbanização crescendo o receio de que as populações rurais “abandonassem o campo” gerando uma queda na produção agrícola. Muitas foram as propostas para resolver essa “questão social”, que não estava desvinculada da questão político-econômica. A crise de 1929 e o novo contexto fez com que especialistas conhecidos como “profissionais da educação”¹⁶ elaborassem projetos educacionais e se organizassem, por exemplo, através da Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 16 de outubro de 1924 como

¹³ RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra. Escola primária no estado do Rio de Janeiro, pp.880-881.

¹⁴ RAMAL, Camila Timpani. O ruralismo pedagógico no Brasil: revisitando a História da educação rural. In: JORNADA DO HISTEDBR, 10, 2011, Vitória da Conquista. *História da educação: intelectuais, memória e política*: [anais]. Campinas: Unicamp, 2011. p.05.

¹⁵ Preâmbulo e justificativa do Decreto nº 12.893, de 28 de Fevereiro de 1918.

¹⁶ Os “profissionais da educação” foram pessoas engajadas em inúmeras reformas estaduais como demonstra MENDONÇA: “Dentre elas vale mencionar a reforma da Educação realizada pelo governo dos estados do Ceará – capitaneada pelo “educador” Lourenço Filho; da Bahia – liderada pelo “pioneiro” do Manifesto da Escola Nova de 1932, Anísio Teixeira, o mais renomado desses especialistas que defendia a educação enquanto um processo capaz de forjar o lema escola-novista do “educar para a vida”; de São Paulo – posta em prática por Fernando de Azevedo; de Minas Gerais – encabeçada pelo antiliberal Francisco Campos, futuro primeiro Ministro da Pasta da Educação, sem falar na da própria Capital Federal, a cargo de Antônio Carneiro Leão, todos eles Educadores profissionais.” MENDONÇA, Sonia Regina de. Conflitos intraestatais e políticas de educação agrícola no Brasil, Op. cit., p.250.

“uma sociedade civil, de adesão voluntária, que reunia professores e interessados em educação, fossem jornalistas, políticos, escritores ou funcionários públicos.”¹⁷

Mendonça¹⁸ aponta que a historiografia sobre a temática do ensino agrícola defende possíveis rupturas em relação a ações voltadas para a educação rural, definindo o início dos anos trinta como um “marco inaugural” desse tipo de ensino e, além disso, como se ele passasse a configurar os projetos do Ministério da Saúde e Educação (MES), criado em 1930, sem que houvesse nenhum tipo de conflito no âmbito da Sociedade Política e Civil.¹⁹

Segundo Oliveira,²⁰ nesse período ocorreu um aumento das reivindicações em prol da União ser responsável pelo ensino e foi dessa forma que se realizou a IV Conferência Nacional de Educação, em 1931, onde foram debatidas “as grandes diretrizes da educação popular no Brasil, tendo como a preocupação central a intervenção federal na difusão do ensino primário, técnico, normal e profissional.”²¹

“Tais debates de cunho ideológico e pedagógico são influenciados pela iniciativa de alguns educadores, que em 1932 lançam o Manifesto dos Pioneiros da Educação que impulsionou grandes transformações na educação brasileira. Para esses entusiastas da educação, para que houvesse desenvolvimento no Brasil era preciso desenvolver as forças econômicas e sociais, sendo necessárias reformas tanto no âmbito econômico quanto educacional.”²²

¹⁷ CUNHA, Luís Antônio. Associação Brasileira de Educação (ABE). Rio de Janeiro, CPDOC, verbetes, s/d. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20\(ABE\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20(ABE).pdf)

¹⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Editora da UFF, 2010, p 41.

¹⁹ Ao considerar a década de 1930 como um “marco inaugural” tem-se a ideia de que não haviam disputas entre as instituições e acreditava-se que a Educação Rural estava “inerente a uma só modalidade e instituição: a chamada “escola típica rural”. Implementada a partir do Ministério da Educação e Saúde, desde 1931”. Ver em: MENDONÇA, Sonia Regina de. As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961). *V Congresso Brasileiro de História da Educação*, 5, 2008, Aracaju: Universidade Tiradentes; Sergipe: Universidade Federal de Sergipe. [Anais] Aracaju – Sergipe: UFS/UNIT, 2008. p. 2.

²⁰ OLIVEIRA, Maria Rida Duarte de. Dos Programas Oficiais para a educação rural aos projetos de educação do campo dos movimentos sociais. *Revista Labor*, Fortaleza, v. 1, p. 1-22, 2008, p.05.

²¹ XAVIER, Libânia Nacif. Para Além do campo educacional: Um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). Bragança Paulista: EDUSF, 2002. Apud: OLIVEIRA, Maria Rida Duarte de. Dos Programas Oficiais para a educação rural aos projetos de educação do campo dos movimentos sociais, op. cit., p.05.

²² *Id. ibid.*, p. 05.

Porém o trabalho de Mendonça nos deixa claro que mais que mudanças houve continuidades e que além de disputas entre essas agências do Estado podemos observar que desde a criação do MA na Primeira República este era responsável pelo Ensino Agrícola nos níveis elementar, médio e superior.²³ Após a criação do MES, e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) o Ministério da Agricultura passou por uma reformulação em que perdeu algumas gerências e áreas de atuação e passou por redefinições administrativas ao longo dos anos, mas manteve sob sua responsabilidade os Patronatos Agrícolas, os Aprendizados Agrícolas e os Clubes Agrícolas.

Ou seja, a fixação do homem no campo e a maior produção da agricultura se tornaram assuntos intensamente debatidos, tanto pelos jornais quanto por intelectuais, para os quais a educação era um meio de conter esse processo. O que se observa é a intensificação dos debates e propostas educacionais, inclusive para o campo, conduzidos por intelectuais e entidades civis, que foi qualificado como “ruralismo pedagógico”:

“O ruralismo pedagógico pode ser caracterizado como uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, no período em questão, formularam ideias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes encontram-se diluídos entre o que se pode perceber como interesses de caráter econômico das classes e grupos de capitalistas rurais ou como interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana. Legitimando e reforçando ambas as posturas, encontram-se os intelectuais ligados à educação, estudiosos do papel da educação rural naquele momento e das características e opções que a escola deveria assumir, a fim de compartilhar o projeto abrangente do Estado Nacional.”²⁴

²³ MENDONÇA, Sonia Regina de. As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961), op. cit., p.02.

²⁴ PRADO, Adonia A. Ruralismo Pedagógico no Brasil do Estado Novo (1937-1945). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1995, n.4, p. 6.

Uma dessas entidades patronais foi a *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, criada no Rio de Janeiro em 1932, mas com Núcleos em outros estados, e sua “a sessão de inauguração foi realizada na sede da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)”.²⁵ Entre os seus objetivos estavam não só realizar encontros e patrocinar alguns congressos sobre educação em geral, como organizar as chamadas Semanas Ruralistas e, principalmente, estimular a criação de Clubes Agrícolas Escolares. Em 1935 a Sociedade já apresentava como suas realizações a realização “com êxito [do] Primeiro Congresso de Ensino Rural. [além de ter] *promovido a criação de centenas de clubes agrícolas e reduzido as semanas ruralistas*”. Continuando, Alberto Sabóia Lima apresenta o programa da entidade:

“A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres vem realizando o seu nobre objetivo de fazer alguma coisa pelo Brasil, coordenando e pregando as ideias do seu patrono, ferindo inteligentemente os problemas nacionais. *Seu programa vai sendo executado com eficiência. Realiza conferências de propaganda e difusão da obra torreana, promove estudos, patrocina publicações*, para atingir, desta forma, a sua finalidade, que é dar ao Brasil um outro rumo — o rumo que ele deve seguir, o rumo que se lhe impõe e do qual, se de fato queremos evoluir, se queremos progredir, avançar, de modo real e positivo e não falso, ilusório, como temos feito, não podemos fugir: esse rumo é o rumo da realidade brasileira, no desejo de *dar ao Brasil uma nova consciência, a consciência dos problemas brasileiros*. (...) Para isto vive a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Sua atividade é contínua.”²⁶

Pinho, levando em conta em sua pesquisa que documentos da SAAT foram perdidos²⁷, acredita que a entidade tenha sido criada por membros da SNA, uma vez que há uma aproximação entre as duas organizações divulgadas em meios de informação, como o *Jornal do Commercio*, que membros da SNA promoveram homenagens a Alberto Torres, além da sede provisória da SAAT funcionar nas dependências da SNA:

“No mês de novembro de 1932, a SNA realizou uma série de conferências em homenagem a Alberto Torres. No mesmo mês, foi fundada a SAAT, e não só sua conferência inaugural, como suas primeiras reuniões foram realizadas nos salões da SNA, que era apontada então como “sede provisória da SAAT”, localizada na Rua

²⁵PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em História, UFMG, 2007, p.171.

²⁶ LIMA, Alberto Sabóia. *Alberto Torres e sua obra*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1935, p. 313.

²⁷ Ver citação em: *Id. bid.*, p.173

Primeiro de Março, número 15. (...) Uma hipótese é que, durante o planejamento e organização da homenagem na SNA, surgiu a ideia da criação da SAAT.”²⁸

As chamadas Semanas Ruralistas, realizadas pelo Ministério da Agricultura desde o início da década de 1930, tinham como propósito a interação com a comunidade rural para divulgar métodos e técnicas “modernas” para agricultura, a oferta de cursos para professores sobre questões pedagógicas, de higiene e atividades agrícolas. Além do mais, contava com exposições de produtos agropecuários da região na qual era realizada, distribuição de sementes e fazia parte do cronograma algumas conferências sobre assuntos gerais. “A primeira Semana Ruralista [organizada pela SAAT] aconteceu em Itanhadú, em julho de 1943, e daí se espalhou por diversos municípios.”²⁹

Em meio a todas essas iniciativas para a Educação Rural em 1933 se realiza a Campanha de Alfabetização na Zona Rural, realizada pelos intelectuais envolvidos no “ruralismo pedagógico”, além disso, houve a realização de concursos para os professores que iriam trabalhar nessas regiões. Mas foi a partir da entrada de Gustavo Capanema a frente do Ministério da Educação que ficaram mais visíveis as disputas em torno da orientação sobre os rumos da educação rural:

“Em suma, na década de 1930, o campo educacional brasileiro era atravessado por disputas entre dois projetos de educação para o país, tendo sido **aparentemente** vitorioso aquele oriundo do ministro Capanema. Tal projeto consistia numa proposta repartida de educação, originalmente encaminhada pelo titular anterior a Pasta, Francisco Campos, e endossado pelos intelectuais católicos, criando duas redes de escolarização: a rede primária profissional, na qual se incluíam o ensino primário, o ensino técnico e a formação de professores para o ensino básico; e a rede secundária, preparadora das “elites” nacionais.”³⁰

²⁸ A autora se apoia no Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, edições de 30 de outubro a 01 de novembro de 1932; de 09 de novembro de 1932; 20 de novembro de 1932; de 24 de novembro de 1932 e de 27 de novembro de 1932. Apud: PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*, op. cit., pp. 174-175.

²⁹ PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*, op. cit., p.183.

³⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*, op. cit., p. 47.

O Ministério da Educação mostrará um lado contraditório ao longo desses anos e podemos nos dar conta disso ao longo da gestão Capanema o qual tinha como ponto crucial a centralização das políticas e o nacionalismo, que foi presente nos projetos de nacionalizar o ensino.

Portanto, é em meio a esse contexto que surgem projetos distintos para a educação de crianças e jovens no meio rural. Objetivo deste trabalho não é se aprofundar nos projetos criados essencialmente pelo MES, mas para entendermos as disputas nos cerne da Sociedade Civil e Política, é necessário acompanhar algumas criações que realizadas pela pasta da Educação ao longo dos anos para debater suas propostas, como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); Comissão Nacional de Ensino Primário (CNEP),³¹ ambos criados em 1938; I Conferência Nacional de Educação³² realizada em 1941 e Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP)³³ regulamentado em 1945.

A Sociedade Civil produziu outras organizações que procuravam por em prática algumas ideias de ensino para o campo, como em 1935 quando se realizou o “1º Congresso Nacional do Ensino Regional, que contribui para a fundação da Sociedade Brasileira da Educação Rural, em 1937, com o objetivo propagar a educação rural”³⁴ e também, a realização do “Primeiro Congresso de Ensino Rural”, organizado pela *Sociedade Luiz Pereira Barreto* (SLPB) em São Paulo de 24 a 27 de agosto de 1937,

³¹ “Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938, que foi composta por sete membros escolhidos pelo Presidente da República dentre pessoas notoriamente versadas em matéria de ensino primário e consagradas ao seu estudo, ou a seu ensino, ou à sua propagação.” Ver em: QUADROS, Raquel dos Santos; MACHADO, Maria Cristina Gomes. (orientadora). Gustavo Capanema: Comissão Nacional de Ensino Primário. In: *XII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação* [Anais]. Universidade Estadual de Maringá. 2013, p.02.

³² “(...) convocada pelo próprio ministro Capanema, com vistas a comprovar, a partir de estudos encomendados ao INEP, as precárias condições do ensino elementar agrícola, (...)” Ver em: MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. op. cit., p. 48.

³³ A proposta era criar novos prédios para as escolas. *Id. Ibid.*, p,48.

³⁴ PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1987. *Apud*: OLIVEIRA, Maria Rida Duarte de. *Dos Programas Oficiais para a educação rural aos projetos de educação do campo dos movimentos sociais*. op. cit., p.05.

saudado nas páginas do *Correio Paulistano* como “o empreendimento que representa (...) alguma coisa de concreto em prol da mudança de mentalidade dos homens do campo”.³⁵

A *Sociedade Luiz Pereira Barreto*³⁶, em “homenagem ao insigne cientista, ao qual a lavoura nacional tanto deve”,³⁷ foi constituída em 1935 nos moldes da *Sociedade Amigos de Alberto Torres* por um conjunto de professores, tinha como presidente a deputada paulista Francisca Rodrigues, vice-presidente o Dr. Medeiros de Camargo e, como secretário Elisiario R. Sousa. Repetidas notícias publicadas pelo *Correio Paulistano* afirmaram que ela era uma sociedade que desenvolvia “um programa mais ou menos semelhante ao da Sociedade Amigos de Alberto Torres”.³⁸

“Em síntese, as finalidades da Sociedade “Luís Pereira Barreto” visam a defesa do homem nacional através da atuação constante do ensino, da higiene, da economia, da sorte que agindo, venha ele a ser um elemento de produção eficiente no município, no estado, no país.”³⁹

Nas palavras de Alberto Sabóia, membro da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres* essa entidade procurava

“irradiar a sua ação de norte a sul do país, (...) patrocinando a criação de núcleos estaduais. Estes focos de difusão foram logo surgindo: em Minas Gerais, Espírito Santo, estado do Rio (Campos), Bahia, Pernambuco, Goiás e recentemente S. Paulo, o grande estado de S. Paulo, (...) já tem também o seu núcleo torreano, orientado por Sud Menucci.”⁴⁰

³⁵ Prosseguem os trabalhos preparatórios do Congresso de Ensino Rural. São Paulo, *Correio Paulistano*, 22 de julho de 1937, p. 5.

³⁶ Para mais informações sobre a Sociedade Luiz Pereira Barreto, ver: MORAES, Agnes Iara Domingos; SOUZA, Rosa Fatima de. Circulação de modelos educacionais para a educação primária rural no Brasil (1910-1971). *XVII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação*, [anais] Unesp-Marília, 2015, p.06. Ver, também: MENEZES, Liz Angelis Padilha de. *Sud Medicci - Educados paulista: Arcaico ou Profeta*, São Paulo, Tese de doutorado, UNINOVE, 2005.

³⁷ *Correio Paulistano*, São Paulo, 5 de maio de 1935, p. 3.

³⁸ RUBENS, Luiz. O ensino rural e o homem do campo. São Paulo, *Correio Paulistano*, 18 de agosto de 1937, p. 6.

³⁹ Sociedade Luiz Pereira Barreto. *Correio Paulistano*, São Paulo, 5 de maio de 1935, p. 3.

⁴⁰ LIMA, Alberto Sabóia. *Alberto Torres e sua obra*, op. cit., p. 314.

Ao enumerar os intelectuais com os quais a *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres* contava para desenvolver suas atividades, Sabóia Lima identifica suas áreas de atuação:

“*Na exegese da obra do seu patrono há as contribuições de Celso Vieira, Carlos Pontes, Alcides Gentil, Paranhos da Silva, Sud Menucci, Mário Casasanta, Belisario Penna, Mendonça Pinto, Carlos Xavier, Fidelis Reis, Raul de Paula, Vieira de Melo, Hélio Gomes, Lourival de Almeida e Carlos Rubens. Com Simões Lopes, José Augusto, Alcides Bezerra, Edgard Teixeira Leite, Lauro Borba, Rafael Xavier, Fernandes Távora, Alberto Sampaio e outros, a Sociedade tem estudado os problemas do nordeste e promoveu uma reunião para o estudo do fenômeno das secas e sua possível solução. Alberto Sampaio, Humberto de Almeida, Magalhães Corrêa, Paulo Roquette Pinto e Lina Hirsch dedicaram-se ao estudo dos diversos aspectos da proteção à natureza no Brasil.*

A necessidade dos lactários e a higiene infantil obtiveram a contribuição de Belisário Pena, Savino Gasparini e José Savaresi. A Sociedade já realizou um curso para professores de Escolas Regionais e sobre os problemas educacionais são valiosos os ensaios de Belo Lisboa, Atílio Vivacqua, Teixeira de Freitas, Everardo Backheuser, Sud Menucci, Fernando Azevedo, Leoni Kassef, Aprígio Gonzaga, Celso Kelly e dos professores estaduais Lourival Hermógenes da Silva, Mário Gonçalves da Rocha, Maria do Carmo Pinto de Oliveira, Ida Marinho Rego, Isaura Silveira, Matilde Brasileira, Ana Silveira Pedreira, Aurora Monteiro da Rocha, Etelvina Cortez Emerenciana e Acirena Braga de Souza.”⁴¹

Durante a pesquisa deparei com variadas formas de articulação entre essas “sociedades” com participação ativa na realização de semanas ruralistas, conferências, cursos e criação de clubes agrícolas, e observei a referência a alguns intelectuais e políticos associados às realizações dessas associações. Por isso, pesquisei e reuni informações sobre eles e sistematizei os resultados na tabela a seguir.

⁴¹ LIMA, Alberto Sabóia. *Alberto Torres e sua obra*, op. cit., p. 313-314. Grifos meus. Os nomes em negrito, são os que mais citados e objeto de pesquisa biográfica cujos resultados foram sistematizados na tabela 1.

Quadro1: Formação e vínculos de intelectuais que se destacaram na formulação de projetos de educação rural

Nomes	Formação e trajetória	Participação em sociedades
Oliveira Viana	Jurista, professor, etnólogo, historiador e sociólogo. Realizou estudos e pesquisas sobre a “formação brasileira” e publicou “Populações meridionais do Brasil” (1922) e “Raça e assimilação” (1932); diretor do Instituto do Fomento do Estado do Rio de Janeiro (1926); consultor jurídico do Ministério do Trabalho (1932-1940); membro da Comissão Especial de Revisão da Constituição (1933-1934); membro da Comissão Revisora das Leis do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Assessor Jurídico do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio; ajudou na elaboração da legislação trabalhista.	SAAT
Belisário Penna (1868-1939)	Médico, Diretoria Geral de Saúde Pública (1904-18), diretor do Serviço de Profilaxia Rural (1918-20), diretor de saneamento rural do Departamento Nacional de Saúde (190-22); chefe do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (1927-28); diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP, 1931) e ministro da Educação e Saúde (1931-2)	SAAT Ação Integralista Brasileira (AIB, membro da Câmara dos 40)
Alcides Gentil	Jurista, jornalista, professor (Escola Normal, Pedro II) e escritor, publicou “Ideias de Alberto Torres” (1938).	SAAT (Fundador e secretário)
Augusto Sabóia Lima	Jurista e magistrado no DF (Juizado de Menores e Vara Criminal), considerado “pupilo de Alberto Torres” publicou “Alberto Torres e sua obra” (1918)	SAAT
Cândido Mota Filho	Advogado do Patronato Agrícola do Estado, professor, jornalista, ensaísta e político paulista (senador, deputado constituinte, prefeito, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura); junto com Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, participou do Movimento Verde-Amarelo; um dos fundadores da Ação Nacional do P.R.P., com programa inspirado no pensamento de Alberto Torres; foi diretor do DIP em São Paulo; Ministro da Educação e Cultura (1954)	SAAT
Paulo Roquette Pinto	Filho de Edgard Roquete Pinto, botânico, Professor, autor de “História Natural”; participou da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (RJ, 1934) organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores	SAAT Sociedade dos Amigos das Árvores (diretor)
Juarez Távora	Militar, participou dos levantes tenentistas e da coluna Prestes, Ministro da Agricultura de Vargas (1932-34), deputado constituinte (1934).	SAAT
Plínio Salgado	Jornalista, escritor e político, fundou e presidiu a Ação Integralista Brasileira;	SAAT
Félix Pacheco	Jornalista, proprietário do <i>Jornal do Comércio</i> , deputado, senador, Ministro das Relações Exteriores (1922-26); fundador e primeiro diretor do Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do DF.	SAAT
Sud Menucci	Professor, geógrafo, sociólogo, jornalista (redator e crítico literário do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> - 1925-31) e escritor; como Diretor geral de Ensino de São Paulo (1931; 1933; 1943-1945), foi responsável pela reorganização do ensino rural no	SAAT (Núcleo SP); Centro do Professorado Paulista (fundador, 1930)

	estado; autor de “Pelo sentido ruralista da civilização” (1935) e de diversos artigos sobre o ensino rural; representou o estado de SP em Conferências Nacionais de Educação, proferiu conferências ruralistas, defendendo a educação para o trabalho agrícola.	
Edgard Teixeira Leite (1895-1983)	Advogado, professor e agrônomo. Dirigiu serviços do Ministério da Agricultura em Alagoas e na Paraíba e foi prefeito de Gameleira (PE, 1919-1922); secretário geral da Sociedade Auxiliadora da Agricultura (1926), mais tarde Sociedade de Agricultura de Pernambuco, a mais antiga associação rural do país; Ligado ao Partido Democrático de Pernambuco, núcleo da Aliança Liberal do estado; Deputado Constituinte (1933-4); deputado federal Partido Social Democrático (PSD/PE); secretário de Agricultura, Indústria e Comércio (RJ- 1947-1950); conferencista da Escola Superior de Guerra, Diretor do Boletim Fluminense de Agricultura e Indústria e colaborador das publicações Revista do Conselho Nacional de Economia, Lavoura e Observador Econômico.	SAAT; SNA (Conselho Superior e segundo vice-presidente); Confederação Nacional de Agricultura; Conselho Consultivo da Associação Latino-Americana de Direito Agrário Sociedade Brasileira de Agronomia Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) Instituto Brasileiro de Colonização
Ildelfonso Simões Lopes (1866-1944)	Deputado Federal pelo RS (1906-1908; 1913-1919; 1922-1930); Ministro da Agricultura (1919-1922); como ministro desenvolveu política de apoio ao ensino voltado para a agricultura e a pecuária; criou e reestruturou várias escolas, entre as quais a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e o Instituto de Química Industrial; promoveu o reconhecimento dos diplomas de agricultura e medicina veterinária e fundou cursos de agricultura prática;	SNA (presidente 1926-1931); SAAT; criador da Confederação Rural Brasileira;
Arthur Torres Filho (1889-1960)	Formado pela Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós (1909); funcionário do Ministério da Agricultura (1909) organizou e dirigiu o Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, foi membro da Diretoria de Organização e Defesa da Produção, dirigiu o Serviço de Economia Rural; Professor catedrático da Escola Nacional de Agronomia (1927); reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1947)	SNA (primeiro-secretário 1929-1931), SNA (vice-presidente 1931-1943); SNA (presidente 1943-1960); SAAT; Confederação Rural Brasileira (vice-presidente 1951)
Juvenal de Godoy	Professor catedrático da Escola Luiz de Queiroz, um dos organizadores da Conferência Nacional Algodoeira (1935), Diretor do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura (SP, 1935)	SLPB
Horácio Silveira	Professor, Superintendente do Ensino Profissional do Estado de São Paulo	SLPB
Domicio Pacheco e Silva	Engenheiro e diretor da Seção de Obras da Prefeitura do Município de São Paulo; diretor do Depto de Estradas de Rodagem (SP, 1934); candidato à Deputado Federal pelo Partido Constitucionalista (1934); Diretor do Depto de Administração Municipal (1934);	SLPB Ação Nacional do PRP/SP (Fundador) Liga da Defesa Paulista (diretor)
Octávio Gonzaga	Médico; Inspetor Chefe dos Dispensários de Higiene e Proteção à Infância (SP, 1933); Presidente da Comissão Executiva da Conferência Nacional de Proteção à Infância; Diretor do Serviço Sanitário (1933)	SLPB
Rogério de Camargo	Diretor do Depto Técnico do Café (1932); membro comissão de alistamento eleitoral (1932, SP 3ª zona) e da Assistência Alimentar aos Soldados nas Trincheiras (1932)	SLPB

Luiz Motta Mercier	Professor, Diretor da Instrução Pública (SP, 1934); Delegado Regional de Ensino (Ribeirão Preto); Conselheiro do Partido Constitucionalista (1935);	SLPB
José de Oliveira Orlandi	Jornalista, Diretor Técnico do jornal cinematográfico “Semana Sonora” (1937); professor secundário formado pela USP (1937); conferencista pela SLPB sobre ruralização do ensino;	SLPB Associação Paulista de Imprensa (1935)
Francisca Pereira Rodrigues (1896-1966)	Professora, jornalista e política; Deputada Estadual Partido Constitucionalista (SP, 1935-37); prefeita de Tatuí; como educadora estimulou criação de escolas primárias, escolas profissionais e clubes agrícolas; uma das organizadoras do Primeiro Congresso de Ensino Rural	SLPB (Fundadora e presidente) Bandeira Paulista de Alfabetização (fundadora, 1933)
Alberto José Sampaio (1881- 1946)	Botânico, cientista, ativista, professor e chefe da Seção de Botânica do Museu Nacional; pioneiro na defesa da preservação ambiental; Relator da <i>Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza</i> (Boletim do MN, RJ, 1935) organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores	SAAT Sociedade dos Amigos das Árvores (fundador, 1931)
Mario Casasanta (1898-1963)	Professor, pesquisador, escritor, advogado, promotor de justiça, inspetor de ensino, gestor de órgãos públicos em Minas Gerais	SAAT (Núcleo MG)
Luís Simões Lopes (1903-1994)	Engenheiro agrônomo, funcionário do Ministério da Agricultura (1924-30); chefe de gabinete Presidência da República (1930-37); presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP, 1938-45); presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 1944-??)	SAAT SNA (1960-79)
Fernando Azevedo (1894-1974)	Advogado, professor, expoente do movimento da Escola Nova; diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal de 1926 a 1930, e de São Paulo (1933; 1942).	SAAT Centro Regional de Pesquisas Educacionais (diretor, SP, 1942) Companhia Editora Nacional (fundador e diretor SP, 1951-66)
Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956)	Advogado; estatístico; Diretoria Geral de Estatística (1908-); autor ensaio estatístico sobre educação primária (1934); diretor da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação (1934);	SAAT Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1936-48)
Hélio Gomes	Professor, membro da comissão da SAAT para criação de núcleos regionais; autor ???	SAAT (vice-presidente 1937)

Fonte: Dados reunidos a partir de consulta aos *Relatórios do Ministério da Agricultura, A Lavoura, Correio da Manhã, Correio Paulistano, Correio de S. Paulo* e bases de dados biográficos localizados na internet.

O que se observa, a partir das informações reunidas, é que diferentes indivíduos que se destacaram em suas áreas de formação e atuação, participaram, foram membros e/ou fundadores das mesmas sociedades, o que permite compreender a natureza dos vínculos que os uniam e a composição e campo de forças da *Sociedade Nacional de*

Agricultura, da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres* e da *Sociedade Luiz Pereira Barreto*. A partir desse cruzamento de informações evidencia-se as articulações entre essas entidades permitindo dimensionar sua abrangência e, conseqüentemente, a capacidade das mesmas em aprovar seus projetos de educação rural e possíveis vínculos com os Clubes Agrícolas.

Segundo o *Correio Paulistano*, cresceu em 1937 um movimento que visa “promover a melhoria das condições de vida do homem do campo, por meio da ação da escola primária, considerada como centro irradiador das novas energias capazes de alcançarem o veio desse novo e salutar estado de coisas”. Considerando que “somos, e o seremos ainda por muito tempo, ‘um país essencialmente agrícola’, (...) não há outra providência mais acertada (...) que não seja a de intensificar esse movimento ruralista que já é uma promessa, uma vez que está chegando à fase das realidades concretas”.⁴²

Visando “formar opinião” sobre o assunto e subsidiar os debates durante o “Primeiro Congresso de Ensino Rural” esse jornal paulistano transcreveu questionário enviado pela comissão organizadora, membros da *Sociedade Luiz Pereira Barreto*, aos “departamentos de ensino dos Estados e aos estudiosos do problema educacional rural”:

“Questionário: (especiais)

1° - *Que já fez esse Estado em matéria de Ensino Rural?*

2° - *Como procedeu nessa realização?*

3° - *Qual o plano concebido e quais as finalidades que visa alcançar?*

4° - *Que obstáculos tem encontrado na concretização do plano? Como tem sido eles removidos?*

5° - *Nesse Estado há diferenciação de programas nas escolas primárias urbanas ou rurais?*

6° - *Ha algum estabelecimento de organização típica rural? Qual sua regulamentação?*

7° - *Como tem sido encontrada a questão higiênico-sanitária da zona rural onde há escola localizada e em funcionamento?*

8° - *Como formar ambiente propício às atividades ruralistas?*

⁴² RUBENS, Luiz. O ensino rural e o homem do campo, *op. cit.*, p. 6.

9º - Como obter a colaboração efetiva dos pais e demais pessoas prestantes do aglomerado na obra nacionalizadora do elemento estrangeiro?”⁴³

Além dessas questões “especiais”, o questionário continha outras “gerais” destinadas a avaliar as escolas e seu papel na obra de “reerguimento social e econômico” do país:

“(gerais)

1º - Qual a escola que melhor atende as imperiosas necessidades sociais e econômicas do país?

2º - *Que poderá ela fazer em prol do preparo do homem do campo para uma vida de racional trabalho produtivo?*

3º - *Como evitar-se o êxodo dos campos* e quais os elementos que mais têm concorrido para agravar esse problema?

4º - Com o professorado que possui o Brasil poder-se-á encaminhar a solução desejada? Por que?

5º - Que podem a educação e a higiene na valorização do trabalhador nacional?

6º - Bastará o braço nacional para as nossas necessidades? Se não, qual o elemento estrangeiro que mais nos convém. Por que?”⁴⁴

Comentando que existia no país uma má vontade contra as conferências e congressos, o *Correio Paulistano* transcreve opinião publicada sem assinatura no carioca *Correio da Manhã* a propósito das “questões interessantíssimas e fundamentais” debatidas no interior do *Congresso de Ensino Rural*. Tratava-se, segundo o jornal, de propor outro ponto de partida para a educação nacional:

“É uma tese que já o sr. José Américo esboçou, com a franqueza que lhe tem sido peculiar na exposição dos múltiplos assuntos que abrangem seu programa de candidato a Presidência da República. O primeiro dever do educador rural é fixar o indivíduo à terra em que nasceu. E aludiu com muita oportunidade à urbanização dos sorteados para as fileiras do Exército.

Numeroso contingente de brasileiros têm sido assim *arrancados ao trabalho rural, desfalcando os campos de uma atividade preciosa*. Mas é claro que a fixação do homem à terra em que nasceu e onde poderá prestar serviços de acordo com a educação que receber, depende da elevação do nível em que tem vivido até agora, desamparado e esquecido: higiene, civismo, religião, moral, eletricidade, rádio, assistência técnica ao trabalhador.

⁴³ Realizar-se-á em agosto o Congresso de Ensino Rural. *Correio Paulistano*, São Paulo, 30 de julho de 1937, p. 13. Grifos meus.

⁴⁴ Realizar-se-á em agosto o Congresso de Ensino Rural. *Correio Paulistano*, São Paulo, 30 de julho de 1937, p. 13.

E assim entendido e praticado, *o ruralismo será o remédio para o despovoamento do solo*”.⁴⁵

Quatro meses pós o encerramento do “Primeiro Congresso de Ensino Rural”, H. Bassi, em artigo para o *Correio*, transcreve o relatório elaborado pela Comissão Organizadora propondo, entre outras medidas, a “oficialização e fundação de Clubes Agrícolas Escolares”⁴⁶

A concentração do poder nas mãos de Vargas com a implementação de uma ditadura civil conhecida como o “Estado Novo” em 1937, reforçou ainda mais o debate nesse campo e a educação passou a ser vista de outra forma, principalmente a destinada ao meio rural. A montagem de uma verdadeira máquina de censura e propaganda coordenada pelo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, articulada aos meios de comunicação reforçou a campanha anticomunista e facilitou o caminho para o apoio à centralização política e à ditadura. De outro lado, houve uma atuação conjunta entre os vários serviços de “Informação” ou “Vulgarização” no interior dos ministérios e a imprensa, sob censura, que desencadeou uma intensa propaganda de projetos e valores hegemônicos para educação de crianças e jovens no campo.

Como Mendonça demonstra, entre 1937 e 1945 ocorreu o início do processo de penetração do capitalismo, principalmente no que se refere a sua base técnica, o que levava a um caminho de subordinação do trabalhador rural aos valores capitalistas que avançavam gradualmente sobre o meio rural, principalmente através da política de enaltecer a figura do homem no campo e a importância que o trabalho na terra tinha para o país.

“Outra continuidade flagrante consistiu na consagração da grande dualidade vigente no sistema de ensino do país, aquela que

⁴⁵ Opinião Alheia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, de 22 de setembro de 1937. Transcrito pelo *Correio Paulistano*, São Paulo, 23 de setembro de 1937, p. 2.

⁴⁶ BASSI, H. Colaborando com o Ministro da Agricultura. Sérios problemas a superar. *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 de dezembro de 1937, p. 4.

atribuía o nível primário como responsabilidade dos governos estaduais e municipais, enquanto os ramos secundário e superior caberiam à União. Com isso, não apenas mantinha-se, como também se ampliava, o fosso existente entre o ensino primário - de cunho alfabetizante e destinado ao grosso da população - e o ensino secundário e superior, voltados à formação de setores médios e grupos dominantes.”⁴⁷

É nesse cenário que o Ministério da Agricultura amplia sua responsabilidade pela implementação do projeto dos Clubes Agrícolas, iniciado pela *Sociedade Amigos de Alberto Torres*, como parte do movimento em prol da “Vulgarização Técnica” já exercida⁴⁸ em algumas regiões do país. A política do MA, a partir dos anos 1934-5, foi subvencionar os clubes agrícolas criados pela Sociedade Amigos de Alberto Torres e iniciar uma campanha pela fundação de novos:

“(…) O Ministério iniciou no período em exame, embora ainda timidamente, um programa de semanas ruralistas, semanas de sementes e exposições, com auxílio da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da Federação Rural do Rio Grande do Sul e da Escola de Viçosa, registrando sucessos que legitimam o emprego de maior energia na sua ampliação. A par desse trabalho o *Ministério subvenciona* com 100.00\$000 a Sociedade Nacional de Agricultura e com 50.00\$000 os *clubs agrícolas escolares à direção da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*.”⁴⁹

Sendo assim, se iniciava, de fato, o projeto de expansão nacional dos Clubes que a partir de 1940 ficaram sob inteira responsabilidade do Serviço de Informação Agrícola (S.I.A.) antes denominado de Serviço de Publicidade Agrícola.⁵⁰ Desde então, podemos através dos Relatórios ministeriais que retratam os feitos dessa agência estatal verificar maior presença dos Clubes Agrícolas nas políticas diretas do Ministério da Agricultura. O S. I. A. era de enorme importância, uma vez que ele era responsável não só por coordenar, mas divulgar as atividades do Ministério da Agricultura através de rádio,

⁴⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. Conflitos intraestatais e políticas de educação agrícola no Brasil, *Op. cit.*, p 249.

⁴⁸ BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura de 1934-1935, p.09.

⁴⁹ Vulgarização Thecnica. In: RMA 1934- 1935. p.10.

⁵⁰ O S. I.A. foi criado pelo decreto n°6075 em 14 de agosto de 1940. Ver: RMA, p.383.

jornais, revistas e outros tipos de mídias fazendo a publicidade dos projetos da pasta da agricultura, inclusive relacionado a educação, e portanto dos Clubes Agrícolas, que ficaram sobre sua coordenação:

“*Os Clubes Agrícolas, cuja orientação se acha subordinada ao S.I.A., e aos quais está destinada a importantíssima missão de dignificar o trabalho manual, elevar e engrandecer a vocação e a profissão de lavrador, incluindo, ao mesmo tempo, na consciência de seus sócios, o amor à terra, vem tendo, em todo o país, auspicioso desenvolvimento. Em 1940, existiam registrados no S.I.A., para o efeito de controle que esse Serviço exerce sobre essas entidades; 881 clubes agrícolas, todos funcionando com pleno êxito. A tais clubes foi fornecido o seguinte material: 376 pacotes de ferramentas diversas; 1.845 pacotes de sementes; 174 quilos de adubos e 2.396 publicações diversas.*”⁵¹

Como o Serviço de Informação Agrícola era um dos órgãos do Ministério da Agricultura, Mendonça demonstra a ligação entre ele e a SNA afirmando a existência de um jornal intitulado *Informação Agrícola*, publicado semestralmente pela S.I.A. e que tinha como seu diretor José A. Vieira, “diretor da Sociedade Nacional de Agricultura por quase duas décadas. Também o diretor do Serviço de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), Itagyba Barçante, foi o terceiro-secretário da SNA entre 1920 e meados da década de 1950.”⁵²

Paralelamente, os EUA cresciam como potência e fizeram inúmeros acordos com a América Latina no âmbito da política de “Boa Vizinhança” do presidente Roosevelt. Como resultado desses acordos, as primeiras fundações americanas a ingressarem no Brasil foram da Ford e da família Rockefeller que eram espécies de instituições filantrópicas,⁵³ mas o primeiro laço entre as duas nações veio ocorrer em 1942 com a criação da Comissão Brasileira-Americana para Produção de Gêneros Alimentícios (CBAPGA), que visava preparar a mão-de-obra a ser utilizada na produção de gêneros a serem fornecidos aos países aliados durante a II Guerra. Ou seja,

⁵¹ RMA de 1940.2, p. 398. Grifos meus.

⁵² MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. op. cit., p.58.

⁵³ RMA 1940.2, op. cit., p 69.

atuava junto aos trabalhadores rurais por meio da educação para aumentar a produção que estava voltada pro chamado “esforço de guerra”.⁵⁴ Este acordo firmado com o MA acirrava ainda mais as disputas com a Pasta da educação.

As trocas entre os dois países ocorreram não só por meio de acordos como pela criação de agências cujo objetivo seria a troca de conhecimento técnico para os trabalhadores brasileiros como, por exemplo, o uso de maquinaria moderna no campo. Essa proximidade com os norte-americanos também tinha como objetivo, já que estávamos em plena Segunda Guerra, deter a expansão de ideias comunistas para países chamados de “terceiro mundo.” Com isso houve um grande esforço para a manutenção de um ideário patriótico em todo o país e os Clubes não ficaram de fora.

Foi ainda durante o ano de 1942 que a campanha do M.A. para ampliação dos Clubes Agrícolas ganhou maior evidência com a criação de uma Revista, através da S.I.A., para divulgação, e busca de apoio para o movimento clubista. Ou seja, é nesse período de grandes transições e acordos que essas instituições vão sendo difundidas em diversas regiões, mas já sob o respaldo de um projeto de educação no sentido nacional e não mais local ou regional.

A participação e interesse dos EUA foram crescendo e se concretizaram através da celebração de novos convênios e criação de órgãos para atuação em diferentes áreas. No que se refere a Educação Rural tiveram mais participação através de novo acordo entre a Fundação Interamericana de Educação e o Ministério da Agricultura, em 1945, em decorrência do Plano Quadrienal e que deveria existir entre 1946 e 1948.

“A delonga no depósito dos fundos brasileiros junto ao Banco do Brasil adiará o início da vigência do tratado, cujos objetivos eram: a) fomentar relações mais íntimas com docentes do Ensino Agrícola dos Estados Unidos; b) facilitar o treinamento de brasileiros e americanos especializados em Ensino Profissional Agrícola; c) possibilitar que fossem programadas atividades, junto à Educação Rural, do interesse

⁵⁴MENDONÇA, Sonia Regina de. As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961). *op. cit.*, p.05.

de ambas as partes. Esse acordo originaria a “Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais” (CBAR), órgão a ser gerenciado pelo Superintendente de Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura e cujos trabalhos somente adquiriram concretude em 1947, mediante três iniciativas: a) a criação de “Centros de Treinamento de Operários Agrários”, espalhados por vários estados do país, sobretudo os do Norte e Nordeste; b) a realização de estudos em Sociologia Rural e Educação Visual e c) a implementação das Semanas Ruralistas, durante as quais, a guisa de “pedagogia pelo exemplo”, a Superintendência distribuiria prêmios como colmeias, equipamento avícolas, sementes, ferramentas, etc., fornecendo instrumentos de trabalho agrícola para estabelecimentos de assistência social sem recursos.”⁵⁵

Ainda nesse contexto de Guerra e a aproximação com os norte-americanos, uma das mais importantes criações foi o *Institute of Inter-American Affairs* (IIA), fundado por Nelson Rockefeller e sua atuação se deu na organização da assistência técnica nas áreas rurais brasileiras. Essa agência junto com a *Inter-American Educational Foundation, Inc*, levaram ao estabelecimento de um acordo com o Ministério da Agricultura, originando a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), em 1945.⁵⁶

A CBAR difundia as Semanas Ruralistas e os chamados CTs (Centros de Treinamentos)⁵⁷ e sua jurisdição se concentrou na educação de adultos, mas os Clubes Agrícolas também ficaram sob seu domínio. Seu projeto para adultos era o mesmo dos que eram direcionados às crianças e jovens por meio dos Clubes, o qual visava a “modernização” da agricultura incentivando a tecnicização da produção. Mendonça informa que as atribuições da CBAR eram:

“a) fornecer pequeno corpo de especialistas em ensino agrícola, para colaborar na realização do programa cooperativo; b) realizar, em cooperação com as autoridades brasileiras, programas referentes a estudos e pesquisas ligados às necessidades educacionais rurais do Brasil e dos Estados Unidos da América, fornecendo meios

⁵⁵ *Id. Ibid.*, p.07

⁵⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. *op. cit.*, p. 88.

⁵⁷ Os CT's, por exemplo, eram destinados a formar “operários agrícolas” no intuito de difundir as novas técnicas agrícolas, afinal o acordo visava “modernizar” a agricultura por meio da maquinização do campo. *Id. Ibid.*, p. 97

que permitam a administradores, educadores e técnicos ir aos Estados Unidos da América com o fim de estudar, proferir conferências, lecionar e permutar ideias e experiência com seus colegas daquele país; c) realizar programas de treinamento de professores no ramo do ensino profissional agrícola; d) adquirir equipamento preparar material de ensino, utilizar recursos como o rádio, o cinema, missões rurais, bibliotecas e museus circulantes e, e) utilizar quaisquer outros meios que possam ser considerados convenientes à realização do programa”⁵⁸

A CBAR seria o órgão responsável em estabelecer como obrigatoriedade que os Clubes Agrícolas deveriam ser vinculados as Escolas primárias do meio rural, logo ai estaria escancarada a dualidade do ensino rural, uma vez que essas escolas primárias estariam sob a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde enquanto os Clubes seriam uma instituição de cunho “extra-escolar” sob a responsabilidade da pasta da agricultura:

“Diante da conjuntura inaugurada pela CBAR, o Ministério da Educação aprovaria a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (decreto-lei 9.613 de agosto de 1946), parte de um “pacote” formado pelo conjunto das leis orgânicas de cada ramo da Educação Técnica e que inaugurava novas diretrizes para a Educação Profissional Agrícola, prevendo tanto a reorganização dos tipos até então existentes – Ensino Agrícola Básico, Ensino Rural e Cursos de Adaptação – quanto a criação de instituições de nova ordem, onde a instrução seria “estritamente objetiva e os alunos aprenderão fazendo”.⁵⁹

A partir da década de 1950 a influência norte-americana tomava contornos mais nítidos, inclusive no ensino agrícola com novos acordos que geraram a Campanha Nacional de Educação rural (CNER) junto ao Ministério da Educação e Saúde que “era destinada a erradicar o analfabetismo e preparar professores especializados, acordo este incluso ante a recusa do Congresso Nacional”⁶⁰ e a fundação do Escritório Técnico Americano (ETA), em 1953, este já com o Ministério da Agricultura e que dera inicio à

⁵⁸ Rural Education. Cooperative Program in Brazil. Agreements Between the United States of America and Brazil, 1947. Apud: MENDONÇA, MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. op. cit., p.95.

⁵⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de. As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961). op. cit., p.08.

⁶⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. op. cit., op. Cit., p.94.

expansão dos projetos extensionistas ou seja, “o aparato institucional mais significativo para o processo de ressignificação da “educação rural” no Brasil.”⁶¹

“Entretanto, os acordos dos anos 50 inauguraram uma nova modalidade de “cooperação”, baseada na implantação de instituições de assistência técnica ao trabalhador do campo, materializadas em novas agências como o Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura (1955), o Serviço de Extensão Rural e a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).”⁶²

Nesse período a Extensão Rural ganhou espaço nas políticas educacionais para o campo e o lema da educação rural passou a ter um novo significado pautado no assistencialismo e o foco seria nos trabalhadores em si, mas a educação de crianças e jovens sofria influências diretas e indiretas dessa nova configuração e os Clubes não ficaram de fora. Ao analisar a Revista, objeto do capítulo III, ficará nítido o quanto a extensão e sua pauta eram significantes e o quanto os EUA e os Clubes Agrícolas lá existentes, mesmo sendo um modelo diferente dos nossos, se tornaram emblemáticos para a experiência clubista brasileira, tanto para os Clubes já existentes quanto para criação de novos exatamente iguais aos estrangeiros, como tratarei mais adiante.

Por esse motivo os anos 1950 são significativos para a remodelação do pensar e atuar sobre o campo e as populações rurais, assim como na mudança nos valores capitalistas junto a esses trabalhadores e sua comunidade. Principalmente sob o viés do ensino de práticas agrícolas modernas e da tentativa de mudar a maneira como esse homem rural pensava seu lugar e papel no país e sua importância para o crescimento de um Brasil unido e que necessitava dos esforços da agricultura para continuar girando a roda do desenvolvimento por meio do incentivo massivo na produtividade.

⁶¹ *Id. Ibid.*, p.94.

⁶² MENDONÇA, Sonia Regina de. As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961). *op. cit.*, p.10

1.2 - Outros valores para o rural: cooperação, desenvolvimento técnico e produção racional

Já no pós-30, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial, os debates em torno da educação vinham ganhando força e com isso o nacionalismo construído por Vargas passava a desagradar certos setores políticos e econômicos que defendiam maior “liberdade” em relação a medidas tomadas pelo Estado. Durante esse embate as cidades continuaram a crescer e ser o palco das maiores disputas por hegemonia e isso fica claro, nos projetos políticos em prol de uma urbanização crescente. “É sempre bom lembrar que o crescimento da industrialização levava ao crescimento cada vez maior da população urbana, o que, por sua vez, representava mais votos.”⁶³

O projeto de desenvolver o país é uma constante na história do Brasil, mas foi no período compreendido entre meados da década de 1940 e a década de 1950 que de fato projetos “desenvolvimentistas” passaram a ser debatidos por diferentes instituições e quadros políticos do país. Em especial, em 1948, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) posteriormente posto em prática, com o Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek.

Já em 1955, mais precisamente, por meio do Decreto nº 37.608 de 14 de julho o Instituto Superior de Estudo Brasileiro (ISEB) foi criado junto ao Ministério da Educação com "cinco departamentos, responsáveis por pesquisas internas, conferências, formação de quadros e cursos regulares"⁶⁴ dedicados a entender a realidade em que se encontrava o país e como deveria ser elaborado o projeto “nacional-

⁶³ MENDONÇA, Sonia. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995 (Coleção Polemica). p. 51.

⁶⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. *Academia Brasileira de problemas*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 16, janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/academia-brasileira-de-problemas>

desenvolvimentista.”⁶⁵ Silva, atribui a criação do ISEB à crescente preocupação da “intelectualidade brasileira em exercer influência sobre os centros de poder no que diz respeito à definição de uma política econômica voltada para o desenvolvimento”⁶⁶, nos finais dos anos 1940 e nos anos 1950. Segundo a autora o grupo de intelectuais que compõe o ISEB é descrito por Abreu como:

“um grupo de interesse” – grupos que se constituem, se organizam e empreendem uma ação voltada para o exercício da influência ou de uma pressão estruturada sobre os centros de poder de modo a converter essa pressão em decisões consoantes com os interesses do grupo”⁶⁷

É nesse período que se observa nas páginas dos jornais e nos relatórios do M.A. o crescente discurso pautado nos valores do desenvolvimento da indústria nacional, que também buscava difundir valores urbanos, considerados progressistas, no meio rural e um instrumento de sua modernização. É, portanto no pós-1945, que a preocupação com o Terceiro Mundo se acentua e as atenções para a pobreza, para a falta de capital e tecnologia e o atraso em áreas rurais passam a fazer parte das políticas de países capitalistas como os EUA, que se aproximavam da América Latina por meio de acordos de cooperação. Em outra obra Mendonça reforça:

“Os objetos com os quais o desenvolvimento começou a lidar no pós-1945 eram numerosos e variados. Alguns estavam claramente postos – pobreza, insuficiência de tecnologia e capital, práticas agrícolas arcaicas, etc. – enquanto outros foram introduzidos de forma sub-reptícia, mormente atitudes culturais, valores, além de fatores religiosos, geográficos e étnicos associados ao “atraso”.”⁶⁸

⁶⁵ ABREU, Alzira Alves. *A ISEB e o desenvolvimentismo*. CPDOC. FGV. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>

⁶⁶ SILVA, Fernanda Xavier da. Revisitando o ISEB: uma análise do primeiro momento de Hélio Jaguaribe. In: *36º Encontro anual da ANPOCS*. outubro de 2012 – Águas de Lindóia / SP. p.09

⁶⁷ O conceito de “grupos de interesses” cunhado pela autora não expressa em meu entendimento a estrutura a ISEB. A partir do conceito de Estado Ampliado de Antonio Gramsci enxergo a ISEB como um Aparelho Privado de Hegemonia que disputa com outros aparelhos a hegemonia de seus projetos para junto do Estado Restrito. *Id. Ibid.*, p.09

⁶⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Ensino Agrícola e Influência Norte Americana no Brasil (1945-1961)*. Rio de Janeiro: Revista Tempo, 2009, p 149

Em *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre contradições da sociedade agrária no Brasil*⁶⁹, José de Souza Martins refletiu sobre essa temática da modernização do campo e a industrialização. No primeiro capítulo dessa obra nos diz que: “O crescimento industrial do Brasil e o concomitante crescimento da população urbana, nas últimas décadas, redefiniram as relações entre o mundo rural e o mundo urbano.”⁷⁰

O autor argumenta que a urbanização ampliou setores como o bancário, o industrial e as atividades comerciais, levando a um melhor aproveitamento do capital nessas áreas, muito maior do que o visto/alcançado em áreas do meio rural. As populações urbanas iam crescendo conforme a cidade e muitas vezes não exatamente na mesma proporção. Assim, as ideias e pensamentos sobre o que era e deveria ser moderno e inovador estavam cada vez mais associados ao espaço urbano e a vida na cidade ou no entorno dela. Era crescente a ideia do enriquecimento e de lograr êxito⁷¹ nas cidades. E para além disso era nítido o desenvolvimento do capitalismo em áreas rurais.

Para uma melhor reflexão, Martins cita autores como Visconde de Taunay e Alberto Torres, – cujos escritos serviram de inspiração para a criação dos primeiros Clubes Agrícolas –, em sua obra “*O Problema Nacional Brasileiro*”, “ressalta a industrialização e a urbanização como eventos associados na dissolução dos valores nucleares da sociedade brasileira de então.”⁷²

A urbanização e, portanto a industrialização e a divisão social do trabalho apresentados naquele momento histórico como sinais de progresso ou evolução,

⁶⁹ MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo. Pioneira. 1975.

⁷⁰ *Id. Ibid.*, p.2

⁷¹ *Id. Ibid.*, p.4.

⁷² TORRES, Alberto. *O problema Nacional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p.XV. Nessa obra, Torres trata do final do século XIX e início do XX. Apud: MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*, Op. Cit., p.3.

levaram por outro lado a uma associação do meio rural ao atraso, gerando estereótipos de cunho negativo não apenas para a economia, mas para a vida nessas áreas como um todo. O homem que vive no campo e trabalha na terra era visto como caipira; desprovido de civilidade e marcado pela ingenuidade, preguiça e por uma aparência de maltrapilho doente. Em relação a isso e aos valores associados ao urbano de cunho estritamente capitalista, a respeito da imagem criada sobre a organização da sociedade agrária, Martins explicita:

“O estereótipo, por sua vez, conduziu a duas atitudes básicas: o seu uso para reforçar as características urbanas da existência dos que o utilizavam (e que, ao que parece, não se distanciavam demasiado dele, transformando-o numa afirmação verbal e ideal) e sua manipulação para advogar a “intervenção” das instituições urbanas na vida rural, dinamizá-la e propiciar as condições para transformar o caipira do estereótipo no cidadão das concepções urbanas.”⁷³

Isso só prova, mais uma vez, a relação existente entre os dois meios e de como as ideias capitalistas que se desenvolviam em áreas urbanizadas permeiam a organização do meio rural ao reestruturar não só seus aspectos econômicos e políticos como os sociais. O trabalho na cidade é visto de forma diferente do trabalho no campo, mesmo que os dois se configurem como braços e se complementem, o trabalhador rural ainda assim foi depreciado em relação aos seus direitos – como a questão das leis trabalhistas e questões sindicais – em meios como a mídia e a literatura.

Todavia, Martins faz uma crítica a essa abordagem em que o rural sempre é visto como o subordinado e superado pelo urbano, defende que o contrário também deve ser levado em consideração, afinal existe uma dependência recíproca entre os dois e afirma

⁷³ MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*, Op. Cit., p. 4

que “na verdade, só existe o problema agrário na medida em que o mundo urbano está na dependência do mundo rural, (...).”⁷⁴

Essa concepção sobre o rural como atrasado em relação ao urbano orientou projetos como os de Extensão Rural e os projetos educacionais pautados pelo produtivismo, os quais vão ser defendidos como os únicos capazes de retirar essa população da “ignorância” e do atraso, predominando a ideologia capitalista:

“Ao contrário, as características humanas e econômicas que a ideologia urbana desfavorece e que se manifesta, por exemplo, no estereótipo do caipira, são as que tendem a impor-se como possíveis nas condições que determinam o capitalismo no Brasil.

É, pois, o estabelecimento tradicional que se constitui num dos pontos de apoio da efetivação do mundo capitalista e urbano no país. E é justamente esse tipo de estabelecimento que o mundo urbano pretende “modernizar”. Ele precisa vender mercadorias, mais precisa, igualmente, comprar barato aquilo que consome. A realização do primeiro desejo destrói as possibilidades de efetivação do segundo.”⁷⁵

A educação rural tem um papel fundamental no que diz respeito ao projeto de modernizar o campo e é por meio dela que valores capitalistas, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, são inseridos nessas sociedades. Diante de problemas urbanos, do crescimento populacional das cidades e devido ao avanço de mobilizações no campo⁷⁶, essa modernização deveria ser respaldada por ideias de dignificação do trabalho rural e assim a educação mais que nunca teria o slogan “educar para o trabalho” como um projeto hegemônico das classes dominantes.

⁷⁴ *Id. Ibid.*, p.5

⁷⁵ *Id. Ibid.*, p.13

⁷⁶ As mobilizações Sociais no Campo foram muitas e não só as Ligas Camponesas no Nordeste. Não pretendo me aprofundar, mas para maiores informações ver as seguintes obras: GRZYNSZPAN, M.: Luta pela terra e identidades sociais. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. V (suplemento), 255-272 julho 1998.; GRZYNSZPAN, Mario, *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1987.; JULIANO, Francisco . Que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro); MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, FASE, 1989. PRIORI, Angelo. A Revolta camponesa de Porecatú. *A luta pela posse da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro no campo (1942-1952)*. Assis. 2000. 338 p. Tese (Doutorado em História e Sociedade).

Era necessário que o trabalhador rural entendesse que sua prática precisava ser modernizada, assim como alguns hábitos (como alimentares e de higiene) para fazer parte de um projeto nacional de desenvolvimento do país. Mas para isso deveria passar a ter consciência que seu trabalho na lavoura era fundamental e assim, mais uma vez a educação, a de jovens em especial, era importante para que esses princípios fossem enraizados na sociedade rural, como foi o caso dos Clubes Agrícolas que tratarei mais adiante.

Capítulo 2 - Clubes Agrícolas: do esboço a Projeto Nacional.

2.1 A criação dos Clubes Agrícolas e a dignificação do trabalho rural

Os primeiros Clubes Agrícolas dos quais encontrei registros datam da década de 1920 e teriam sido criados por iniciativa do professor Thales de Andrade em São Paulo, mais precisamente em Piracicaba, e eram denominados de “Clube da Horta”⁷⁷. Porém, eram em número reduzido e o professor não reuniu força e apoio suficientes para manter sua iniciativa, que durou apenas dois anos. Outras referências localizadas, demarcam a retomada dessa ideia na década de 1930 através de um grande incentivador, a *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres* (SAAT). Essa sociedade, fundada em 1932 no Estado do Rio de Janeiro, durante reunião realizada na sede na Sociedade Nacional de Agricultura⁷⁸, esteve em atividade até 1945. A SAAT, como visto no primeiro capítulo, era composta por figuras de destaque na sociedade brasileira, que compartilhavam uma formação teórica embasada nas ideias de Alberto Torres, eram críticos do liberalismo e defensores da política de viés nacionalista, empenharam-se na defesa da educação rural como “salvação” para o país, e participaram ativamente de entidades como a *Sociedade Luiz Pereira Barreto* e a própria *Sociedade Nacional de Agricultura*.

A *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres* cujo objetivo primeiro era preservar a memória e difundir as ideias de Alberto Torres,⁷⁹ sobre os “problemas nacionais” pelos quais o país passava e, dentre estes, incluíam a educação e o ‘progresso’ da

⁷⁷ Fainas Agrícolas. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 3 de junho de 1942, p.06. Thales de Andrade foi professor, vereador e escritor de literatura infantil sobre temáticas rurais, considerado o iniciador do gênero no Brasil. Lecionou em escolas rurais, na região de Jaú, Porto Ferreira e Piracicaba, foi Inspetor Técnico do Ensino Rural (1943) e diretor Geral do Departamento de Educação (1947).

⁷⁸ PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Op. cit., p.171.

⁷⁹ Alberto Torres foi um intelectual e político fluminense que exerceu cargos importantes no início da República. A Associação que leva seu nome foi criada em 1932 e tinha vários núcleos em diferentes regiões do país, defendendo a educação rural através da realização de congressos e cursos, além de atuar na realização das Semanas Ruralistas e nos Clubes Agrícolas. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2º ed. Rio de Janeiro: Ed.: FGV, 2001. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alberto_torres . Ver, também: LIMA, A. Sabóia. *Alberto Torres e sua obra*. Op.cit.

agricultura, tornou-se uma das frentes para o fomento da criação de clubes agrícolas vinculados às escolas primárias. Alberto Torres acreditava na “Vocação Agrícola” do país e seu pensamento foi apropriado por intelectuais que fundaram essa sociedade com o intuito principal de frear as migrações campo-cidade como afirma uma publicação da Associação Brasileira de Educação:

“Um dos meios de deter e prevenir o surto das migrações do hinterland, para os centros consumidores é *tornar a escola primária um forte núcleo de atuação ruralista*, objetivo alcançável pela projeção social dos educandários e pela decisiva influência que podem eles exercer na formação de gerações vinculadas à terra. As instituições periescolares e, sobretudo, *os Clubes Agrícolas Escolares são os órgãos mais eficientes dessa atuação socializante* em benefício da comuna sertaneja.”⁸⁰

Em algum momento precisa explicar que país não corria risco de êxodo rural; questão debatida por intelectuais é que enquanto cerca de 70% da população brasileira vivia no campo, quase 80% das escolas estavam nas zonas urbanas. Ou seja, quem quisesse estudar teria que sair da área rural e isso poderia causar esvaziamento do campo e abandono da agricultura. Em sua pesquisa sobre os Clubes Agrícolas da Paraíba, Pereira nos demonstra alguns objetivos dessas instituições:

“O que percebemos tanto nos clubes paraibanos como nos brasileiros é que se pretendia mudar o nosso ensino tão, arraigadamente, tradicional e livresco, incorporando um ensino mais prático, mais técnico e mais próximo da realidade local dos alunos. Um ensino que levasse, ao mesmo tempo, o aluno a querer fixar-se a sua região, e lhe trouxesse condições profissionais, iguais a dos centros urbanos, para que ele tivesse acesso ao mundo do trabalho de forma digna, levando em consideração as suas peculiaridades campesinas”⁸¹

No meu modo de entender o que ficou conhecido por “ruralismo” constituiu-se em uma ideologia partilhada por parte da oligarquia rural e intelectuais, em sua maioria

⁸⁰ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Instruindo e divulgando: comunicados de imprensa*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941. v.1, n.1200 (1935-1940). Grifos meus. Apud: FIORI, Neide Almeida. *Clubes Agrícolas em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. Perspectiva*, Florianópolis, v.20, n. Especial, 2002, p.235

⁸¹ PEREIRA, Priscilla Leandro. *Os clubes agrícolas escolares na Paraíba (1930-1934)*. Op. Cit., p.10

paulistas, baseada na idealização do campo e da vida rural. Aplicado à educação, o chamado “ruralismo pedagógico” propôs articular o ensino à promoção da agricultura constituindo-se como um instrumento para a formação de valores e comportamentos, em crianças e jovens. Através de professores, escolas, cursos e outras atividades conexas – tais como clubes, hortas e conferências –, buscaram promover a manutenção dos padrões de ocupação e exploração das áreas rurais e a permanência dos moradores e trabalhadores no campo e na agricultura.

Com o projeto do “ruralismo pedagógico”⁸² ganhando força ao longo da década de 1930 observa-se uma ação conjunta entre o Estado e a *Sociedade dos Amigos e Alberto Torres* que ganhou contornos mais definidos por meio da parceria com a Sociedade Nacional de Agricultura. No Relatório do Ministério da Agricultura referente ao ano de 1935 já se observa uma aproximação do MA à Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, elo que se manteve ativo e pode ser constatado através dos documentos ministeriais, como vimos anteriormente. Ao falar sobre as atividades da Sociedade, como as semanas ruralistas, as exposições e as publicações, o relatório denomina-os como “Vulgarização Technica”.

“A par desse trabalho o Ministério subvenciona com 10:000\$000 a Sociedade Nacional de Agricultura e com 50:000\$000 os clubs agrícolas escolares subordinados à direção da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.”⁸³

Como vimos no capítulo 1, a educação rural começou a ser disputada pelas agências do Estado Restrito com a criação em 1930 do Ministério da Educação e Saúde. Esse Ministério não apresentava um projeto definido para a educação rural, pois mesmo defendendo a expansão de escolas primárias (educação formal como nas áreas urbanas), se distanciava de projetos voltados exclusivamente para a educação no campo

⁸² FIORI, Neide Almeida. Clubes Agrícolas em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola. *op. cit.*, p. 234

⁸³ RMA, 1935, Op. Cit., p.180

defendidas, por exemplo, pelo Ministério da Agricultura e pela SNA. A correlação de forças entre os dois Ministérios era nítida ao analisar os projetos dos Clubes Agrícolas.

“Ao Ministério da Agricultura cabia o ensino agrícola de cunho profissionalizante – incluindo Aprendizados Agrícolas, Centros Agrícolas, Escolas Técnicas Rurais e Ensino Agrônômico – enquanto ao MES competia o ensino primário regular – incluindo os grupos escolares no campo – o ensino médio e superior não agrícolas”.⁸⁴

O Serviço de Informação Agrícola que como já mencionado, foi criado em 1940 pelo Ministério da Agricultura, “como agente comunicador, gerador e disseminador de tecnologia”,⁸⁵ tinha também como atribuição tomar conta das questões educacionais e modo que sua gama de responsabilidade iria além da criação e difusão dos Clubes Agrícolas. Ou seja, o S.I.A. deveria, também, organizá-los e elaborar publicações para os jovens (cartilhas, livros sobre clubismo, relatórios) e a comunidade rural difundindo “informações” capazes de transformar a vida e o trabalho das populações rurais. Este órgão, criado com base na “moderna” concepção da agricultura e do trabalhador rural, foi também responsável pela elaboração e difusão de propagandas em rádios e imprensa no geral para divulgar a importância da expansão dos Clubes Agrícolas para outras áreas do país.

No início da década de 1940 a preocupação com a educação de crianças e jovens para o trabalho agrícola intensificou a criação dos Clubes ampliando seu raio de ação, e assim o projeto de nacionalizar os Clubes Agrícolas veio respaldado pelo discurso patriótico e pela educação cívica e moral desses jovens e sob o discurso de dignificar o trabalho no campo. Educação moral essa que seria “imposta” por meio de novos códigos para essa sociedade, ou seja, mais do que nunca a família moralmente

⁸⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Op. Cit., p.46

⁸⁵ CAIADO, Beatriz Coelho. *A informação agrícola na época de Getúlio Vargas: o Serviço de Informação Agrícola*. Brasília, Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação, UnB, 1995.

constituída ia ter um grande valor não só socialmente, mas futuramente teria peso inclusive nas questões econômicas dessa população.

A difusão de novos hábitos e costumes se através dos ensinamentos sobre a educação alimentar, hábitos de higiene e de economia no lar, procurando estimular mudanças de comportamento com o intuito de transformar esses futuros trabalhadores.

Não se pode esquecer que diante de um contexto em que se vivia a ditadura Estado Novista e um nacionalismo exacerbado, a censura era um instrumento de ação política e controle sobre os meios de comunicação e foi fundamental para a “publicidade” dos feitos do Estado Vargasista. Propagandas maciças da educação rural eram realizadas, por exemplo, pelo *Correio da Manhã* que criou uma página inteira destinada à divulgação dos feitos do Ministério da Agricultura. Através dela podemos acompanhar o esforço para divulgação dos Clubes Agrícolas, por meio de artigos frequentes e das contínuas referências ao crescimento do número de Clubes apresentando-os como um projeto nacional.

Ao analisar o número crescente dos Clubes apresentados tanto em documentos oficiais quanto na imprensa, se observa um desencontro nos dados com uma contagem que não é rigorosa e, muitas vezes, apresentando números incoerentes. Apesar disso, podemos verificar não só o empenho em criar os Clubes, mas principalmente registrá-los para que pudessem seguir os termos, receber ajuda e subvenção e, acima de tudo, ter um controle sobre as práticas dessas instituições.

Quadro 2: Número de Clubes Agrícolas registrados no S.I.A.

	1940	1942	1951 ⁸⁶	1954-1955	1956
Número de Clubes Agrícolas registrados no País	881	1.040	2.910	2.800	2.541

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura (1935-1958)

Uma das entidades da Sociedade Civil que marcaram presença na campanha desencadeada pelo M.A, com apoio de jornais, intelectuais e diferentes associações, pela ampliação dos Clubes Agrícolas foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada e dirigida por Darcy Vargas, esposa do então presidente Vargas. Através do viés nacionalista-assistencialista, legitimada como parte do “esforço de guerra”, a LBA desencadeou um intenso processo de apoio à criação de hortas, fundação de clubes e montagem de cursos de Monitores Agrícolas com a:

“(…) finalidade [de] formar monitores agrícolas, habilitados a ministrar ensinamentos práticos sobre o aproveitamento racional da terra, visando, especialmente por intermédio de clubes agrícolas filiados à L.B.A., a produção de gêneros alimentícios, bem como o seu beneficiamento e conservação.”⁸⁷

As atividades da L.B.A eram documentadas pelo Serviço de Informação Agrícola e circulavam entre os Clubes e em meios de comunicação não só rurais como urbanos. No jornal *Correio da Manhã* eram recorrente as notícias sobre as atividades dessa instituição junto a educação em geral, com destaque para as inaugurações de clubes até mesmo com a presença de autoridades como o Ministro Capanema e o

⁸⁶ A de se observar um aumento significativo no ano de 1951. Ao analisar a trajetória dos Clubes por mais de uma década e ver seu projeto se tornando nacional, fica evidente esse crescimento até mesmo pela formalização dos registros dos Clubes junto ao Serviço de Informação Agrícola e o esforço em várias unidades de Grupos Escolares em seu projeto clubista.

⁸⁷ MINISTERIO DA AGRICULTURA. Serviço de informação Agrícola. Legião Brasileira de Assistência. Cursos de Monitores Agrícolas. Rio de Janeiro, 1942, p. 03

próprio presidente.⁸⁸ Os Clubes já existentes na década de 1940 contavam com ajuda da Legião por meio de doações para práticas de jardinagem educativa, como fica registrado na *Brincar e Aprender*, como veremos no próximo capítulo.

Ainda na década de 1940, mais precisamente em 1946, com a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola⁸⁹ pelo Ministério da Educação, houve a reforma de algumas diretrizes para o sistema educacional voltado para o meio rural, ou seja, os Clubes, os Centros de Treinamento e as Escolas Profissionais Agrícolas, apesar dos mesmos continuarem sob a responsabilidade do MA a quem competia a orientação desse ensino, seja o ensino agrícola básico, o ensino rural e o curso de adaptação. Esse período alavancou a difusão dos Clubes que deveriam, a partir de agora, passar por uma fiscalização mais eficaz por parte do Ministério da Agricultura e serem devidamente registradas pelo Serviço de Informação Agrícola para continuarem funcionando.

Assim, mesmo com o fim da CBAR em meados de 1948, a difusão dos Clubes Agrícolas permaneceu e o Ministério da Agricultura buscava justificar sua importância demonstrando a necessidade desses Clubes para dar suporte e complemento à educação primária no campo, justificando a carência do espírito incentivador ao trabalho rural dentro das escolas.

Já na década de 1950 a relação entre Brasil e EUA ficou mais próxima e foi desencadeada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1953 que se desdobrou na fundação, no Rio de Janeiro, do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), em 1954. O ETA era de viés extremamente produtivista e suas atividades se concentraram na Extensão Rural e não em projetos estritamente educacionais.

⁸⁸ Legião Brasileira de Assistência. Cursos de Monitores Agrícolas. *Correio da Manhã*. 24 de setembro de 1942, p. 09.

⁸⁹ Decreto-lei 9.613 de agosto de 1946. Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Pude perceber que o ETA não teve uma participação direta na criação e expansão dos Clubes Agrícolas, mas através dele e dos acordos firmados entre Brasil e EUA, observa-se que os Clubes sofrem grande influência dessa nova orientação político-econômica pautada no extensionismo que vinha ganhando contornos mais visíveis. Não se pode deixar de mencionar que muitos personagens ligados ao ETA tinham vínculos diretos com o Serviço de Informação Agrícola que era o órgão responsável pela organização e administração dos Clubes e, também, pela sua propaganda. A biografia do engenheiro-agrônomo Senhor Amaury Henrique da Silva é um exemplo dessas redes e articulações:

“Natural de Itaguaí-RJ, Amaury Henrique da Silveira gradua-se engenheiro-agrônomo, pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), na turma de 1937 (...). Em cargos e funções de gerência destacam-se as de diretor-executivo substituto do *Escritório Técnico de Agricultura - ETA*, de 1965 a 1968; *diretor-geral do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura*, 1964; chefe da *Divisão de Coordenação e Treinamento da ABCAR*, de 1960 a 1962; chefe do Sub-setor da Tecnologia Agrícola do Conselho Coordenador do abastecimento, 1958; *chefe do Setor de Indústrias Rurais da Comissão Brasileira de Assistência Educativa às Populações Rurais - CEAR*, antiga *Comissão Brasileira Americana*, de 1955 a 1957; chefe do Setor de Indústrias Rurais da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, 1954; encarregado do Setor de Indústrias Rurais do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, de 1948 a 1954; chefe substituto da Seção de Extensão Agrícola do Serviço de Informação Agrícola, 1954; chefe do Núcleo de Indústrias Rurais do Aprendizado Agrícola “Ildefonso Simões Lopes”, 1946; *chefe substituto da Seção de Informações do Serviço de Informação*, 1946; chefe efetivo da Seção de Informações do Serviço de Informação Agrícola, 1949.”⁹⁰

A partir de então os Clubes Agrícolas sofreram forte influência dos Clubes 4-H norte-americanos, desde o tipo e modo de realização das atividades cotidianas, o uso de instrumentos, de insumos, a elaboração de cartilhas, etc. Os Clubes aqui analisados são aqueles ligados as escolas primárias e, por isso, em diversos documentos podemos ver referências aos mesmos como “Clubes Agrícolas Escolares”.

⁹⁰ Universidade Federal de Viçosa. *Personagens e Pioneiros da UFV*. Grifos meus. Disponível em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=amaury>

A propaganda dos Clubes 4-H são vistas em documentos como a Revista Brincar e Aprender, que trabalharei melhor no próximo capítulo, e deixa claro que esses clubes já serviam de moldes antes, mesmo de se instalarem os Clubes 4-S.

Os moldes e valores que orientam o desenvolvimento econômico do país a partir da década de 1950 já configura um outro padrão de educação no campo, mais vinculado com as questões da extensão agrícola. A partir dos relatórios do M.A. de 1951 e 1952 já podemos observar mudanças no padrão de criação e organização dos Clubes, agora incluído no índice dos volumes no item ‘Extensão’ juntamente com as Missões Rurais – que seria agora a mais nova responsável pelas Semanas Ruralistas – que contavam com o apoio e “orientação” da UNESCO e da OEA na educação de adultos no meio rural⁹¹, cursos de educação rural e de extensão agrícola.⁹² A parte destinada ao Serviço de Informação Agrícola e que antes apresentava um item para descrever as atividades e crescimento do número de Clubes, passa a falar de “atividades de Extensão” e dentro dessa nova repartição é que os clubes seriam mencionados.⁹³

Ao ter contato com algumas documentações a respeito dos Clubes Agrícolas, pude perceber que eles se mantiveram em pleno funcionamento durante toda a década de 1950, paralelamente com os Clubes 4-S, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, mas se transformando progressivamente ao longo da década de 1950 e declinando em importância à medida que o sistema educacional passa por uma nova reforma com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, realizada em 1961, pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC), que passa a ser chamado assim a partir de 1953.

As disputas em relação à Educação Rural, mais especificadamente sobre os Clubes Agrícolas, foram travadas entre o Ministério da Agricultura (MA) e o Ministério

⁹¹ RMA. 1951, p.151

⁹² RMA 1952. índice

⁹³ Ibidem, p.105

da Educação e Saúde (MES), a educação rural implementada até a criação do Ministério da Educação foi definida e implementada inicialmente as ideias e demandas da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a qual era responsável em afirmar que esses Clubes seriam espaços “extraescolares”, portanto, vinculados em forma de anexos às escolas primárias das zonas rurais e que por sua vez foram subordinadas ao Ministério da Educação, após sua criação em 1931. Ressalto que as escolas primárias rurais estavam sob a responsabilidade do Ministério da Educação, mas os Clubes Agrícolas respondiam ao Ministério da Agricultura, o que causava desconforto entre duas, pois possuíam projetos divergentes sobre a educação.

O Ministério da Agricultura através dos seus dirigentes (também intelectuais orgânicos da SNA) tinham como proposta a criação dos Clubes Agrícolas apenas como uma forma para completar a educação dos jovens, sob o discurso de desenvolver melhores condições para preparar esses futuros trabalhadores e aproveitando para acabar com o que consideravam ser o atraso do campo. O espírito cooperativo foi motivado nos jovens, em suas famílias e na comunidade em que viviam, sempre com intuito de inculcar novos valores sobre a agricultura, sobre o trabalho na terra e sua importância para os jovens que seriam futuros produtores.

A organização desses Clubes era realizada através de atividades com práticas agrícolas e reuniões semanais com a presença não só dos familiares dos “clubistas”, como da comunidade. Qualquer atividade feita dentro dos muros dessa instituição e todas as ideias elaboradas para serem usadas por esses jovens e seus familiares, eram registrados em atas pelo Serviço de Informação Agrícola (S.I.A.) do Ministério da Agricultura. Além disso, ainda eram elaborados relatórios anuais (para prestação de contas dos subsídios fornecidos pelo Estado e outras agências financiadoras) e cartilhas educacionais.

Como veremos mais adiante, o discurso desenvolvimentista desde meados da década de 1940, mas principalmente a partir da década de 1950, estava presente não só nos projetos de atividades cotidianas dos Clubes Agrícolas como na Educação Rural como um todo. Logo, um dos objetivos dos projetos educacionais das classes dominantes, era o aumento da produtividade agrícola por meio do preparo das crianças e jovens dos Clubes como futura mão-de-obra para o campo.

O Brasil do pós Segunda Guerra Mundial seguia exatamente o modelo de modernização desejado, sendo assim, educavam os jovens através da difusão entre eles dos ideais positivos – considerados pela classe dirigente – do uso de novas técnicas para a produção e do incentivo ao consumo de insumos agrícolas como sementes, mudas e técnicas de adubação.

Foi dessa forma que valores capitalistas foram entrando no meio rural e criando raízes fortes junto aos trabalhadores do campo através dos seus filhos. A transformação da mentalidade dessas crianças e jovens frequentadoras dos Clubes Agrícolas foi provocada pela propagação de ideias sobre a valorização da terra e do trabalho no campo.

Valores esses vindos da cidade e adaptados para serem absorvidos pelo campo de acordo com suas atividades políticas e econômicas que visavam, por exemplo, a fixação do homem ao campo, impedindo – num contexto de industrialização acelerado principalmente nos anos 1950 – o êxodo para as cidades que sofriam com o inchaço populacional. Nesse período a “vida rural” e o “trabalho rural” foram enaltecidos por meio de recursos de convencimento, como a formação de um senso comum através dos meios de comunicação de massa. Outro motivo para mudar a mentalidade da sociedade rural era o crescimento de movimentos sociais, ou seja, a proposta se estenderia para impedir a organização de resistências contra o Estado no campo.

2.2 Objetivos e organização dos Clubes Agrícolas

A partir do contato com uma documentação produzida pelo Serviço de Informação Agrícola (S.I.A) denominada *Série Clubes Agrícolas* que foi distribuída para todos que trabalhavam nos Clubes, principalmente professoras e alunos, tive acesso a relatos sobre algumas atividades que permitem reconstituir e analisar os valores que pretendiam transmitir às crianças e jovens, alvo desses projetos educacionais no campo.

Pude constatar no levantamento dessa documentação a existência de vinte quatro (24) volumes que compõem a *Série Clubes Agrícolas*, esses volumes apresentam datas distintas e ainda não posso afirmar com certeza em que período o Serviço de Informação revolveu criar essa série e qual o critério utilizado para reunir esses trabalhos, sendo que alguns já haviam sido publicados em forma de folhetos.

Não posso deixar de mencionar também que por não ter tido condições de acesso a todos eles, pois parte deles não se encontra nos acervos das instituições pesquisadas, procurei compreender o sentido da criação, funcionamento e difusão dos Clubes Agrícolas, demonstrando sua íntima ligação aos projetos e políticas públicas para o campo ao longo do período analisado, a partir dos materiais que dispunha.

Esse volume é o primeiro da Série e o que consultei era sua segunda edição, publicada em 1949 e escrito por três técnicos do Ministério da Agricultura.⁹⁴ Logo no Prefácio os autores explicam que a primeira edição (1943) foi divulgada sob a forma de folheto, já com o objetivo de fazer propaganda das ideias dos Clubes e dos princípios em que se pautavam. A edição de 1949, que compõe o documento elaborado pelo S.I.A, foi refeita levando em conta o tempo de experiência de criação e funcionamento dos Clubes, sendo, portanto, mais completa.

⁹⁴ BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Pinto. *Clubes Agrícolas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1949. (Série Clubes Agrícolas, 01).

Nesse volume encontram-se vários argumentos e concepções considerados de suma importância para a organização dos Clubes Agrícolas, como por exemplo, a definição dos valores que os jovens rurais deveriam ter:

“(...) Agrupando a instancia e a juventude em *núcleos associativos*, essas entidades dão aos seus jovens integrantes as primeiras noções de vida coletiva, com seus deveres e responsabilidades; e, ao mesmo tempo, cumprindo as finalidades do seu programa, *despertam o interesse pelos trabalhos lucrativos*, inspirando *entusiasmo pelas atividades do campo*, e, por conseguinte, amoldando tendências que, antes, por falta de orientação, se inclinavam para o meio e para as atrações das cidades, em torno de outras profissões julgadas ilusoriamente mais elevadas.”⁹⁵

Nesse volume da série fica nítida a defesa do “amor a terra” e da importância em despertar o interesse pelo o trabalho no campo assim como "aos ganhos" que poderia proporcionar. Observa-se, também, quais os valores que os Clubes deveriam promover: associativismo, desenvolvimento técnico, produtividade e lucro nas atividades do campo. Os Clubes também deveriam ensinar hábitos de alimentação e higiene, além da economia doméstica como um caminho para a elevação da vida dos habitantes das áreas rurais. Através das atividades desenvolvidas, propunham o ensino dos meios para criar um jardim, a cuidar da horta e usar as novas técnicas de cultivo agrícola.

Todos esses aspectos estavam explicitados nos “objetivos dos Clubes Agrícolas no Brasil”:

- “1 – *Incutir na consciência de seus sócios o amor a terra*, o sentimento da nobreza das atividades agrícolas e a ideia do seu valor econômico e patriótico.
- 2 – Dignificar o trabalho manual, elevar e engrandecer a vocação e a profissão do agricultor.
- 3 – *Mostrar os perigos do urbanismo e do abandono dos campos*.
- 4 – *Desenvolver o espírito de cooperação* na escola, na família e na coletividade.
- 5 – Incentivar a policultura e proporcionar a aprendizagem de métodos agrícolas racionais, pondo em prática os princípios da agricultura

⁹⁵ *Id, Ibid., p 03*

científica e demonstrando os rendimentos das lavouras e criações bem tratadas.

6 – Suscitar no espírito dos sócios, especialmente meninas, a verdadeira significação do ‘lar’.

7 – Colaborar para o melhoramento permanente da vida rural, tornando-a mais agradável e aperfeiçoando-a sob o ponto de vista da sociabilidade, da estética e da cultura geral.

8 – Formar e cultivar hábitos de economia e orientar os sócios sobre a melhor aplicação do seu dinheiro.

9 – Fazer a propaganda, na comunidade rural, da vivenda bonita, confortável, alegre e higiênica, ensinando os sócios a achar belas a ordem e a limpeza.

10 – Proteger os animais e as plantas. (...)”⁹⁶

Para ingressar no Clube os jovens deveriam ter entre 8 a 18 anos e seriam chamados de sócios, alguns eram alunos das escolas primárias as quais o Clube era ligado outros não, a única exigência realmente obrigatória era saber ler e escrever. Sua organização era composta por uma diretoria que teria presidente, tesoureiro, um secretário, zeladores e também por subdiretorias, que eram específicas para cada atividade desenvolvida pelos Clubes (avicultura, horticultura, biblioteca, etc.).

A superintendente responsável pelo Clube geralmente era a diretora da escola ou a professora envolvida no projeto, já a direção de seção era eleita pelos companheiros, mas o seu cargo não poderia lhe conferir uma posição de superioridade em relação aos demais sócios.⁹⁷

As professoras eram de extrema importância para os Clubes, era por meio de seu conhecimento que os alunos aprendiam as práticas de como lidar com a terra. O governo federal, muitas vezes em conjunto com os estaduais, buscava uma maneira de evidenciar a importância dessas profissionais, seja exaltando-as em periódicos, oferecendo cursos e até mesmo prêmios como demonstra uma notícia do *Correio da Manhã* em 1944:

“O govêrno do Estado do Rio patrocina iniciativa inteiramente original no Brasil, no domínio da educação rural: mantem em Niterói cursos para professoras do interior, hospedando as educadoras por sua

⁹⁶ BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Pinto. *Clubes Agrícolas, op. Cit.*, p 35-36.

⁹⁷ *Id, Ibid.*, p. 42-43.

conta e ministrando-lhes as aulas em caráter inteiramente gratuito. (...) O curso se destina a proporcionar às professoras fluminenses conhecimento prático sobre agricultura, criação etc., bem como Sociologia Rural e Economia Rural. Além de sua finalidade cultural *visa desenvolver a criação e a disseminação dos Clubes Agrícolas em todas as escolas do Estado do Rio.*”⁹⁸

A cooperação era a palavra-chave da organização dos Clubes. Um dos objetivos dos Clubes era a criação de líderes e formação de futuros trabalhadores modernos e que pudessem tomar decisões. Além dos alunos ajudarem na organização fazendo parte de uma equipe de administração junto com a professora, o Serviço de Informação Agrícola também lhe enviava auxílio por meio de assistência técnica e material, mas em troca pedia:

“1º) que a entidade peça registro para o que é bastante preencher um ‘boletim de inscrição’ que lhe é enviado, devolvendo-o ao Diretor do Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, D.F.

2º) que mantenha permanente contato com a S.I.A., enviando semestralmente um relatório de suas atividades e documentando com fotografias, sempre que possível, os trabalhos práticos realizados.

Para satisfazer as suas finalidades, o clube agrícola deve:

a) manter uma horta; criação de aves, coelhos, abelhas, bichos de sêda, jardim ou cultura de flores e plantas ornamentais em vasos, latas, janelas; pomar; pequenas indústrias rurais; biblioteca;

b) orientar os seus sócios em assuntos agrícolas;

c) fazer excursões a propriedades rurais, participando nelas de sementeiras, colheitas, podas, combates a pragas, de tôdas as atividades agrárias, enfim;

d) colaborar com os serviços públicos na racionalização dos métodos de trabalho agrícolas correntes no Brasil.”⁹⁹

Fiore, ao trabalhar com os Clubes de Santa Catarina nos conta que os clubistas para fazerem parte desse projeto deveriam “Assinar um termo de compromisso” no qual ele garantia sua dedicação “às plantas, à organização e manutenção de pequenas hortas e jardins ou aos animais, criação de aves, coelhos, bichos de seda, abelhas.”¹⁰⁰

⁹⁸ 200 Professoras fluminenses na agricultura. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1945, p.02

⁹⁹ BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Pinto. *Clubos Agrícolas*, op. Cit., p.39,

¹⁰⁰ FIORI, Neide Almeida. "Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola". *Perspectiva*. Op. cit., p. 242

A Educação Rural aqui analisada foi pensada e desenvolvida para ser um instrumento em prol do “progresso” que as classes dominantes visavam para o campo e seus moradores, e seu objetivo era formar uma mentalidade empreendedora como as criadas nos espaços urbanos. O projeto de educação desses Clubes, portanto visava preparar esses jovens para se tornarem os produtores rurais mais modernos e adaptados aos novos “métodos racionalizados de trabalho agrícola”. É possível afirmar que os clubes procuravam proporcionar o acesso de jovens e adultos no campo ao conhecimento científico, racional e objetivo – proporcionado por escolas – procurando afastar os jovens das crenças e mitos das tradições culturais de suas comunidades rurais:

“O agricultor moderno é aquele que, tendo adquirido o gosto pela instrução, procura sempre novos conhecimentos, orienta-se com elementos fornecidos pela ciência, transformando, melhorando, aprimorando em todas as suas faces os cabedais com que eleva o seu nível mental, valorizando-se constantemente. *O agricultor moderno não se improvisa: cria-se à luz da ciência* e ao estímulo do amor à terra que lavra dia a dia.”¹⁰¹

O Brasil um país historicamente agrário, demonstra que a industrialização das suas cidades e a urbanização crescente remodela não só o espaço físico da cidade, como o espaço e as mentalidades do campo, principalmente dos trabalhadores. Foi refletindo sobre as atividades, os objetivos dos Clubes Agrícolas, as transformações em prol de uma modernização e a criação de instituições, acordos, agências que conclui o quanto o campo e a cidade possuem uma dialética, sem deixar de refletir que também dialogam e se articulam.

A sociologia rural, por exemplo, foi marcada por diversos pesquisadores não só na Europa como também nos Estados Unidos e na América Latina. Ao falar dessa

¹⁰¹ *Id, Ibid., p 72;73*

sociologia Henri Lefebvre em “*Perspectiva da Sociologia Rural*”¹⁰², foi um dos que abordou a temática defendendo a existência de um “mundo” camponês¹⁰³, mas que este não deveria ser abordado como um “mundo isolado”.

Fica claro, a partir da análise das fontes, tanto dos documentos destinados aos clubes quanto daqueles produzidos por eles, como vão se definindo e consolidando na prática as propostas para a educação rural, nos levando a refletir não só sobre os modos de ensinar mas, sobre o tipo de conhecimento a ser transmitido através das atividades desses Clubes e quem realmente seria atingido com tais transformações.

Não é a toa que um dos objetivos dos Clubes era a criação de uma biblioteca, sua criação e manutenção era uma das regras impostas pelo S.I.A aos Clubes e diversos documentos foram produzidos com orientações e demonstrações sobre como, e para que, ela deveria ser organizada. Localizei um documento¹⁰⁴, de autoria de Xavier Placer, bibliotecário do Serviço, escrito com a finalidade de servir como roteiro para a criação de Bibliotecas nos Clubes Agrícolas.

A biblioteca não seria temática e não apresentaria apenas referências bibliográficas a respeito da vida rural, da educação e da agricultura em si, mas teriam títulos que pudessem fazer os jovens se interessarem pelos livros e pela leitura. Assim, Placer apresenta os materiais que deveriam compor essa “biblioteca ideal”, iniciando com os livros (a técnica do livro e a crítica), os serviços (a aquisição dos livros, como o bibliotecário deveria se portar, como se registrava os livros, a catalogação, classificação,

¹⁰² LEFEBVRE, Henri. Problèmes de Sociologie Rurale: La Communauté Paysanne et es Problèmes Historico-Sociologiques. In Cahiers Internationaux de Sociologie, vol VI, 1949. Pp78-100. In *Apud*: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981

¹⁰³ Vale ressaltar que Lefebvre vai fazer referências a história europeia, portanto, o termo usado para designar o homem do campo será camponês. Lembrando que para nossa história existe uma longa discussão sobre o uso do conceito de camponês, que não pretendo abordar nessa reflexão. Para maior compreensão ver: CARDOSO, C. F.: “Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas”. IN: CHEVITARESE, André Leonardo (Org). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

¹⁰⁴ PLACER, Xavier. *Como organizar a biblioteca do clube agrícola*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1955. (Série Clubes agrícolas, 12).

registro dos leitores, dos empréstimos, os tipos de documentos, etc.), as instruções práticas, concluindo com uma lista de títulos básicos que deveriam compor a biblioteca.

Para isso, o bibliotecário organizou um dos capítulos sobre a seleção da bibliografia e a busca de catálogos, anexando os nomes dos periódicos do País, além de revistas e jornais de caráter geral¹⁰⁵ e de revistas especializadas. Sobre as publicações especializadas que compunham às bibliotecas dos Clubes merece destaque, o Boletim *Brincar e Aprender* do Ministério da Agricultura, pois é através dessa Revista que podemos ter uma noção do crescimento no número de Clubes ao longo dos anos e, acima de tudo, permite mapear o tipo de conhecimento e, também, as informações que o S.I.A. julgava relevante disponibilizar nos Clubes:

Quadro 3 – Publicações Distribuídas pelo Serviço de Documentação Agrícola

TÍTULOS	1941	1942	1943	1944	TOTAL
Revistas e Folhetos agropecuários	4.839	8.400	19.444	30.848	63.531
Pá, Pé e Papão	-	-	3.866	1.375	5.241
Terra Abençoada	-	-	3.970	795	4.765
O Brasil e suas Riquezas	162	535	1.441	455	2.593
Onde o Sol é mais Bonito	-	-	-	1.701	1.701
Hortas para o Brasil	-	-	670	-	670
Zoologia	-	251	-	-	251
Cartilha Avícola Brasileira	-	262	-	-	262
Livro da Bandeira do Brasil	-	324	-	-	324
Meu Caderno de Ciências Sociais	-	593	30	-	623
Os Amigos de João Enxada	139	05	80	-	224

FONTE: BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender. Boletim dos Clubes Agrícolas*. Ano IV nº14. Rio de Janeiro – Brasil, p.1

¹⁰⁵*Id. Ibid.*, p.29

Além desses dados podemos observar outros que demonstram o tipo de assistência fornecida pelos órgãos do Ministério da Agricultura, como a distribuição de sementes pelo Serviço de Documentação Agrícola (S.D.A):

Quadro 4 – Sementes Distribuídas pelo Serviço de Documentação Agrícola

ESPECIFICAÇÕES	1941	1942	1943	1944	TOTAL
Coleção com 6 espécies hortícolas	2.561	3.726	10.512	1.257	16.656
Arroz, feijão e milho (Kg)	-	-	1.800	2.700	4.500
Batata (Kg)	-	-	300	500	800

FONTE: BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender. Boletim dos Clubes Agrícolas*. Ano IV nº14. Rio de Janeiro – Brasil, p.22

Portanto, os Clubes Agrícolas devem ser pensados como um espaço de entrada e convivência de diversos valores no campo, sendo o principal deles vinculado ao crescimento e expansão do capitalismo que visava a modernização da vida e do trabalho rurais. O produtivismo era a arma principal desse novo valor que tinha como objetivo a tecnificação do campo, por meio do ensino de novas técnicas. Esse ensinamento e os novos valores pretendiam criar uma "mentalidade" que acredita que o trabalho na terra é essencial desde que orientado por técnicas e pela busca da produtividade.¹⁰⁶

Todo esse esforço para criar um sistema de educação eficiente para esses jovens foi colocado em prática pelos jovens e pelas professoras dessas instituições, mas também por meio da criação de uma rede de comunicação de massa desenvolvida pelo Ministério da Agricultura através do Serviço de Informação Agrícola. Um exemplo

¹⁰⁶ Deve deixar claro que o valor do produtivíssimo nessa sociedade seria a concorrência e a competição, que são valores burgueses do capitalismo, isso fica mais nítido quando vemos mais a frente os concursos feitos entre os Clubes Agrícolas e que incentivavam esse espírito competitivo.

claro disso é a criação do periódico, denominado *Brincar e Aprender* – que já foi mencionado acima – que circulava pelos Clubes ensinando atividades e contando as façanhas de outros espaços educacionais além dos Clubes, como irei analisar a seguir.

2.3 Clubes 4-S e Clubes Agrícolas Escolares: Diferenças e Semelhanças.

Os Clubes agrícolas aqui estudados são diferentes dos Clubes 4-S, estes últimos criados seguindo modelos idênticos aos dos EUA. Os clubes 4-H tinham esse nome pois cada H tinha um significado – Head, Heart, Hands, Health – que o clubismo 4-s deveria estimular e desenvolver entre os jovens: Saber, Sentir, Saúde e Servir.¹⁰⁷



Figura 1: Logo dos Clubes 4-S. **Fonte:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL - ABCAR. Manual dos Clubes 4-S. Rio de Janeiro. 1959, CAPA.

Esses Clubes se diferenciam dos escolares uma vez que não estavam vinculados a nenhuma instituição escolar e, na maioria das vezes, eram patrocinados por grandes empresas nacionais e internacionais, principalmente nas décadas posteriores.

“Nota: Os Clubes sob orientação do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, embora trabalhando com a juventude rural, se distinguem dos Clubes 4-S por serem vinculados aos estabelecimentos de ensino rural, enquanto que estes estão estreitamente ligados aos Serviços de Extensão e trabalhando à base de projetos individuais conduzidos pelos associados nas propriedades onde vivem.”¹⁰⁸

¹⁰⁷ GOMES, Leonardo Ribeiro. O jovem dos Clubes 4-S como elemento difusor da modernização das práticas agrícolas em Minas Gerais nas décadas de 1950-1960. VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso. 2013 Anais. Ver também do mesmo autor: GOMES, Leonardo Ribeiro. *Progredir sempre: os jovens rurais mineiros nos clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2013.

¹⁰⁸ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL - ABCAR. Manual dos Clubes 4-S. Rio de Janeiro. 1959, p.16.

Os Clubes 4-S tiveram início na década de 1950, quando a extensão passa a configurar as políticas econômicas e educacionais para o meio rural e “em 1952 foram uma das principais ações desenvolvidas pelo extensionismo rural em Minas Gerais.”¹⁰⁹

Uma das primeiras instituições de extensão no país foi a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais – a ACAR-MG -, fundada em 1948 através de um convênio entre o governo do estado e a Associação Internacional Americana (AIA). O primeiro clube de modelo “S” foi fundado em julho de 1952, no município mineiro de Rio Pomba. Como afirma Gomes:

“Pelo discurso oficial extensionista os próprios profissionais da ACAR-MG e os jovens formados na mentalidade modernizadora via Clubes 4-S, seriam estes quadros técnicos qualificados para gerirem a produção de um novo estilo de vida no meio rural mineiro.”¹¹⁰

Esses Clubes eram difundidos paralelamente aos Clubes Agrícolas Escolares e serviam muitas vezes de modelo e inspiração, como veremos mais adiante, e muitas das atividades desenvolvidas progressivamente tornaram-se muito parecidas. Esses Clubes se estenderam até a década de 1970 e a partir de 1960 o dia da fundação do primeiro espaço clubista ficou considerado como “Dia Nacional dos Clubes 4-S”¹¹¹ comemorado anualmente com eventos que contavam com a participação de inúmeros membros da Sociedade Civil do país.

Os Clubistas também eram jovens, geralmente entre “10 a 21 anos, filhos de pequenos e médios proprietários rurais, atendidos pela ACAR-MG.”¹¹² Eram estimulados a externar sentimentos patrióticos e demonstrar amor a seu país, aspectos constantes, seja nas atividades, nos hinos ou nas falas:

¹⁰⁹ GOMES, Leonardo Ribeiro. O jovem dos Clubes 4-S como elemento difusor da modernização das práticas agrícolas em Minas Gerais nas décadas de 1950-1960. *Op. Cit.*, p. 01

¹¹⁰ *Id. Ibid.*, p.01

¹¹¹ *Id. Ibid.*, p.05.

¹¹² *Id. Ibid.*, p.05.

Bandeira 4-S eu te prometo a inteligência para melhor **SABER**, o coração para melhor **SENTIR** e a **SAÚDE** para melhor **SERVIR** ao Deus, à minha Pátria, à minha família, à minha comunidade e ao meu Clube 4-S ¹¹³

Assim como os Clubes Escolares eles deveriam realizar um relatório de atividades dessas instituições, sendo que estes não eram realizados pelos clubistas e sim pelos técnicos da ACAR, que seriam os responsáveis por seu monitoramento e controle. Relatórios estes que serviriam para realização de futuras atividades mas, também, como uma forma de demonstrar a realização dos trabalhos da Extensão Rural não só junto ao governo estadual e federal como com as instituições financiadoras do projeto.

A extensão rural trabalhava diretamente com o trabalhador/proprietário do campo, orientando o homem na plantação, colheita, no trato com os animais, ou seja, com as atividades produtivas desenvolvidas pelos adultos. Geralmente o extencionista era um agrônomo que detinha curso superior e era acompanhado de uma mulher formada no curso de Economia Domestica, a qual acompanha o restante da família, atuando no que dizia respeito a técnicas para o lar, como a conservação de alimentos, como organizar a cozinha e a casa em si e noções de higiene e de vestimenta. ¹¹⁴

¹¹³ COMITÊ NACIONAL DE CLUBES 4-S – CNC 4-S. *Plano Nacional de prêmios e reconhecimentos para Clubes 4-S. Rio de Janeiro: ABCAR, 1967 (contra-capa). Apud: GOMES, Leonardo Ribeiro. O jovem dos Clubes 4-S como elemento difusor da modernização das práticas agrícolas em Minas Gerais nas décadas de 1950-1960. Op. Cit., p.06. Grifos do autor.*

¹¹⁴ Para melhor entender as políticas extensionistas, dais quais não me aprofundarei neste trabalho ver obra de MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961) op. cit.*

“O extensionista através de projetos individuais, capacita o jovem a arcar com sua responsabilidade futura.”



Figura 2 e 3: Fonte: Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR. *Manual dos Clubes 4-S*. Rio de Janeiro. 1959, p.09 e 10.



Os jovens entre 15 a 20 com a criação dos clubes 4-S passaram a ter um prestígio dentro dessas organizações, e estimulados ao exercício da cooperação e a assumir protagonismo nas ações e decisões. Ela era composta por diretoria, com presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro composta pelos clubistas, assim como nos Clubes Agrícolas Escolares.

Especificamente em MG, cuja experiência já foi analisada em estudos sobre esses Clubes, pode-se observar a criação em 1959 de um Comitê Estadual de Clubes 4-S de Minas Gerais – CEC 4-S, que tinham como financiadores, dos concursos e bolsas de estudo, não só empresários como agricultores:

“Em 1964 foi fundado o Comitê Nacional de Clubes 4-S – CNC 4-S que congregavam várias firmas e entidades, inclusive internacionais que contribuían com recursos financeiros que eram destinados a patrocinar com atividades envolvendo os jovens integrantes dos Clubes 4-S. Dentre elas haviam a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID/Brasil); Associação Internacional Americana (AIA); Coca-Cola Indústria e Comércio Ltda; Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA); Esso Brasileira de Petróleo S/A; Ford Willys do Brasil S/A; Fundo NorteAmericano para Assistência Social (FNAS); Indústria de Pneumáticos Firestone S/A; Massey Ferguson do Brasil S/A; Produtos Alimentícios Fleischmann Royal Ltda; Singer Sewing Machine Company.¹¹⁵

O projeto quatrocentista esteve presente em outras regiões do país e teve destaque, uma vez que era proveniente de um modelo internacional que progressivamente foi incorporado como modelo a seguir no país, mas o que se pode ver é que suas atividades se assemelhavam as dos Clubes Agrícolas Escolares, mas sua maior diferença é que não havia a preocupação com o ensino primário em si, uma vez que não era vinculada a um grupo escolar, e que seus propósitos são extremamente produtivistas e visando transformar o jovem em um meio para difundir as modernizações agrícolas, como a maquinaria, novos tipos de sementes e adubações.

Claro, que os Clubes Escolares a partir da década de 1950 foram assumindo esses moldes, mas a outra diferença explicita seria referente ao financiamento. O Ministério da Agricultura subsidiava e apoiava o extensionismo e detinha agências sob sua jurisdição como a ACAR de cada estado e depois a própria ABCAR, EMBRAPA¹¹⁶ e assim por diante. Mas no caso dos Clubes 4-S o financiamento empresarial ocorria de forma direta e com intuito de fazer essa população se transformar em consumidora das novas tecnologias que vinham sendo desenvolvidas. Assim, dessa forma poderia receber

¹¹⁵ O RURALISTA, Ano VIII, nº136, dezembro de 1970, p.8. Apud: GOMES, Leonardo Ribeiro. O jovem dos Clubes 4-S como elemento difusor da modernização das práticas agrícolas em Minas Gerais nas décadas de 1950-1960. *Op. Cit.*, p.09

¹¹⁶ Ver para maiores informações a dissertação: OLIVEIRA, Pedro C. F. *Extensão Rural e Interesses Patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974)*, Dissertação de Mestrado, UFF, 2013.

financiamento de bancos, comércio e indústrias e também do poder público dos países que financiavam os clubes.

Capítulo 3 –*Brincar e Aprender*: uma revista para os Clubes Agrícolas

Nesse capítulo o objetivo principal é compreender o papel da imprensa no projeto de expansão e sustentação dos Clubes Agrícolas. Com esse objetivo analiso a Revista *Brincar e Aprender*, criada pelo S.I.A. – órgão que também administrava os Clubes Agrícolas –, em 1942 para “incentivar ainda mais a campanha dos clubes agrícolas e, ao mesmo tempo, estabelecer vínculos de estreita camaradagem entre as milhares de crianças associadas”, conforme noticiou a edição de 31 de maio do *Correio da Manhã*.¹¹⁷ Através da revista, procurei também observar como se organizavam os Clubes, quem eram os jovens e profissionais que participavam dessa iniciativa, quais eram as atividades realizadas e divulgadas, quais as funções atribuídas não só aos jovens clubistas mas, também, aos funcionários e, dentre eles, à professora, além de observar as relações que se estabeleciam entre eles.

Além da revista, recorro a um conjunto de publicações do Serviço de Informação Agrícola elaboradas com objetivos distintos e destinadas a públicos também diversos – que inclui cartilhas, manuais e folhetos para orientar a criação e funcionamento dos clubes e relatos retrospectivos que sistematizam a memória dessas ações –, que vieram a público no final da década de 1940 compondo os volumes que integram a *Série Clubes Agrícolas*.

3.1 *Brincar e Aprender* – Criação, Organização e Temas

“O S.I.A. do M.A. ao publicar este jornalzinho tem em mira um elevado proposito: incentivar a criação de novos clubes agrícolas e, ao mesmo tempo, estabelecer vínculos de estreita camaradagem entre os milhares de jovens que cerraram fila em torno da bandeira idealística dos clubes agrícolas nacionais.”¹¹⁸

¹¹⁷ ATIVIDADES do Ministério da Agricultura. *Correio da Manhã*, 31 de maio de 1942, p.09.

¹¹⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender. Boletim dos Clubes Agrícolas* apud PLACER, Xavier. *Como organizar a biblioteca do clube agrícola. Op. Cit.*, p.30.

Sete anos após o lançamento da *Brincar e Aprender* estas foram as justificativas destacadas nesse folheto de autoria de três funcionários do Serviço de Informação Agrícola – S.I.A. – do Ministério da Agricultura. Um deles, o jornalista Carlos Bhur, começou sua carreira como repórter do jornal *A Noite*, radialista da Rádio Nacional e assumiu, em agosto de 1954, a chefia do Setor de Divulgação do S.I.A..¹¹⁹ Os dois outros autores, são Jorge Pinto Lima, veterinário e técnico de educação rural que assumiu as funções de relações públicas do Serviço de Informação Agrícola e Guaraci Cabral de Lavor, engenheiro agrônomo do M.A.. Estes dois últimos foram ativos colaboradores de publicações destinadas a “produtores rurais”, como *Chácara e Quintaes* e *Mundo Agrícola*, além de professores de cursos populares para agricultores.



Figura 4: Anúncio de cursos populares de agricultura ministrados, entre outros, por Guaraci Lavor e Pinto Lima. *Correio da Manhã*, 2 de setembro de 1951, p. 52.

Como “órgão editor” do Ministério da Agricultura o S.I.A., montou um departamento editorial responsável por um conjunto variado de publicações “sobre os

¹¹⁹ “O novo chefe de Divulgação do Ministério da Agricultura”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1954, p. 3.

mais diversos assuntos rurais” que “atingem 3, 5 e até 10 mil exemplares” de cada obra editada, totalizando média de 500 mil publicações anuais.¹²⁰

Entre os periódicos publicados pelo SAI. estavam o *Boletim do Ministério da Agricultura*, mensal, com “assuntos técnico-científicos, legislação e atos administrativos”, o jornal quinzenal *Informação Agrícola* dedicado ao “noticiário do M.A. e artigos de divulgação técnica para lavradores”, a revista *Carta Semanal*, além da *Brincar e Aprender* revista ilustrada, trimestral, “com noticiário dos clubes agrícolas, matéria educativa e recreação”. Destinada aos clubes ela foi planejada para incentivar “a fundação e manutenção de clubes agrícolas escolares, visando o melhor ajustamento da escola primária rural às condições peculiares do meio rural a que serve”.¹²¹ Além disso, o S.I.A. produzia programas de rádio, distribuídos para mais de 200 emissoras em todo o país, publicava livros e folhetos organizados em diversas séries – didática, estudos técnicos, estudos brasileiros, ensaios, documentária, etc. – além da *série clubes agrícolas* constituída por “monografia sobre educação rural (...) destinados a orientação de professores de ensino primário e de clubes agrícolas”.¹²² A atuação no interior do S.I.A. de jornalistas e homens com bom trânsito nas redações e jornais e revistas, sem dúvida contribuiu para estreitar os laços com a imprensa empresarial diária que mantinha seções ou páginas inteiras para divulgar ações, realizações e publicações desse órgão de “informação agrícola”.

¹²⁰ VIEIRA, José A. Atividades Editoriais do Ministério da Agricultura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1955, p. 65.

¹²¹ VIEIRA, José A. A divulgação a serviço das populações rurais. Balanço de um semestre. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1956, p. 4. O mesmo texto é publicado em outras edições do *Correio da Manhã*, como por exemplo a do dia 16 de junho de 1957, p. 3.

¹²² VIEIRA, José A. Atividades Editoriais do Ministério da Agricultura. op. cit., p. 65.

NOSSA ESTANTE

Do sr. José A. Vieira, diretor do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, recebemos as seguintes publicações:

- "Documentário da Vida Rural".
- Volume 11 — "Jangadeiros", Luis da Câmara Cascudo.
- Volume 13 — "Engenheiros de Rapadura no Cariri", José de Figueiredo Filho.
- Volume 14 — "Lavoura Caiçara", Carlos Borges Schmidt.
- Volume 15 — "O Mutirão no Nordeste", Helle Galvão.
- "Jornalzinho Escolar", Xavier Piacer.
- "O Problema da Eletrificação Rural no Brasil", Valdiki Moura.
- "Problemas Agrícolas em Fôco", José A. Vieira.
- "Cartilha Alimentar do Homem Rural", Rubens de Siqueira.
- "Clubes Agrícolas", J. Pinto Lima, Carlos Bühr e Guaraci Cabral de **Lavor**.
- "Armazenagem de Batata", Otis Cross e Marx Koehnke.
- "Criação de Bezerros", Elvino Alves Ferreira.
- "Legislação Cooperativista", compilação do S.I.A.
- "Noções de Higiene Rural", Henrique Fartado Portugal.
- "O Ministério da Agricultura a Serviço do Desenvolvimento", compilação do S.I.A.
- "A B C da Cooperação", Valdiki Moura.
- "A Pecuária de Corte no Rio Grande do Sul", H. Blanc de Freitas e Paulo Fróes da Cruz.
- "Escola Nacional de Florestas", Paulo F. Souza.
- "A Criação de Búfalos para Fomento da Produção Leiteira na Amazônia", Comissão Nacional da Pecuária do Leite.
- "Bandinha Rítmica", Maria Helena Góis.
- "Economia Doméstica", Keliida Cescometto.
- "Favelas do Distrito Federal", José Alípio Goulart.
- "Vinte Anos de Informação Agrícola", compilação do S.I.A.
- "Informação Agrícola e Relações Públicas", José A. Vieira.

Figura 5: Anúncio de publicações do S.I.A. distribuídas à imprensa. *SINGRA*, *Suplemento Intergráfico*, dirigido por Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 4 a 10 de dezembro de 1959, p.13. O expediente informa que Singra era um suplemento semanal com as edições "dos jornais de todos os estados e territórios brasileiros, garantindo o mais alto grau de difusão no país", distribuído como encarte do *Correio da Manhã*, de 4 de dezembro de 1959.

A Revista *Brincar e Aprender* portanto, foi organizada como um periódico voltado para os participantes dos Clubes Agrícolas e é através dele que o Ministério da Agricultura buscava tornar hegemônico o seu projeto de educação voltado para os jovens do campo. Nessa publicação podemos observar como a Sociedade Civil estava preocupada em valorizar o trabalho no campo e no desenvolvimento do país, principalmente na década de 1950.

No início, os meios que o S.I.A. e outros órgãos dispunham para se comunicar com a direção, as professoras e os alunos era através de cartilhas, folhetos, bibliografias sobre educação, que eram enviados pelo Ministério a cada um dos Clubes. No fim da década de 1930 a legislação sobre os livros didáticos ligados ao Ministério da Educação e Saúde foi regulamentada¹²³ pelo então ministro Gustavo Capanema, estabelecendo

¹²³ Decreto-lei n° 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

que os recursos didáticos deveriam ser autorizados pelo MES, o que fez acirrar ainda mais a disputas entre as pastas de educação e agricultura em torno dos projetos educacionais para o campo. Ou seja, ainda que os Clubes Agrícolas ainda estivessem sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, era o Ministério da Educação quem deveria indicar o melhor material didático para ser adotado.

Mas, apesar de interrupções o MA conseguiu manter um periódico sobre os Clubes e destinados a eles, com conteúdos didáticos produzidos por técnicos vinculados ao S.I.A. Assim, a *Brincar e Aprender* teve sua primeira edição em maio de 1942 em forma mimeografada e só mais tarde impressa sob a forma de revista. Os textos, imagens e atividades que compõem os seus volumes foram concebidos como um “material didático” que poderia ser utilizado como cartilha, já que era composto por um vasto material pedagógico dirigido as professoras e clubistas, como explica Fernandes.¹²⁴ De acordo com *Correio da Manhã*, a *Brincar e Aprender* era “um verdadeiro jornalzinho” que muito deveria “animar o movimento ruralista infantil”.¹²⁵ Como publicava relatórios encaminhados ao S.I.A. por professoras e pela diretoria de diversos clubes, a revista era vista também, como um boletim informativo e, muitas vezes, era assim que o próprio Ministério da Agricultura se referia as suas publicações em seu relatório:

“Com o maior sucesso, foi lançado um boletim mimeografado – ‘Brincar e Aprender’, *órgão dos clubes agrícolas destinado a divulgar as ocorrências dos clubes e servir de ponto de contacto entre as entidades dos diversos Estados*. Desde o seu primeiro número, aparecido em maio vem o ‘boletim dos ‘clubes agrícolas’ inserindo matérias educativas variadas, pequenos contos de fundo moral e recreativo, dominando sempre o espirito ruralista. ‘Brincar e Aprender’ tem sido um eficiente fator de animação à companha dos Clubes e mereceu entusiástica acolhida, não só dos clubistas, que enviavam colaboração regulamente, como dos professores e mesmo

¹²⁴ FERNANDES, Jacqueline Pinto. *Educação e Hegemonia: As cartilhas rurais como instrumento de difusão ideológica no Brasil (1945-1961)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

¹²⁵ ATIVIDADES do Ministério da Agricultura. *Correio da Manhã*, 31 de maio de 1942, p.09.

de ilustres educadores, que manifestaram por escrito sua boa impressão.”¹²⁶

Dessa forma, fica claro que a *Brincar e Aprender* era destinada não só aos Clubistas, com artigos, contos e propostas de atividades como, também, às professoras que iriam colocar em prática as propostas e sugestões e, ainda, ajudavam a difundir seus próprios Clubes através do envio de textos para a revista. Ao mesmo tempo, *Brincar e Aprender* se tornou um meio de publicidade desse projeto de educação e, também, das atividades do Serviço de Informação Agrícola, tendo uma ampla visibilidade entre os órgãos educacionais do meio rural e, a crer na própria revista, também entre educadores “ilustres”.

Apesar de não ter sido possível analisar a primeira edição de *Brincar e Aprender* de 1942 e nem todos os exemplares publicados nos anos posteriores, pude ter uma noção bastante aproximada dos conteúdos do primeiro volume através de notícia do *Correio da Manhã*. Esse jornal informou que o primeiro número da revista divulgou uma lista dos Clubes já existentes até aquele momento e como eles interagiam uns com os outros, além de um discurso do O. E. Baker, funcionário do Departamento de Agricultura dos EUA que retratava as vantagens de se viver no campo. Além disso, o diário descreve as seções que compunham a *Brincar e Aprender* nesse primeiro número: “O que se faz nos Clubes Agrícolas”, “Últimas Notícias”, “Fique sabendo” e “Correspondência”, sempre buscando levar ideias de educação cívica e moral.¹²⁷

Procurei observar quem fazia parte da produção da revista, em que esferas ela circulava, a propaganda de atividades feitas em diversos Clubes do país e quais outros órgãos, além do Serviço de Informação Agrícola, ligados não só a Sociedade Política,

¹²⁶ BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório de Ministro (RMA)*, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1942, p.265.

¹²⁷ ATIVIDADES do Ministério da Agricultura. *Correio da Manhã*, 31 de maio de 1942, p.09.

como a Civil incentivavam esse tipo de produção e principalmente a expansão do projeto clubista.

É importante destacar que a *Brincar e Aprender* não foi editada durante um período não identificado, voltando a circular normalmente a partir de 1958 quando a educação rural passou a caminhar de mãos dadas com a Extensão Rural. Como não tive acesso a todos os seus números, não pude precisar o ano em que sua circulação foi interrompida, mas um dos volumes da *Série Clubes Agrícolas*, reeditado em 1958 comenta seu retorno: “Brincar e Aprender’ voltou a circular, revitalizando a ligação entre os setenta mil pequenos associados que, atualmente, integram os quadros dos dois mil e poucos clubes agrícolas registrados no S.I.A..”¹²⁸

Em outro documento intitulado *O Ministério da Agricultura a Serviço do Desenvolvimento*, lançado em 1959, com uma “síntese das atividades realizadas em 1957-1958” pelo Serviço de Informações Agrícolas, também se fala da retomada da revista, mas não sobre o ano em que suas atividades foram paralisadas:

“As publicações periódicas – jornal mensal ‘Informação Agrícola’; ‘Carta Semanal’ e ‘Noticias Bibliográficas’ – foram mantidas com regularidade, tendo sido retomada a publicação da revista ‘Brincar e Aprender’, **destinada ao Professorado rural e os clubes agrícolas**, cuja edição fora suspensa há alguns anos.”¹²⁹

Sendo assim, examinei a revista nos anos a que tive acesso, observando sua estrutura e mudanças nas seções, quais estavam presentes em mais de um volume, se existiam seções permanentes e os conteúdos publicados em cada período. Nota-se que as seções podem se repetir por alguns números, mas isso não é uma regra, até porque a revista volta em 1958 com uma repaginação e não necessariamente mantendo as divisões anteriores, mas sempre com o foco nas atividades dos Clubes e nas políticas

¹²⁸BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Jorge Pinto. *Clubes Agrícolas*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1949, 2. ed.. (Série Clubes Agrícolas, 01). Primeira Edição: 1943., p.7.

¹²⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. *O Ministério da Agricultura a Serviço do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1958, p.94. Grifos meus.

voltadas para o campo que poderiam beneficiar essa instituição extraescolar de ensino. Dentre as seções presentes em um maior número de edições estavam as que tratavam de questões da terra como botânica, horticultura, animais, etc. como, por exemplo, “Aulas do Tio Basílio”; “As lições do mestre Jenuíno”, “Conversa com o velho João Fungêncio” e “Bichos do mato”.

Outras seções que se repetem são aquelas que traziam curiosidades, pequenas perguntas para os clubistas, frases de grande intelectuais e significado de palavras faladas em diferentes regiões, como “Fique sabendo”; “Veja se acerta”, “Pensamentos”; “Palavras cruzadas”; “Dicionário pitoresco”.

Existiam, também, seções sem periodicidade fixa, mas que podiam aparecer em dois volumes seguidos, por abordar algum assunto do momento, tais como comemoração de alguma data importante ou a continuidade de uma história que ia sendo contada em partes, até mesmo em forma de história em quadrinho. Este é o caso das seções “A história da siderúrgica no Brasil”; “Horta da vitória”; “7 de setembro”; “Os sertões”, “No tempo do ouro”.

Outras seções frequentes na revista eram aquelas nas quais professoras e alunos eram estimulados a escrever sobre seus Clubes, sobre as atividades que realizavam, o que foi produzido e, até mesmo, comentários sobre materiais recebidos do Ministério da Agricultura: “A sua página - pense e escreva para Brincar e Aprender”; “Cooperativismo escolar”; “Cooperando”; “O que se faz nos clubes agrícolas”; “O que vai pelos Clubes Agrícolas”; “Publicações recebidas”; “O jardim dos clubes agrícolas”; “Nos clubes agrícolas”; etc. Algumas dessas seções eram dirigidas diretamente aos alunos e tinham conteúdo lúdico como as historinhas com personagens sempre ligados ao meio rural, outras procuravam dialogar com os alunos ou com as professoras buscando dar ideias de atividades que poderia ser feitas.

A *Brincar e Aprender* se modifica ao longo dos anos, mas não foi objetivo deste trabalho acompanhar em detalhes o que cada seção abordava e qual seu objetivo. Optei por observar e analisar as questões que tinham uma enorme importância para esse periódico, principalmente a busca em dar visibilidade às atividades realizadas pelos Clubes para a educação desses jovens, como a revista buscava apresentar os Clubes como projeto nacional e quais os conteúdos publicados que pudessem ser de interesse para a educação realizada por eles.

3.2 Atividades destinadas aos jovens rurais na *Brincar e Aprender*

Podemos acompanhar as atividades sugeridas e, também, as realizadas pelos Clubes através da revista sob mais de um ângulo. Ou seja, a partir dos relatórios reproduzidos nas seções da revista nos quais descrevem atividades em curso, a partir das orientações e sugestões da revista às professoras ou, até mesmo, relatos supostamente enviados por iniciativa das próprias professoras para divulgar o que estava sendo feito em seus clubes, como uma forma de exemplo e estímulo para os demais clubistas.



Figura 6 e 7: *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Ano VII nº28. Rio de Janeiro – Brasil. 1948 (contra-capa)

Em 1944 podemos observar uma das seções que apresenta o título “*O Clube Agrícola nº 879 é dos mais eficientes do Brasil,*”¹³⁰ divulgando as atividades do Clube Agrícola ligado ao Grupo Escolar Getúlio Vargas, em Niterói. Um dos clubistas, Newton José Peralta, que era o presidente do Clube enviou para o Serviço de Informação Agrícola um relatório com as atividades desenvolvidas pelos sócios e coordenado pela professora:

“*A horta ocupa uma grande área - 1.097 m² - possuímos 93 canteiros entre os cultivados e os do campo de experimentação.*

Têm sido feitas várias excursões e visitas, inclusive ao setor da L.B.A., no Horto Botânico de Niterói, onde os sócios visitaram a horta aí existente, recebendo sementes e cartazes de propagandas.

Todos os alunos mostram-se bastante interessados em trabalhar na horta, demonstrando assim compreender a principal finalidade do Clube, que é despertar o amor pela terra e pelos trabalhos agrícolas”¹³¹

“Quem Nunca Plantou, jamais sentiu a alegria de colher que estas duas clubistas agora experimentam.”



Figura 8: Com a legenda acima a revista divulgou atividades do Clube Agrícola nº 879, localizado em Niterói. *Brincar e Aprender*. Ano III, nº 12, 1944, p.32.

Como podemos perceber, a prática de plantio e colheita em hortas era uma das atividades mais comuns realizadas por essas instituições e está sempre presente nos

¹³⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº 12, 1944, p.32.

¹³¹ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Op. cit., pp.32-33.

relatórios que são enviados ao S.I.A., inclusive através de fotografias. Composto com textos ou apenas acompanhadas de legendas e títulos, as imagens cumprem duplo papel. Ao mesmo tempo que, nos relatórios anuais do Ministério da Agricultura, elas atuam e informam sobre atividades realizadas, participam de prestação de contas sobre gastos e recursos humanos envolvidos nos Clubes Agrícolas, nas páginas da revista e dos folhetos as fotografias servem como estímulo à criação de clubes ou “cartilha” para orientar atividades produtivas.



Figura 9 e 10: A legenda destaca a “técnica” no plantio de tomates. Abaixo o “aprender ‘fazendo’”, uma das instruções para os clubes. BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Jorge Pinto. *Clubes Agrícolas*, 1949, op. cit., p. 25 e 33.



Já a coluna “*O que se faz nos Clubes Agrícolas*”, destinava-se a divulgar relatórios e notícias que os Clubes de todo o país enviavam ao S.I.A para publicação. Em um mesmo número, um Clube de Minas Gerais e outro de Pirai, por exemplo, falavam de suas hortas e do que nelas era plantado; outros Clubes reportavam, ainda à

organização da biblioteca, jardins e daquilo que os Clubes produziam e até mesmo dos produtos comercializados e valores arrecadados. Em 1951 essa coluna permanecia, mas com uma pequena alteração em seu título, que agora era “*O que vai pelos Clubes Agrícolas*”, que noticiavam, por exemplo, um relatório anual referente ao ano de 1948, contado a história da criação de um Clube e suas atividades, reforçando a ideia de aprender a trabalhar na terra como uma brincadeira saudável e prazerosa.

“Do relatório anual (1948) do CLUBE AGRÍCOLA WALMIR PEIXOTO, número 1279, extraímos os seguintes trechos, dignos de divulgação: O Clube Agrícola Walmir Peixoto foi registrado no Ministério da Agricultura sob nº 1.279.

Datou de sua fundação de 24 de junho de 1947, razão por que não houve relatório pormenorizado desse ano.

Como a cadeia de Clubes Agrícolas do Brasil, o nosso tem como ideal difundir no coração dos pequenos brasileiros de hoje o amor à sua Pátria; e o desejo de vê-la vitoriosa os impulsiona ao trabalho com alegria e dedicação. Eles são crianças e brincam. *É um prazer brincar com aves, colmeias, plantas e ferramentas e ter a certeza de que no brinquedo encontram a base do nosso Brasil.*

Atividades

As nossas atividades no ano que finda se concretizaram principalmente na ampliação dos empreendimentos iniciados existentes e na *utilização prática das aulas recebidas*. Assim, pois, passaremos a fazer uma exposição dos trabalhos realizados:

Ampliações – fizemos um aumento considerável no nosso pomar, plantando: 36 coqueiros anões 48 ateiras 31 mangueiras enxertadas 20 mamoeiros 25 goiabeiras 20 maracujazeiros 5 caramboleira 6 romãzeiras 8 parreiras. (...)

Atividades Sociais – Realizamos no decorrer deste ano 18 sessões de estudos, 5 sessões solenes e 3 sessões ordinárias. Nas sessões de estudo foram ministradas pelo Dr. Walmir Peixoto aulas de Horticultura, Floricultura, Fruticultura, Avicultura, Indústrias Rurais, etc. De todos estes assuntos recebemos noções gerais e mais vastas dos 4 primeiros, *dos quais tivemos prática mais intensa*. Recebemos também instruções sobre como devemos combater a saúva e os insetos inimigos do homem e das plantas.

Comemoramos também em sessão solene o aniversário de nosso Clube, o dia do Trabalho, o dia da Árvore e o encerramento do ano letivo. Por esta ocasião foi eleita e aclamada Diretora do Clube D. Lucinda Pires de Saboia que vinha substituindo D. Maria Alice Bezerra Maia, transferida desde agosto para outra Escola.”¹³²

Nessa passagem vemos um relatório publicado na íntegra, o que não é muito comum no periódico, no qual se observa o aprendizado prático incentivado nesse espaço

¹³² BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano VIII, nº33,1951, p.10. Grifos meus.

coletivo, a partir da criação de hortas e cultivo de árvores e outras espécies. Além disso, demonstra o incentivo à comemoração de datas como o aniversário do Clube, o dia do trabalho o dia da árvore – que para eles era de extrema importância – e o fim do ano letivo. Em outras publicações da revista vemos ainda comemorações de cunho patriótico como a data da Independência.¹³³ Ainda nessa seção a revista publica as atividades de outro clube no segundo semestre de 1948 divulgando atividades ligadas diretamente ao cultivo do solo, como a criação das hortas e de pomar. A preocupação com a alimentação é bem marcada em várias seções e trechos da revista.

As atividades do nosso Clube Agrícola, durante este segundo semestre, apresentaram sensíveis progressos. Dia a dia vão-se estabilizando os serviços, ocasionando os aumentos da produção. Já vai longe o tempo, o ano de 1947, em que nossas únicas culturas consistiram em mandioca, batata doce e cebola. Neste ano nossa horta produziu de tudo e desejamos, no futuro, aumentar a quantidade e as qualidades de verduras. **O interesse demonstrado não é simplesmente uma questão de produção, mas de alimentação.** As benéficas e saborosas verduras produzidas destinam-se exclusivamente para alimentação dos próprios produtores. É tudo consumido no Orfanato A economia resultante é dificilmente calculável, e o auxílio para obra é incontestável, pois, recente como é, muitas são suas despesas com construções e com o aparelhamento indispensável de suas instalações. Em curto relance, podemos verificar o progresso do nosso Clube, relativamente ao primeiro semestre semeamos 1.400 gramas de sementes e transplantamos 12.000 mudas, agora semeamos 2.500 gramas e transplantamos 15.882 mudas. E a colheita também o prova. Só houve decréscimo nos pimentões, chuchus, berinjelas e nas frutas (excetuadas as ameixas), porque justamente a produção é antes de junho.¹³⁴

As mesmas atividades enfatizadas pelas páginas da Brincar e Aprender foram lembradas no primeiro volume da Série Clubes Agrícolas, de 1958, destacando tarefas de clubistas e clubes por todo o país com destaque para a jardinagem, atividade essa muito presente nos clubes, voltadas para a formação desses jovens como futuros trabalhadores do campo. Outras como a chamada “Linha e Agulha” buscavam ensinar os jovens, principalmente as meninas, a costurar pequenas peças. Não se pode esquecer

¹³³ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº12, 1944.

¹³⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Rio de Janeiro, Ano VIII, nº33, 1951 p.10. Grifo meu.

que um dos conhecimentos passados para as clubistas era a educação doméstica, ou seja, o ensino sobre como cuidar da casa, cozinhar, higiene, alimentação e corte e costura.

3.3. O projeto dos Clubes Agrícolas na *Brincar e Aprender*

A primeira edição da *Brincar e Aprender* foi publicada em maio de 1942 porém, os números que sobreviveram, e que formam a coleção da revista disponível para consulta, iniciam a partir da décima primeira edição, referente a maio e junho de 1944, apresentada como “Nova fase da Revista”.¹³⁵ Em 1944, quando a Revista estava no seu terceiro ano foram publicados três números: nº11 (maio-junho), nº12 (Agosto – setembro) e nº13 (outubro-dezembro).

Portanto, o primeiro número de 1944 que inaugurou a “nova fase” foi também a edição comemorativa dos dois anos da publicação. Assim, já na contra capa há um texto lembrando a criação e trajetória da revista, anunciando seu crescimento e mudanças gráficas, mas, reafirmando seu objetivo inicial de ser um meio para estreitar o contato entre os diversos Clubes.

“No primeiro ano de sua publicação, cinco números foram distribuídos e circularam outros cinco em 1943. Este é, portanto, o nº 11 de BRINCAR E APRENDER, que entra no terceiro ano de existência revestido de uma feição, *mais rico em matéria, ampliadas as antigas seções, aumentada a tiragem, mas conservando inalterável o seu programa*, no qual prosseguindo com o mesmo entusiasmo, a mesma sinceridade, o mesmo propósito de ser útil aos Clubes Agrícolas.”¹³⁶

¹³⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº11, 1944.

¹³⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº11, 1944, Contra Capa.



Figura 11: *Brincar e Aprender*. Brincar e Aprender – Ano XII- nº39, 1960. (contra capa)

Para fomentar maior participação nos Clubes o Serviço de Informação Agrícola, através da Revista, promoveu alguns concursos, que ao meu ver eram formas de deixar valores burgueses se infiltrarem, como a maximização produtiva da competição, como já citei anteriormente. Em 1944 que tinha como chamada “*Qual o Clube Agrícola mais completo do Brasil.*”¹³⁷ Os prêmios eram compostos por máquinas e utensílios agrícolas com custo elevado para o padrão das instituições mas, para ganhá-los, o Clube deveria atender todas as exigências requeridas pelo S.I.A.:

“Ganhara a melhor colocação o Clube Agrícola cuja organização *mais se aproximar daquela que, estatuída pelo S.I.A., deve ser considerada a mais perfeita e completa* para as entidades dessa natureza existentes no Brasil. As colocações subsequentes serão conferidas aos Clubes que possuam organização aproximada ao do primeiro colocado, prevalecendo para a classificação, em ordem decrescente, *o numero das atividades que exerce em relação ao programa de trabalhos* que serão de base para o julgamento que é, como já foi mencionados, o que a S.I.A. elaborou para os Clubes Agrícolas do Brasil.”¹³⁸

Tanto para participar do concurso quanto para manter atualizado o MA e poder publicar as suas atividades, os Clubes deveriam mandar junto ao relatório, sempre que possível, fotografias do espaço de convívio dos clubistas e das atividades, para se ter uma noção das práticas que estavam sendo realizadas. Em muitos desses relatórios a

¹³⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº11, 1944, p.07

¹³⁸ *Id. Ibid.*, p.07

diretoria e principalmente as professoras tinham o costume de mandar agradecimentos ao Ministério, destacando a importância da criação dos Clubes para a comunidade, como se pode ver a seguir:

““As crianças educam os adultos

O Serviço de Informação Agrícola recebeu interessante relatório do Clube Agrícola ‘Dr. Olindo de Oliveira’ anexo ao Grupo Escolar de Gaiandera, Estado de Goiás.

Segundo o referido relatório, a pequenina entidade escolar, fundado em novembro de 1942, está realizando, com a colaboração recebida, um excelente trabalho educacional e de propaganda em torno de uma boa documentação, baseado nas vitaminas das hortaliças. Esclarece mesmo o relatório que, antes da existência do Clube, os habitantes daquele sertão, salvo raras exceções, não incluíam nas suas refeições o uso das hortaliças. Hoje entretanto, um grande número de pessoas já se alimenta melhor e mais barata graças às práticas da horticultura. O Clube Agrícola mantém uma pequena biblioteca com folhetos do Ministério da Agricultura, facultando a todos os conhecimentos necessários. Trabalha assim para o generalizar a criação de hortas, granjas e pomares, o que vale por um incentivo ao programa de fomento da produção.¹³⁹

Analisando essa edição de *Brincar e Aprender* me deparei com um artigo em que pelo título já indica com clareza sua intensão: “*Brincando de Trabalhar.*”¹⁴⁰ Ele se refere especificamente ao Clube Agrícola localizado no Butantã, em São Paulo, considerado um dos mais eficientes, e que descreve que os jovens brincam de plantar e colher além de cuidar dos animais.

“Há mil maneiras de brincar, todas elas divertidas para a alma alegre das crianças. Brinca-se de berlinda e cabra-cega, de pique e amarelinha, de roda e de tempo-será, de mamãe-posso-ir, de correr, pular carniça, de tudo, enfim, até de...trabalhar!”¹⁴¹

Essa associação entre brincadeiras e trabalho e as referências contínuas ao trabalho de crianças e jovens era muito comum em publicações do Ministério da Agricultura e, portanto, não seria diferente nos Clubes. Em todas as publicações de

¹³⁹BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº 11, 1944, p 12

¹⁴⁰BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº 11, 1944, p 20

¹⁴¹ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº 11, 1944, p 20

“vulgarização técnica” acreditavam que estavam ajudando a formar e ensinando futuros trabalhadores rurais, quem sabe grandes agricultores. O próprio nome do periódico, *Brincar e Aprender* sugere e reforça o trabalho através da brincadeira, uma vez que ela procura apresentar as práticas de trabalho na terra sempre de forma lúdica e por meio de brincadeiras e atividades prazerosas.



Figura 12: “Brincando e aprendendo”, diz a legenda que acompanha esta fotografia. Fonte: BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Jorge Pinto. *Clubes Agrícolas*, 1949, op. cit., p. 25



Figura 13: *Brincar e Aprender*. *Brincar e Aprender* – Ano XII- nº39 (final da revista)

Logo, a educação deveria ser voltada para a valorização do trato com a terra, com a maquinaria agrícola e, claro, voltada para o aprendizado no que havia de mais moderno para a produção na terra. Em 1944 já se observa claramente mudanças em relação ao modo de conceber o ensino agrícola na década anterior, principalmente aquele do período da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, pois agora não mais se

ensina apenas a alimentação saudável e cuidados de higiene, mas um novo foco do conhecimento transmitido. Isso fica nítido em outro artigo denominado “*Os Grandes começam pequenos*”, como mostra a passagem a seguir:

“A reorganização do ensino público primário do Distrito Federal tem como objetivo proporcionar à criança uma educação adequada à nossa realidade social, não se restringindo apenas ao ensino metódico de umas tantas disciplinas, que embora constituam os fundamentos da cultura humana, conservam-se inteiramente alheias à experiência da vida como expressa o decreto que criou, o ciclo prevocacional visa ‘a iniciação no trabalho adaptado às solicitações econômicas e sociais de cada região’. Assim, as crianças do DF vão receber uma educação que as *habilitará a enfrentar mais tarde a luta pela vida, em vários setores de atividade, pois tiveram a indispensável iniciação profissional*. Adquirindo na infância o gosto pelas atividades peculiares a cada uma de tais atividades.”¹⁴²

Um outro conjunto de textos presentes já no primeiro número da Revista em 1944 e que se manteve ao longo dos números, é composto por histórias em formato de fábulas e geralmente com um sentido moral ao final. Pelo que observei, algumas dessas histórias mantiveram-se presentes por vários anos da publicação, levando os jovens a ficarem íntimos dos personagens, como por exemplo, as “Aulas do Tio Basílio” escritos por Leonam de Azevedo Pena, um Agrônomo do Serviço Florestal e Professor dos cursos de Monitores Agrícolas da L.B.A.

Pelo que pude notar as histórias do Tio Basílio estiveram presentes durante quase todos os números da década de 1940. Tio Basílio era o personagem responsável por ensinar diversas coisas, mas principalmente sobre horticultura, passando conhecimentos sobre botânica. Paralelamente, as “aulas” do Tio Basílio propunham reflexões sobre o país e o período vivido:

“Queridos sobrinhos: já lhes falei a respeito da horticultura, na acepção em que é tido no nosso caro Brasil. Esse assunto foi escolhido tendo em vista as *necessidades do momento*. Ao *cruel estado de guerra* em que nos achamos. Quando Tio Basílio era criança, como

¹⁴²BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº 11, 1944, p 30 Grifo meu.

vocês, houve outra grande guerra, chamada “Guerra Europeia”, embora dela tenha participado países da América e entre estes nossa Pátria querida. Naquela ocasião, fosse porque o engenho destruidor estivesse mais atrasado, fosse porque a extensão da luta tivesse menor vulto, não sofremos aqui, nesta terra pacífica e dadivosa, tantas privações quanto as que agora nos afligem. De modo que no tempo do Tio Basílio não houve o grande momento em torno da produção de víveres e utilidades como acontece agora talvez mesmo naquele tempo houvesse um pouco menos do espírito de providência e organização de que é dotado o homem atual, mas, certo é que não houve no período de conflagração de 1914-1918 o empolgante movimento que hoje se verifica visando o aumento de produção agrícola e industrial. *As ‘hortas da vitória’ levaram Tio Basílio a falar sobre horticultura, nas aulas anteriores. (...)*¹⁴³

Tio Basílio fez referência a Horta da Vitória uma criação da Legião Brasileira de Assistência – L.B.A, com a intenção de educar os jovens, inclusive nas cidades, a plantar para o seu sustendo, nesse caso para diminuir o impacto econômico que o país estava sofrendo com a Segunda Guerra Mundial. A revista levava a acreditar que a criação de hortas e com o devido transporte, os alimentos cultivados pudessem ser enviados aos soldados que estavam lutando na Guerra. A escolha do nome Vitória, sinaliza para o esforço das crianças e jovens que “trabalharão para a vitória do nosso querido Brasil.”¹⁴⁴ Nessa conjuntura da Guerra, ganhou força no movimento clubista a associação com as forças armadas e o “esforço de guerra” continuamente estimulados e valorizados em manchetes na imprensa diária do Rio de Janeiro.

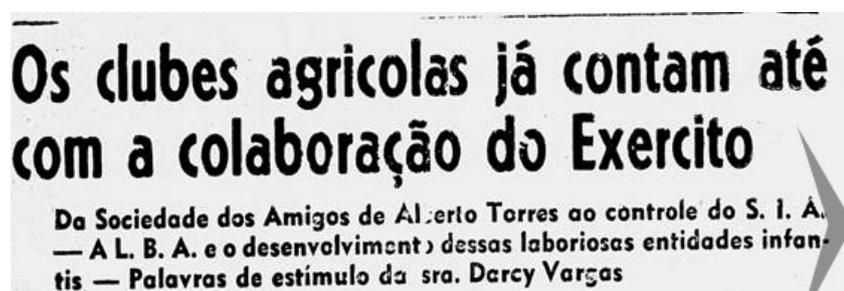


Figura14: *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1944, p.3

¹⁴³ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº12, 1944, p.03.

¹⁴⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº11, 1944, p.6.

A “Horta da Vitória” foi abordada em dois números da *Brincar e Aprender* publicados em 1944, incentivando o cultivo da horticultura mas, também, o sentimento de patriotismo que deveria surgir e crescer com essa atividade, sendo incentivado pela LBA e também pelo Presidente da República em discursos. O incentivo à “Horta da Vitória” era dirigido a todo meio rural e não somente aos Clubes, buscou-se intensificar sua criação com apelos aos agricultores, escolas, Clubes ou qualquer instituição com um pedaço de terra. Cultivar para si e para ajudar o país, era um dever de todos, como deixa entender Vargas em seu discurso:

“Todo aquele que, dispondo de um trecho de terra e podendo semeá-la, a abandona, não cumpre seu dever para com o Brasil, não está contribuindo para o esforço de guerra do país e, mais ainda, está facilitando o encarecimento da vida. Todo aquele que, embora, podendo, não planta o necessário, pelo menos para seu consumo, tem que adquirir de outros e até do estrangeiro, estabelecendo concorrência e elevando os preços dos gêneros de primeira necessidade.”¹⁴⁵

Em algumas partes da revista há pensamentos, em forma de notas e algumas vezes esses textos são atribuídos ao Presidente Getúlio Vargas, como no número doze da revista:

“O homem sente-se preso à terra quando ela corresponde generosamente ao seu esforço. Para que tal aconteça, torna-se necessário saber aproveitá-la, escolhendo-a onde seja fértil à semente e saudável à vida.

A consecução desse objetivo exige, como soluções primárias educar as populações rurais e, ao mesmo tempo, valorizar economicamente o interior, povoando-o e saneando-o”

Getúlio Vargas”¹⁴⁶

Durante esse ano, várias são as notas/pensamentos atribuídos a Getúlio: “Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguiremos já um só meio, uma só terapêutica, uma só

¹⁴⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº13, 1944, p.01.

¹⁴⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº12,1944, p.14.

providência: - é preciso que todos os brasileiros recebam educação.”¹⁴⁷ E algumas paginas mais adiante: "Não há Estados Grandes e Estados Pequenos; Estados ricos e Estados pobres; Estados que mandam e Estados que obedecem. Todos são iguais e todos são pequenos. Grande é apenas o Brasil.”¹⁴⁸

A meu ver as palavras de Vargas eram apresentadas como lemas para a população e soavam como um incentivo. As frequentes citações de certa forma o aproximavam não só dos jovens como da comunidade da qual faziam parte, era uma forma de aproximar essa sociedade da figura do líder da nação.¹⁴⁹ Outra forma de incentivo era publicar, e divulgar entre os demais Clubes, como alguns clubistas estavam sendo bem sucedidos, principalmente aqueles registrados e considerados completos pelo Ministério da Agricultura.

Ao longo desses números da revista encontramos soltos ou agrupados inúmeros “pensamentos” de intelectuais e também pequenas notas, como a de um professor a respeito da missão que a educação rural tinha sobre seus educandos, que era exatamente o que se buscava com os Clubes:

“A educação rural, entrelaçamento harmônico de tudo o que educa, civiliza, aperfeiçoa, enraíza o homem ao seu próprio ‘habitat’, está reservada a missão de preparar as gerações futuras, renovando-as e fixando-as, para desenvolvimento e progresso da própria terra
Prof. Mario do Carmo Ramos Pinto Ribeiro”¹⁵⁰

Outros conhecimentos passados para os alunos através de alguns artigos é a questão da higiene. Essa seria uma das primeiras transformações da “mentalidade” no campo na concepção divulgada pela revista. Ensinar os jovens e sua comunidade a

¹⁴⁷ Id. Ibid., p. 06.

¹⁴⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº12, 1944, p.08.

¹⁴⁹ Conforme LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, Papirus, 1986.

¹⁵⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº11, 1944, p.10.

adquirirem hábitos de higiene para que fossem evitadas doenças muito comuns no meio rural.

“O Valor dos hábitos de higiene

A maneira pela qual uma criança aprende a executar os hábitos de higiene que lhes foram ministrados tem grande valor para o seu futuro quando atingir a idade adulta, porque o próprio desenvolvimento mental e principalmente a saúde dos futuros homens estão intimamente ligados ao aproveitamento desses hábitos. A vida e a evolução normal da criança merecem muito cuidado e se aos pais cabe velar pelos filhos, procurando o médico a fim de ajuda-los na sua assistência e educação, aos filhos também cabe o dever de auxiliar os pais nessa tarefa, conduzindo-se com boa vontade e solicitude.

Aprendendo a treinar desde cedo, com alegria e regularidade, os bons ensinamentos, a criança estará recebendo deles as primeiras lições da formação de caráter e aprenderá também a desenvolver no mais ‘alto grau o espírito de sociabilidade, assim como os seus músculos pela ginástica, a vestir-se sozinha, a cuidar de seu corpo, de suas roupas, de seus estudos, de se mesma, enfim, tornando-se independente e capaz de colaborar com os membros de sua família para a satisfação de todos. *Seguir com o prazer a orientação e os conselhos recomendados pelos pais, professores e médicos é dar um grande passo para a felicidade futura.* Evitar o perigo das moléstias contagiosas, impedir que as moscas e outros insetos pousem nos alimentos, ter como norma de programa diário banhar-se, escovar os dentes, trazer as roupas limpas, as mãos asseadas, as unhas aparadas, alimentar-se a horas certas, viver ao ar livre, brincar e cumprir as obrigações da escola e do lar, é realizar uma esplêndida norma de bem viver e se juntar a tudo isso o espírito de ordem, o prazer nas seus próprios brinquedos, na ajuda aos trabalhos dos pais, conservando-se sempre bem humorado e alegre, é seguir uma trilha segura para o sucesso da vida. (Colaboração do Departamento da Criança)”¹⁵¹

A exaltação do meio rural estava sempre, de alguma forma, presente no periódico. Na coluna “*Pensamentos*” são publicadas várias frases relativas à terra como riqueza, deixando transparecer a preocupação com o êxodo rural que ocorria nesse período pois, afinal, a cidade crescia, porém não absorvia a mão-de-obra proveniente do campo. Outros pensamentos eram reflexões sobre diversos assuntos, tal como se segue:

“PENSAMENTOS

Não receie a adversidade: lembre-se de que os papagaios de papel sobem contra o vento, não a favor deles. Hamilto Mabie

¹⁵¹ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano III, nº13, 1944, pp.25-26.

Basta um minuto para fazer um herói; mas é necessário uma vida inteira para fazer um homem bom. P. Brulat.

Não cometas nenhum ato vergonhoso nem na presença de outros nem em segredo. A tua primeira lei deve ser o respeito a ti mesmo. Pitágoras

As terras são riquezas mais estáveis e firmes do que as riquezas provenientes da indústria mercantil. Machiavelli

Eis o conselho que certa vez ouvi alguém dar a um jovem: 'Faça sempre o que tiver receio de fazer'. Emersão Prática cada ação como se fosse a última da sua vida. Marco Aurélio"¹⁵²

O ano de 1948 possui três números que abarcam o ano todo. O primeiro é pertinente aos meses de janeiro, fevereiro e março e apresenta um artigo intitulado "*Brincar, Aprender e Produzir*", escrito por José A. Vieira, jornalista e técnico da Divulgação Rural, diretor do S.I.A. a partir de 1956.¹⁵³ O autor diz que os Clubes conseguem atingir não só o objetivo educacional, como também, o econômico:

"Visam inculcar na consciência de seus sócios o amor a terra, o sentimento da nobreza das atividades agrícolas e a ideia do seu valor, dignificar o trabalho manual, *mostrar os perigos do urbanismo e do abandono dos campos*, desenvolver o espírito de cooperação incentivar a policultura e a pequena criação, formar e cultivar hábitos de economia doméstica, fazer propaganda da vivenda alegre, confortável e higiênica, enfim, colaborar para o melhoramento permanente da vida rural."¹⁵⁴

Ainda nesse artigo, vemos que a *Brincar e Aprender* também elabora a memória dos Clubes Agrícolas, contando um pouco da história do seu surgimento ligado ao movimento da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres* e depois, quando os clubes já estavam sob a coordenação do Serviço de Informação Agrícola, na década de 1940, como já mencionei. Logo, o periódico é também um lugar onde se elabora e divulga uma memória do ensino rural e, em particular, da história dos clubes agrícolas.

José A. Vieira afirma que inúmeras instituições públicas e até mesmo privadas apoiaram, de alguma forma, esse movimento ajudando na difusão dos Clubes Agrícolas.

¹⁵² Id. Ibid., p.21.

¹⁵³ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano VII, n°28, 1948, p.05.

¹⁵⁴ Id. Ibid., p.05.

Afirma que o S.I.A, em 1946 criou a chamada *Seção de Clubes Agrícolas* e que haviam 1.300 clubes espalhados por todo o país citando os estados que mais se destacavam na expansão dessas instituições escolares: “Estado do Rio, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Distrito Federal, etc.”

“(…) Várias outras organizações federais, estaduais, municipais e particulares aderiram ao salutar movimento ruralista. Em Pernambuco, existe a Federação dos Clubes Agrícolas, subordinada ao Departamento de Educação do Estado. No Rio Grande do Sul, a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea mantém, através do seu Departamento de Ensino, 95 escolas primárias, todas com clubes agrícolas. No Estado do Rio, a campanha recebe forte estímulo da Inspeção das Escolas Típicas Rurais do Governo Fluminense”¹⁵⁵

A educação para o campo era importante não só para inculcar os valores de amor à terra, ao trabalho e à produção moderna mas para levar o país ao desenvolvimento. Em “*O Clube Agrícola e o Brasil*”, publicado no número trinta e um da revista, ou seja, Janeiro à Março de 1949, afirma que a campanha de Clubes Agrícolas será intensificada pelo S.I.A., com maior dotação orçamentária, que iria quase dobrar, e assim o MA poderia enviar mais ferramentais e outros materiais para auxiliar os Clubes.

Afirmam ainda, que técnicos do Ministério iram fazer parte dessa empreitada, para ensinar técnicas de plantação e criação para os jovens clubistas. Além disso, explicita a transformação da “mentalidade ruralista” a partir da educação que seria posta em prática pelos Clubes:

“Através desses Clubes, que já somam mais de 1.400, o S.I.A. forma nas crianças uma mentalidade ruralista, prende-as ao solo, desperta nelas o interesse pela vida do campo, contribuindo, assim, e de um modo que não pode ser avaliado, para evitar o êxodo Rural, de consequências tão desastrosas para o Brasil.”¹⁵⁶

¹⁵⁵ Id. Ibid., p.05.

¹⁵⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano VIII, nº31, 1949, p.01.

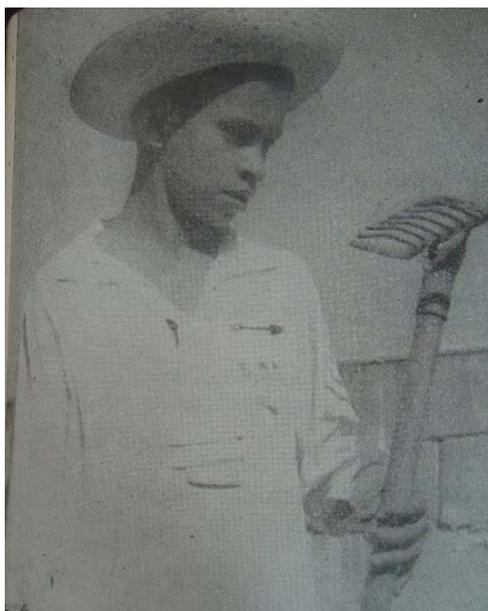


Figura 15: “Isto é também material escolar”, afirma a legenda que acompanha esta fotografia. Fonte: BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Jorge Pinto. *Clubes Agrícolas*, 1949, op. cit., p. 17

Ainda nesse número da Revista, vemos ainda um artigo “*O exemplo dos Clubes 4-H*” que busca publicizar essa experiência clubista nos Estados Unidos para ensinar práticas agrícolas aos jovens e sua comunidade. Esses Clubes iram mais tarde inspirar a criação dos Clubes 4-S aqui no Brasil, que diferentemente dos escolares, analisados nesta dissertação, não eram ligados a escolas e surgiram de acordos entre o Ministério da Agricultura e diversas agências norte-americanas, como já mencionei.

“Esses clubes são organizações de jovens de ambos os sexos que trabalham ativamente pelo progresso rural e somam 80.286, espalhados por todo o país, contando presentemente 1.759.911 associados. O seu lema nacional, 4-H, é tirado das iniciais das palavras head (cabeça), heart (coração), hands (mãos) e health (saúde) e acha-se consubstanciado nos seguintes princípios:

Eu prezo:

Minha cabeça para pensamentos claros, Meu coração para a lealdade, Minhas mãos para uma vida melhor

Em prol do meu clube e da minha Patria!”¹⁵⁷

O artigo avalia que os nossos Clubes são “idênticos” aos deles, mas que precisamos de mais recursos para que o Clube possa reavivar o campo e fazer a vida

¹⁵⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano VIII, nº31, 1949 p.10.

rural ser mais prospera. Mas de qualquer forma, é importante salientar que antes mesmo da criação dos clubes 4-S no Brasil, histórias sobre eles apareciam em vários meios de comunicação destinados à educação no meio rural, portanto não seria diferente em relação a um periódico para os Clubes Escolares tal qual é a *Brincar e Aprender*.

A tentativa de transformar os Clubes em algo maior, em um grande projeto hegemônico de educação, é observada também a partir dessas comparações com outros modelos de Clubes que apresentam uma abrangência maior em seu lugar de origem. A tentativa de padronizar os Clubes fica clara já nesse período, como, por exemplo, a ideia da criação de um distintivo, de uma flamula e até mesmo um lema, como nos Clubes 4-H citados acima, e a adoção deles em todos os Clubes do Brasil.

Não me deparei com nenhum outro artigo ou documento que indicasse que esse tipo de padronização foi feito, mas de qualquer forma é importante considerar as propostas que iam surgindo durante os anos, pois elas nos dão uma ideia dos projetos e intenções articulados aos Clubes e o que de fato foi realizado ou não.

“ (...) De um modo geral deve-se ter em conta que o distintivo será único para todos os Clubes Agrícolas, devendo ser estudado um tipo que abranja essa universalidade. Para caracterização de cada Clube talvez seja possível a adoção, no tipo único dos distintivos, do número correspondente ao Clube. É uma sugestão a ser tomada em consideração.

Além do distintivo propriamente dito, para ser usado pelos clubistas, haverá uma flâmula ou galhardete (pequena bandeira, geralmente de formato triangular), contendo os elementos do distintivo, sejam desenhos, letras ou dísticos.

Cogita ainda o Serviço de Informação Agrícola da possibilidade de estabelecer-se um lema para os Clubes Agrícolas, lema que deve ser o mais simples possível, não só na expressão como no número de palavras.”¹⁵⁸

No número trinta e três, que diz respeito a todo o ano de 1951, vemos a questão dessa unificação dos Clubes através da publicação do “Hino dos Clubes Agrícolas”, feito pelo poeta Harold Daltro com música da autoria de um professor, Felix Cleman,

¹⁵⁸BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano VIII, nº31, 1949 p.32.

que já havia recebido prêmios em concursos realizados pelo Ministério. A letra vinha acompanhada da partitura do hino para que os clubistas e professoras aprendessem a executar e a cantar. A letra se refere de forma patriótica aos lavradores como “Soldados da terra”, demonstrando sua importância para o país:

“Hino dos Clubes Agrícolas
Lavradores, soldados da terra, Somos nós e por nosso labor
Nossa Patria será mais pujante, Nossa vida terá mais fulgor!
Estribilho
Para frente, com fé juvenil! Trabalhar pelo bem do Brasil!
Com a enxada e a pá nós daremos novas forças ao nosso país! Na
fatura da terra é que brota a grandeza de um povo feliz!¹⁵⁹

Como o projeto de difusão estava sendo incentivado cada vez mais pelo Serviço de Informação Agrícola, observa-se o aumento não só da criação dos Clubes, mas da produção daqueles que já estavam lidando com a terra e aproveitando os recursos fornecidos pelo Ministério. Um dos artigos informa que as crianças produziram em torno de 70 mil cruzeiros resultantes de colheitas de suas plantações, afirmando que já nesse período o número de clubes passava de mil e duzentos, todos registrados.

Já nesse ano de 1951, os Clubes vão ganhando o contorno desejado pelo Ministério da Agricultura que mantinha um controle e registro fortes através do S.I.A. para manter uma ampla difusão e uma visibilidade maior desses espaços educacionais. Um dos artigos, presente na mesma página em que se mostra a produtividade dos Clubes, é sobre a repercussão da campanha clubista em Portugal. O Ministro das Relações Exteriores mandou uma cópia de um ofício com recortes de jornais sobre uma conferência sobre “O sentido humano e social dos Clubes Agrícolas Brasileiros”. A revista reforça que eles engratecem as agremiações e principalmente a organização feita pelo S.I.A. através do Ministério da Agricultura.¹⁶⁰

¹⁵⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano VIII, nº33, 1951, pp.16-17.

¹⁶⁰ Id. Ibid.,p.27

Foi nesse número que encontrei pela primeira vez uma referência sobre a criação da Federação dos Clubes Agrícolas em Santa Catarina, que tinha como objetivo administrar os Clubes localizados naquela região, o que nos faz refletir novamente sobre a criação de padrões, mesmo que sejam regionais.

“O ato oficial do governo catarinense, além de criar a Federação, estabelece suas finalidades e objetivos, que são, entre outros, os de estimular a fundação de novos clubes, orientar o seu registro no S.I.A. do Ministério da Agricultura, distribuir o material de trabalho recebido quer do governo federal quer do estadual, cooperar na organização de concursos e exposições e manter o fichário dos clubes agrícolas, apresentando relatório anual de sua tarefa coordenadora.”¹⁶¹

Após 1951 só pude ter acesso a outro número da *Brincar Aprender* de agosto de 1958, que é a de número trinta e cinco. Como foi dito anteriormente a revista teve suspensão suas atividades durante um tempo, o qual não consegui precisar, mas pelas publicações, observei que seu retorno ocorreu nesse ano, numa conjuntura na qual a educação rural já era cada vez mais associada às concepções e práticas de Extensão Rural, seja diretamente ou indiretamente, como fica claro em uma passagem do editorial, assinado por José Anastácio Vieira, agora diretor da S.I.A.:

“APELAMOS, para a colaboração de todos em favor da campanha dos clubes agrícolas. Hoje, são pouco mais de dois mil pequenos núcleos, *reunindo cerca de setenta mil associados*, em todo o País. Tais números precisam ser multiplicados. O S.I.A., para tanto, conta, agora, também, com a ajuda do SSR e do ETA, através dos convênios recém formados. O Ministério da Agricultura e outras autoridades emprestam todo o apoio. Vamos trabalhar e cooperar. A campanha dos clubes agrícolas pertence, principalmente, às próprias comunidades rurais e, por isso, não pode prescindir da colaboração de seus autênticos líderes. *Para esse movimento estão convocados, em caráter permanente, os professores, os técnicos, os representantes da agricultura, as autoridades públicas, enfim, o povo rural.*

As crianças, bem orientadas, agora, farão amanhã um Brasil Melhor.”¹⁶²

¹⁶¹ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano VIII, nº33, 1951, p.28

¹⁶² BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano X, nº35, 1958, p.05. Grifos meus.

No expediente da revista se pode observar a listagem de nomes de pessoas que fazem parte da equipe de redação e de ilustração, além de um texto que geralmente é de uma personalidade do meio educacional ou um nome importante que fazia parte da diretoria de algum órgão ou entidade ou que estava inserido diretamente no Estado Restrito. Assim, o texto do editorial explicava o retorno da publicação, afirmando que as dificuldades – não explicam quais – foram superadas e a revista pode retornar a circular, além de incentivar diversos setores a cooperarem com os Clubes, como foi citado mais acima.

O próximo número da revista é o trinta e seis e ele se refere ao mês de março de 1959, demonstrando que a revista não teve outras publicações no ano de 1958, salvo a de agosto. Em 1959 foram publicados três números da *Brincar e Aprender*, e busquei analisar mais a fundo, por meio de suas seções, qual era modelo de educação rural no fim da década de 1950 e como os Clubes Agrícolas se encaixavam nesses projetos.

Além de artigos tradicionais para clubistas e professoras, como atividades práticas, histórias e brincadeiras lúdicas, encontramos artigos que falavam sobre a educação, mas especificamente uma publicação chamada de “*Nosso estabelecimentos de ensino agrícola*”, elaborado pelo Professor M.C.Santos¹⁶³ e o ensino a que se referia eram destinados ao nível médio da educação, ou seja, mais profissionalizante.

“Conquanto, não seja de molde a atender em quantidade, ao menos em número crescente dos que a procuram, já é bem expressivo o número de estabelecimentos mantidos, total ou parcialmente, pelo Governo da União e diretamente subordinados ao Ministério da Agricultura, destinados todos eles ao preparo de profissionais de *nível médio* para as lides especializadas do trabalho racional do solo agricultável ou o cuidado zootécnico dos rebanhos.”¹⁶⁴

Explica que com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola definiu três categorias de estabelecimentos destinados ao ensino médio agrícola como “1) Escolas Agrotécnicas;

¹⁶³ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano XI, nº36,1959, p.20-21.

¹⁶⁴ Id. Ibid., p.20.

2) Escolas Agrícolas; e 3) Escolas de Iniciação Agrícola.”¹⁶⁵ Pode-se observar que a *Brincar e Aprender* expressava preocupação com a educação rural de forma mais ampla, e não só aos Cubes Rurais que eram ligados a Escolas primárias. Ela não era apenas um veículo de informações sobre e/ou para os clubes, mas servia como uma forma de propagar e propagandear valores, projetos e realizações do Ministério da Agricultura, principalmente referentes a Educação voltada para o campo.

Assim, vemos em uma pequena nota nessa edição sobre os Clubes - 4S, que nesse período já eram uma realidade no Brasil e que seguiam como modelo os Clubes norte-americanos que falei mais acima. Esses Clubes não eram ligados às escolas, mas tinham um viés educacional ligado aos projetos de ensino da Extensão Rural promovida pelo Ministério da Agricultura. E muitas de suas atividades se assemelhavam as dos Clubes Escolares aqui estudados.

“SÓCIOS DE ‘Clubes 4-S’

Excursionaram pelo interior gaúcho

UM grupo de oito sócios de ‘Clubes 4-S’ de diferentes municípios gaúchos realizaram proveitosa excursão pelo interior do Rio Grande do Sul, observando técnicas de trabalho e aplicado os conhecimentos adquiridos nas organizações a que pertencem. Estiveram acampados, por três dias, na Escola Técnica de Agricultura, em Viamão, onde participaram de aulas práticas e teóricas, e, dentre outras entidades que visitaram, conheceram o Posto Zootécnico das Colônias, em Montenegro, e a Estação Experimental de Pomicultura de Taquai.

‘Saber, Sentir, Servir, Saúde’

Os ‘Clubes 4-S’ encontraram no Rio Grande do Sul ambiente favorável ao seu desenvolvimento.

- ‘Saber, Sentir, Servir, Saúde’ – com estas palavras, que denotam desde logo os seus objetivos, formou-se a sigla designativa desse tipo de organização juvenil que, dia a dia, vai se estendendo pelo interior do país. Nos ‘Clubes 4-S’ as moções são orientados pelos técnicos do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, sendo, porém, considerável o número de adultos que, compreendendo o alcance da obra, nela colaboram.”¹⁶⁶

¹⁶⁵ Id. Ibid., p.20.

¹⁶⁶ Id. Ibid., p.24.

Ainda em 1959, o número trinta e sete publicado em junho deste ano, traz editorial intitulado “*Além da Escola,*”¹⁶⁷ que se refere ao desenvolvimento econômico do país entrelaçado a educação básica, que deveria ter um ensino de qualidade. Em plena era do desenvolvimentismo, fica claro que as escolas e outras instituições ligadas ao ensino agrícola deveriam ser articuladas à pauta produtivista e a *Brincar e Aprender* tornava-se um meio de propaganda da importância da escola, para que todos se dediquem a fortalecer essa educação que levaria o Brasil ao desenvolvimento não só econômico, mas também social inculcando novos valores no campo.

“Está o Brasil em fase de desenvolvimento. Não se trata de simples palavra ‘da moda’. Ela encerra um sentido de fortalecimento econômico, de mais equitativa distribuição da riqueza, de melhoria das condições de vida do povo, de estímulo à capacidade produtora da nossa gente, de expansão da força criadora do trabalho nacional, liberto de exploração secular a que tem sido submetido. E tudo mais que está implícito na ideia de ‘desenvolvimento’ interessa de perto à escola – e, portanto, a você. Somente o desenvolvimento econômico do País poderá dar uma fisionomia nova à ‘escola isolada’ das zonas rurais, florzinhas do mato, entanguida e modesta como os filhos da pobreza.”¹⁶⁸

Durante esse ano vemos também, a ideia de criar uma outra Federação, só que em São Paulo, como resultado de um convênio estabelecido para cooperação entre o Ministério da Agricultura e o Governo de São Paulo. Neste momento, a federação em criação já indicava um sentido extensionista, por sua vez reforçado pelos técnicos do Ministério.

“O titular da Pasta de Agricultura agradeceu o apoio decisivo do Governo de São Paulo à Campanha, que merece todo o amparo não só dos poderes públicos, mas também das próprias comunidades, no *melhor sentido extensionista*. Salientou que a Federação projetada, sem ser órgão do governo, mas por este apoiada, poderá empreender a necessária mobilização da juventude rural, de forma a plasmar uma nova *mentalidade ruralista* nos futuros agricultores do Brasil.”¹⁶⁹

¹⁶⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano XI, nº37, 1959, p.05.

¹⁶⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano XI, nº37, 1959, p.05.

¹⁶⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano XI, nº37, 1959, p.06. Grifo meu.

Com todo esse empenho sobre o desenvolvimentismo e a educação produtivista, pode-se observar que ensino e trabalho acabaram andando de mãos dadas ainda mais, mantendo o incentivo ao trato da terra, ao trabalho braçal e manual. De um lado os trabalhadores urbanos são exaltados, mas diante de um periódico voltado aos homens do campo, podemos ver uma crítica em relação ao menosprezo atribuído ao trabalho rural.

Assim, um dos objetivos da revista é o embate com outras ideias e projetos ligados não só a educação rural, mas a tudo que possa interferir nela. O trabalho manual no meio rural é engrandecido de forma que seja valorizado por aqueles que formam essa sociedade, demonstrando sua relevância para o progresso do país.

Em “*Importância do trabalho manual*,” o Professor Nestor Santos¹⁷⁰, critica aqueles que insistem em questionar as vantagens das aulas práticas que passam conhecimentos através do trabalho manual com a terra, aspecto muito reforçado pelos clubes, e ainda explica o seu valor.

“(…) No entanto, este pseudos observadores se esquecem que nessas ‘hortas perdidas’, os alunos estão se adaptando a um trabalho que sempre lhes será útil, embora a sua futura profissão seja completamente diversa daquela em que a base pode ser iniciada nas simples aulas de trabalho manual.

Frizamos ainda a profissão desejada e alcançada pelo aluno pode ser a mais ilustre possível, entretanto ele pode dedicar-se nas horas vagas, em casa, desenvolvendo pequenos trabalhos, como sejam de mercenária, carpintaria, e outros mais; evitando assim procurar um operário especializado e por vezes se dispor á demora possível do solicitado trabalhador e por fim o despendido em dinheiro que pode ser evitado. E não é isso só, pois sempre é agradável e serve mesmo de distração a execução de obras estranhas ao nosso ritmo de trabalho; e quando tal acontece, é motivo de alegria, é mais um feito vitorioso que conseguimos para a nossa vaidade natural.

Por ai nós vemos como é útil e necessário, a pratica do trabalho manual, aliás introduzindo como parte obrigatória para funcionamento dos colégios.

Incentivemos pois, o trabalho manual nos colégios!”¹⁷¹

Para melhor compreender o trabalho manual valorizado na revista, deve-se leva em conta a questão de educar os jovens como a máxima de “Brincar Trabalhando”, ou

¹⁷⁰ Id. Ibid. p.10.

¹⁷¹ Id. Ibid. p.10.

seja, coloca-los em contato com a terra e ter as ferramentas de manuseio como material escolar. Mas não se pode esquecer que na prática, principalmente no final do governo JK quando ocorre uma abertura da economia cafeeira para o capital estrangeiro, que na verdade essa suposta valorização faz parte do processo progressivo da subordinação do trabalhador rural ao capital. Ou seja, nesse período a mecanização e tecnicização do meio rural já ocorria em escalas significativas e era difundido de forma massiva.

Já o número trinta e nove da *Brincar e Aprender*, que é de maio de 1960 e o ultimo que tive acesso, apresenta logo um editorial cujo o título é “*Escola Pública*”.¹⁷² Nele a publicação faz uma defesa das escolas públicas, que estaria sendo negligenciada e prejudicada enquanto escolas privadas cresciam e ganhavam benefícios e verbas que deviam ser do ensino gratuito:

“Fortalecido pelo amparo estatal, ganhou o ensino particular influencia política que está usando na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para assegurar o privilegio de receber verbas transferidas do ensino público e conquistar outros, inclusive a participação em órgãos dirigentes do ensino. Estamos na obrigação de protestar contra essas pretensões. Temos que ser intransigentes da defesa da escola pública gratuita, notadamente a de nível primário. A educação é dever intransferível do Estado, se que isso implique em monopólio. É, ao contrario, a forma democrática de organização do ensino, vigente em todas as grandes ações, sem distinção de regime político. Ensino não é meio de enriquecimento de alguns donos de escolas, nem privilegio de poucos afortunados que o possam pagar. Destina-se a todos, à formação do ‘homem comum’. Esta é a missão precíua e universal da escola pública!”¹⁷³

Como pode ser observado a *Brincar e Aprender* é uma ampla publicação sobre educação rural, apresentando não só artigos diretamente ligados aos Clubes Agrícolas como também sobre ensino agrícola no geral. Abordavam tudo que pudesse beneficiar o Clube e que estimulasse e difundisse o amor ao trabalho na terra.

¹⁷² BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano XII, n°39,1960, p.05.

¹⁷³ Id. Ibid. p.05.

3.4. Conversas com as professoras

As professoras tiveram um papel fundamental como intelectuais orgânicas na organização dos Clubes e como podemos ver pelas documentações, na maioria das vezes, eram elas quem dirigiam os clubes junto com outros membros, sendo referidas muitas vezes como orientadoras. A maioria dos documentos produzidos pelo S.I.A. dialoga diretamente com a professora e poucas são as referências sobre sua formação. Algumas vezes deixam entender que elas são formadas na Escola Normal e já fazem parte da escola a qual o Clube é anexado.



Figura16: Professoras normais durante aprendizado prático em clube agrícola. Fonte: BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Jorge Pinto. *Clubes Agrícolas*, 1949, op. cit., p.41.

Por isso mesmo o folheto inicial da *Série Clubes Agrícolas*¹⁷⁴, mais precisamente o publicado como folheto em 1943 e reeditado de forma mais completa em 1949, destaca a autoridade que essa profissional detinha, pois logo no índice notamos uma seção chamada “*Conversa com a professora*”:

“Agora professora, vamos ter uma conversa. Queremos que você encontre aqui todos os elementos indispensáveis para a fundação,

¹⁷⁴ BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Pinto. *Clubes Agrícolas*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1949. (Série Clubes Agrícolas, 01, 1ª. ed.).

registro, organização, normas administrativas e de funcionamento dos Clubes Agrícolas.”¹⁷⁵

Assim, nessa seção os autores da publicação mantem um “diálogo” com a professora de forma direta, chamando-a sempre de “Você” e sempre começando com letra maiúscula, o que denota certo prestígio à tarefa do professorado. Nesse documento, em particular, procuram por meio da história do Compadre Bão, com exemplos lúdicos, demonstrar o que as professoras deveriam ensinar aos jovens Clubistas, como educação alimentar, educação econômica, educação higiênica e educação cívica.¹⁷⁶

“a) Educação alimentar – Compadre Bão, que poderia melhorar a sua quota alimentar pela adição de hortaliças e frutas às refeições, - seria só aproveitar o fundo do quintal – assim não faz, porque sua sabedoria acha que ‘verdura e fruta que não a banana, só para gringo e passarim’...

b) Educação econômica – Compadre Bão faz um roçado de milho; sua no trabalho, na queima, no plantio, nas limpas; tira umas espigas verdes, no tempo, para comer; trabalha como um escravo; quebra mais algumas espigas para o angú, a cangica, o bólo de milho. Acontece que ele tem também um capadete em época de engorda. Mais da metade do milho produzido pelo roçado, ele utiliza na alimentação do capado. Este é vendido por cem cruzeiros e compadre Bão ainda acha que ganhou dinheiro...

c) Educação Higiênica – Ele desconhece os mais comezinhos princípios de higiene na habitação, do vestuário, da alimentação e referente ao seu próprio organismo.

d) Educação cívica aqui é onde o compadre Bão ‘engancha o carro’; toma conhecimento da existência do governo pela figura do fiscal do imposto que, todos os anos, é esperado pelo Coronel; para ele. Governo e Impostos significam a mesmíssima coisa, inclusive o recrutamento...Não obstante a sua inteligência – pois que consegue com suas artes e ciência viver a sua vida -, compadre Bão vê o Governo como uma entidade extraordinariamente má, pois que só lhe chega ao conhecimento de duas únicas formas: ‘cobranças de impostos’ e ‘serviço no exército.

Compadre Bão, civicamente, forma na legião de eleitores de cabresto, de ‘chiqueiro’ ou de ‘curreal’ chamados, pois que nas vésperas das eleições, desconhecendo por completo o seu valor como cidadão, o valor positivo que teria o seu voto dado conscientemente, ele é conduzido com centenas de outros, para o pátio da fazenda do coronel, ‘dono do seu voto’ e do de todos os outros Bãos seus rendeiros, agregados, sitiantes ou moradores. E, no dia da eleição, segue do curreal da fazenda direto à seção eleitoral onde, automaticamente desenha com enorme dificuldade o seu nome de batismo na lista de chamada, depois de depositar o voto recebido em envelope já fechado,

¹⁷⁵ Id. Ibid. p. 42.

¹⁷⁶ Id. Ibid. p.44-45.

das mãos do coronel. Nisso se resume a ‘democracia’ do compadre Bão. (...)

Se fundam mais uma escola no meio rural, onde compadre Bão possui sua morada, consertam uma estrada, ou fazem mais uma avenida, não foi o Governo, foi o Coronel...

No terreno das atividades agrícolas, diz sempre que ‘está farto de promessas’ e *não acredita no agrônomo e no veterinário, ‘doutorzinho da cidade, que ‘nunca plantaram um pé de abóbora’, nem ‘nunca ferraram uma rês’...*

Mas compadre Bão deseja progredir; acham que seus filhos não devem passar pelas dificuldades que ele encontrou e vem encontrando na vida. Resume todas as suas aspirações paternas na assertiva:

- ‘É preciso aprender a ler e escrever. Ficar moço aprendido’.

Ficar um moço aprendido...Daí, quando Compadre Bão tem conhecimento de que seus filhos, no Clube Agrícola, ‘estão na enxada’, trata logo de retirar os meninos.

Você sabe, Professora, porque isto acontece ao compadre Bão. É porque ele não teve a sorte de ter quem desde cedo lhe mostrasse que pobreza não significa sujeira, falta de higiene; quem, pela merenda ou sopa escolar, acostumasse o Bão a gostar – e depois, em casa, pedir – verduras e frutas às refeições, não como enfeite, mas para suprir necessidades orgânicas; quem mostrasse ao Bão o Brasil, seu governo, para ele se tornasse um cidadão consciente dos seus direitos e deveres. *E tudo isso Você conseguirá por intermédio das atividades normais do Clube Agrícola, esclarecendo, ensinando, auxiliando, elevando o padrão de vida dos compadres Bãos que se espalham por todo nosso Brasil.”¹⁷⁷*

Em um outro tópico desse guia, chamado de “Trabalho Franciscano”¹⁷⁸,

Buhr e LAVOR sugerem que o trabalho da professora deve ir além do espaço físico do Clube Agrícola. Ou seja, ela teria como objetivo principal educar esses jovens, mas pra isso ocorrer ela deveria estar em contato com a comunidade e a família desse clubista, para que estes não interferissem ou interrompessem seu trabalho. Para prevenir essa reação ela deveria visitar as famílias e explicar a iniciativa do clubismo. Essa seria a chamada atitude “franciscana”, que se espera dela e que ajudaria as famílias a não interferirem e irem contra o tipo de ensino proposto, além de incentivar a vida no campo:

“É contra essa mística de ‘ler, escrever e contar – que toda gente, no interior do Brasil, pensa e acha que deva ser, com

¹⁷⁷BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Pinto. *Clubes Agrícolas. Op. Cit.*, pp. 44-47. Grifos no original.

¹⁷⁸ Id. *Ibid*, p 47.

exclusividade, a função da escola – *que Você tem que lutar Professora. Mas prossiga sem temor. Dê vida à sua escola. Nada de ensino puramente livresco. Ensine aos garotos sob sua orientação a viverem a vida do campo.*”¹⁷⁹

O retorno desse diálogo é apresentado sob forma de carta de uma professora, que fala sobre as atividades do Clube sob sua direção¹⁸⁰, por meio da qual a revista reforça o papel da professora como a responsável em ensinar e divulgar, entre clubistas e suas famílias, também o sentido e o funcionamento dos poderes públicos, a constituição e a democracia.

Outro conjunto de orientações às professoras diz respeito à suas funções e responsabilidades para além do ensino. Além de lidar com os alunos, a professora era a responsável pelo registro e memória das atividades do Clube. E isso é enfatizado em vários dos documentos analisados que orientam o passo a passo para a criação e registro dos Clubes. Caberia a ela, depois de empossada na diretoria, fazer a “ata de instalação” do clube, enviá-la ao Serviço de Informação Agrícola para que, após sua habilitação e reconhecimento, o Clube pudesse receber a “assistência” do Ministério da Agricultura por intermédio do S.I.A.¹⁸¹

Além de outras obrigações as professoras eram responsáveis também por assinar os papéis quando o clube recebesse os materiais necessários às atividades e orientar o secretário a elaborar um relatório mensal sobre as atividades dos Clubes, encaminhado para o S.I.A.. Esse relatório serviria não só para informar o Serviço de Informação Agrícola sobre as atividades permitindo controlar os resultados práticos e econômicos

¹⁷⁹ BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Pinto. *Clubes Agrícolas. op. cit.*, p.48.

¹⁸⁰ Id. Ibid. p. 48-51.

¹⁸¹ Id. Ibid. p.53.

do clube mas, também, poderia ser publicado na Revista *Brincar e Aprender* ou, ainda, poderia ser divulgado em outros meios de comunicação como os programas de rádio.¹⁸²

“Não pense, Professora, que se quer um relatório meramente literário: ele deve ser o mais objetivo possível. As críticas são bem-vindas, os elogios indesejáveis. Pode, por exemplo, orientar o secretário do clube agrícola para que capitulo assim o seu relatório: Número de Sessões realizadas e principais deliberações tomadas – Correspondência e relações com outras instituições – Hortas: número de canteiros, espécies cultivadas, produção e seu destino, renda – Avicultura: número de cabeças. Condições das instalações, raça criada, produção e seu destino, renda. É sempre assim, em quaisquer outros casos.”¹⁸³

A revista, portanto traduzia normas e expectativas do S.I.A oferecendo às professoras um “manual”, o que nos permite apreender por meio das suas recomendações quais eram as intenções do Ministério da Agricultura, quais os aspectos para os quais desejavam reunir informações quantitativas – que depois seriam propagandeadas – além de orientar o que deveria ser ensino e aprendizado dentro desses espaços educacionais, além de facilitar um maior controle dos Clubes por meio de uma padronização e centralização de regras a serem seguidas.

Em outro volume da Série Clubes Agrícolas intitulado “Orientação Bibliográfica para a professora Rural”¹⁸⁴ Placer Xavier, chefe do Setor de Documentação do S.I.A, orienta as professoras a respeito da biblioteca do Clube. Nesse folheto, a professora é apresentada a uma vasta indicação bibliográfica, desde obras de referência (bibliografias brasileiras, catálogos, enciclopédias, etc), textos de estudo e recreação (como filosofia, ciências sociais, ciências puras, economia doméstica, publicidade agrícola, pequenas indústrias, etc.). Além das obras ela é informada sobre as Bibliotecas do Ministério da Agricultura, os editores, livreiros e órgãos federais ligados à educação. O objetivo destas instruções fica claro logo em sua apresentação:

¹⁸² Id. Ibid. p. 55.

¹⁸³ Id. Ibid. p. 54-55.

¹⁸⁴ PLACER, Xavier. *Orientação Bibliográfica para a professora Rural*, 1955, op. cit.

“Este folheto enquadra-se no objetivo de proporcionar ao professorado do interior do Brasil – sobretudo aquele que se dedica à Campanha Nacional dos Clubes Agrícolas – o conhecimento dos textos fundamentais relativos à obra que a S.I.A vem promovendo desde 1940.”¹⁸⁵

Mas é na Revista *Brincar e Aprender* que se observa a participação efetiva das professoras nos espaços dos Clubes Agrícolas, através de artigos, ou dos programas de atividades que elas enviam para o S.I.A., pela publicação – integral ou parcial – dos relatórios encaminhados ao Ministério da Agricultura e por artigos escritos por agrônomos, bibliotecários e outros profissionais que compunham o S.I.A. e destinados diretamente para elas. A participação das professoras na Revista foi de extrema importância, através dos relatórios enviados por elas e que foram publicados em parte ou na sua totalidade, relatando as atividades que seus Clubes realizavam. Além disso, elas sugerem e contribuem com sugestões de atividades que poderiam ser desenvolvidas.

Portanto, a *Brincar e Aprender* não era destinada apenas ao aluno Clubista, mas especialmente para a Professora, para que pudesse dialogar com outros Clubes e ser orientada e supervisionada em seu papel de educadora. Portanto, a revista servia como uma cartilha ou até mesmo como um manual para alguns Clubes. A passagem a seguir faz parte de um dos artigos supostamente escritos por uma das professoras, com intuito de compartilhar com as demais as atividades que poderiam realizar junto aos Clubistas:

“A PROFESSORA que orientar a recreação tem nos jogos e brinquedos oportunidade para melhor conhecer os seus alunos, para inculcá-los a formação de bons hábitos, corrigir defeitos e formar atitudes, através das situações que o brinquedo sugere, sem deixar transparecer tal intenção.”¹⁸⁶

Um dos pontos importantes é que os Clubes atravessaram períodos de grandes transformações políticas e econômicas do país e se transformaram ao longo do tempo

¹⁸⁵ Id. Ibid. p. 7.

¹⁸⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano X, nº35, 1958, p.15.

acompanhando as mudanças, sobretudo, sociais por terem como um dos objetivos a transformação da “mentalidade ruralista” e do comportamento dos trabalhadores rurais.

Ao longo da análise pude identificar os beneficiados com as políticas em torno da Educação Rural e de que forma os Clubes ajudaram na entrada de novas ideias no campo. É nítida a metamorfose sofrida pelo meio rural com a chegada da “modernização” e do incentivo às novas técnicas de plantio e colheita, pois dessa forma vemos como o “novo” trabalhador rural vai sendo moldado não só a partir da transformação que perpassa o seu modo de produzir, como o de ver a vida no campo como o melhor caminho a ser seguido.

Portanto, essa transformação atinge a educação rural e a professora, aqui no caso dos Clubes Agrícolas, seria de extrema importância para poder transmitir aos Clubistas os novos valores:

“ (...) Esta o Brasil em fase de desenvolvimento. Não se trata da simples palavra “da moda”. Ela encerra um sentido de fortalecimento econômico, de mais equitativas distribuições de vida do povo, *de estímulo à capacidade produtora da nossa gente*, de expansão da força criadora do trabalho nacional, liberto de exploração secular que tem sido submetido. E tudo mais que está implícito na ideia de “desenvolvimento” interessa de perto à Escola – e, portanto, a você. (...) Por isso, professora, você – que é a alma da escola – *está convocada para lutar pelo desenvolvimento*. (...)”¹⁸⁷

A maioria das professoras era formada nas escolas normais mas, uma vez ou outra, o Ministério da Agricultura em parceria com outros órgãos, oferecia cursos específicos preparatórios para atuar nos Clubes, apresentando o que e como deveriam ensinar aos jovens, conhecimentos sobre educação doméstica e sobre higienização para essas profissionais com intuito de melhorar suas técnicas e atualizar seus conhecimentos sobre técnicas mais modernas de plantio, com utilização de utensílios e ferramentas mais adequadas ao projeto que visavam para o Campo.

¹⁸⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano XI, nº37, 1959, p.05. Grifos meus.

Em 1948, por exemplo, a *Brincar e Aprender* divulgou fotografia e relato com o título “*Curso de Educação Rural*”, sobre um projeto organizado e dirigido pelo professor Amaral Fontoura, Chefe das Escolas Típicas Fluminenses, que teria reunido cerca de 80 professoras de diversos municípios do interior e realizado “em ambiente de grande entusiasmo.”¹⁸⁸



Figura17: Curso de aperfeiçoamento de professoras rurais no estado do Rio de Janeiro. BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Pinto. *Clubes Agrícolas*, 1949, p. 78.



Figura 18: Curso de Educação Rural oferecido as professoras pelo Ministério da Agricultura. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Ano VII n°28. Rio de Janeiro – Brasil. 1948, p. 04

Durante o Curso as professoras fizeram excursões ao Horto da Universidade Rural, ao Museu Nacional, Museu de Caça e Pesca e Museu da Saúde Pública Fluminense. Além disso, o Serviço de Informações Agrícolas que era o responsável pelos meios de comunicação do Ministério, providenciou que as professoras assistissem filmes realizados por eles. Dentre as cátedras oferecidas pelo curso estavam:

¹⁸⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano VII, n°28,1948, p 04.

- “1. **Agricultura** – Profs. José Cordeiro e Guaraci Cabral de Lavor, ambos do Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, e Haydée Pegorim de Souza, diretora da E.T.R. de Pádua.
- 2 – **Indústrias Rurais** – Profs. Alfredo França Vieira e Gertrudes Burlein, ambos das Escolas Típicas Fluminenses
- 3 – **Sociologia Rural** – Professor Amaral Fontoura, chefe das Escolas Típicas Rurais
- 4 – **Higiene Rural** – Dr^o Myriam Cianconi
5. **Economia Rural** – Professor Domingos Abbês, da Secretária de Agricultura do Estado do Rio.”¹⁸⁹

O número e a frequência desses Cursos demonstram o quanto as professoras eram relevantes nos projetos educacionais dos Clubes Agrícolas. Acreditavam que era através delas que se poderia educar o jovem para o trabalho agrícola e inculcá-lhes valores como o amor a terra, ao trabalho manual e à família. Pois a professora era uma intelectual orgânica admirada não só por seus alunos, como também pela família deles e pela comunidade em geral. Era muitas vezes o único intelectual – no sentido de acesso à educação formal e titulação – com o qual mantinham contato, além de médicos e técnicos agrícolas. Portanto, esperava-se que as professoras fossem atuantes dentro e fora do Clube, atuando também junto à comunidade da qual fazia parte para formar e reelaborar valores de acordo com o direcionamento do projeto de educação que buscavam tornar predominante.

O sentimento de patriotismo também era muito estimulado nos Clubes, sempre procuravam enaltecer as grandezas do país e educar civicamente as crianças. Em alguns números da revista isso fica mais evidente, quando se dialoga com a professora demonstrando atividades cívicas a serem realizadas ou em meio a pensamentos para os próprios Clubistas. Em um trecho chamado “*A Vez do Gigante*”, temos essa questão exemplificada:

“Até que o gigante deu para desconfiar. Afinal, estava precisando também daquelas montanhas de ferro, e do seu manganês:

¹⁸⁹ Id. Ibid. p 04.

tinha que produzir aço – e fez Volta Redonda. Espantou-se com a sem-cerimônia dos outros, a usufruírem a força de seus rios e cachoeiras; achou que devia ele mesmo cuidar disso – e fez Paulo Afonso. Tomou conta do seu petróleo, batendo a porta na cara dos que querem avançar na sua mais recente riqueza – e fez a Petrobrás.

Muitas lições já aprendeu o gigante. Ele traz, agora, outra ideia de independência na cabeça. Ao tomar consciência de si mesmo – de suas grandezas e misérias – deixou de lado o ufanismo antigo para adotar uma nova filosofia, um novo modo de ser: o nacionalismo. E deu outro grito: o petróleo é nosso!

Ninguém mais duvida da determinação do gigante. Chegou a hora de se guiar sozinho nos caminhos do mundo livre da subordinação a interesses Alheios. E cada vez mais gigante – não apenas, pela própria natureza, mas pelo suor do seu trabalho.

Você Professora, também é responsável pelos passos do gigante. Depende de você uma parcela, a melhor parte do Brasil que começou a tomar nas mãos o seu destino. De você deve emanar o sentimento profundo dessa destinação do gigante: a posse e a exploração de nossa riquezas.”¹⁹⁰

Dessa forma, ao analisar o *corpus* documental procurei refletir sobre o papel dessa profissional para além do espaço físico dos Clubes Agrícolas, ou seja, como ela está presente na sociedade rural e qual seu real objetivo. A educação rural é marcada por tensões que ficam evidentes quando buscam transformar um projeto vigente, e isso se expressa não só nos artigos dos periódicos escritos por intelectuais ligados diretamente ao Ministério da Agricultura, mas também no processo de aprendizado dos alunos que será transmitido pelas professoras.

¹⁹⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano XI, n°36, 1959, p.04. Grifos meus.

Considerações Finais

Através do corpus documental que analisei, observei que o Ensino Rural no Brasil, ao longo das décadas aqui trabalhadas, foi objeto de intensas disputas que se expressaram em inúmeros projetos de ensino, com perspectivas e interesses de diversos grupos da Sociedade Civil. O intenso debate antes dos anos 1930 demonstra a permanente disputa travada em torno da educação para o campo que, com o passar dos anos provocou, inclusive, o enfrentamento entre duas instituições do Estado Restrito, o Ministério da Educação e Saúde e o Ministério da Agricultura, no interior do qual atuavam nomes importantes da Sociedade Nacional de Agricultura.

Analisei neste trabalho o ensino rural de nível primário, destinado as crianças e jovens rurais, voltado para a promoção da “cooperação” e preparação para o trabalho. Os Clubes Agrícolas Escolares buscaram legitimar e valorizar o trabalho no campo, através do conhecimento de práticas e equipamentos “modernos” com objetivo de intensificar a produção e, ainda, transformar o trabalhador rural, principalmente os pequenos produtores, em coadjuvante do “desenvolvimento econômico”. O capitalismo avançava no campo e se revestia sob a forma de políticas educacionais para alcançar esses trabalhadores e levar a “modernização” ao campo.

Além disso, devido ao crescimento, a partir dos anos 1950, da população em áreas urbanas com a intensificação dos fluxos de migrações do campo para cidade e o temor da expansão das ideias comunistas, principalmente no pós-guerra, a educação foi usada como estratégia para conter o êxodo rural e os movimentos sociais, sempre sob a justificativa de que o trabalho no campo é digno e fundamental para vida do país, sendo esta a “missão” da população rural.

Naquelas conjunturas o ensino rural foi fundamental para obter o controle sobre uma parte da sociedade e, assim, o que se observa é a grande disputa entre o MES, que

regia as diretrizes do ensino nacional e o MA que, mesmo com limitações devido a criação da pasta da Educação, continuou responsável pelo ensino agrícola. Os Clubes Agrícolas sob a responsabilidade do MA, mas diretamente articulado às escolas primárias do MES, é uma evidência disso. Grandes nomes da história do país, como estudiosos, intelectuais e políticos de diversas sociedades participaram ativamente dessas discussões e da criação e difusão do clubismo, como mostrado nos capítulos, deixando evidente que vários setores da Sociedade Civil e Política se articularam para tornar hegemônicos os seus projetos.

A década de 1950, demarca mudanças nos debates e concepções em torno da educação rural e de sua perspectiva pedagógica. Esse período é marcado por diversos acordos de cooperação, assistência e extensão rural firmado com agências norte americanas, que buscavam qualificar a mão-de-obra do terceiro mundo por meio desses acordos e parcerias. Os Clubes, como qualquer outra instituição, estavam inseridos nesse contexto de transformações e seus esforços cada vez mais foram em prol de um ensino voltado para a intensificação da produção agrícola e da mudança da “mentalidade” e comportamento da sociedade rural. E os sujeitos, promotores dessas mudanças seriam as crianças e jovens e as professoras, que exerciam um papel fundamental na ligação entre esses clubistas e o mundo, cada vez mais capitalista, que os cercava.

Sendo assim, considero que os Clubes Agrícolas constituíram-se como uma das “portas de entrada” do capitalismo no campo, através da promoção de mudança de valores junto a esses trabalhadores, pautados cada vez mais na tecnificação da produção, como o consumo de insumos agrícolas e máquinas modernas.

Logo, a reflexão que realizei procurou compreender que tipo de conhecimento foram divulgados junto aos sócios dos Clubes Agrícolas, seus objetivos e quem na

realidade se beneficiava dele, acompanhando mudanças de um projeto de educação de cunho mais abrangente e amplo – com a expansão das escolas primárias rurais e, junto com elas, o clubismo - para um viés produtivista e profissionalizante do ensino rural que ao meu ver foi prevalecendo no meio rural.

Fontes

Anais, relatórios e textos apresentados em congressos

ALMEIDA JR, A. “Os objetivos da escola primária rural”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 1(1), 1944: 29-35.

ALMEIDA, R. G. “A contribuição da União para a formação do professor primário rural”. ABE, *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Goiânia, jun. 1942. Rio de Janeiro, IBGE, 1944.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. (ABE), *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Goiânia, jun. 1942. Rio de Janeiro, IBGE, 1944.

AZEVEDO, F. L. “A educação primária fundamental”. In: ABE, *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Goiânia, jun. 1942. Rio de Janeiro, IBGE, 1944: 215-22.

BITTENCOURT, R. *Relatório*. In: ABE, *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Goiânia, jun. 1942. Rio de Janeiro, IBGE, 1944: 79-94.

EMELIN, D. A. V. “O professor primário nas zonas rurais: formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência”. In: ABE, *Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Goiânia, 1942. Rio de Janeiro IBGE, 1944: 343-5.

MENNUCI, S. “*Relatório*”. In: ABE, *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Goiânia, jun. 1942. Rio de Janeiro, IBGE, 1944: 289-300..

Legislação

BRASIL. DECRETO-LEI. Nº. 1.606, de 29 de dezembro de 1906

BRASIL. DECRETO nº. 8.319, de 20 de Outubro de 1910.

BRASIL. DECRETO nº 12.893, de 28 de Fevereiro de 1918.

BRASIL. DECRETO-LEI nº 868, de 18 de novembro de 1938

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 9.613, DE 20 DE AGOSTO DE 1946. Lei orgânica do Ensino Agrícola. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De19613.htm

BRASIL. Lei N. 6.114, DE 26 DE JUNHO DE 1961. Aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1961/lei-6114-26.06.1961.html>

Relatórios

BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório de Ministro (RMA)*, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. (1940 – 1951)

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Informação Agrícola. *O Ministério da Agricultura a Serviço do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1958.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Instruindo e divulgando: comunicados de imprensa*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941. v.1, n.1200 (1935-1940).

Periódicos

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL - ABCAR. *Manual dos Clubes 4-S*. Rio de Janeiro. 1959

Correio do Amanhã (1930-1960)

Correio Paulistano (1930-1960)

Diário da Noite (1940-1945)

BELO, R. A. de. "Notas sobre a educação rural". *Cultura Política*. Rio de Janeiro, 4(38), mar, 1944: 164-7.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Rio de Janeiro – Brasil. (Anos III, IV, VII, VIII, X, XI, XII) – (1944-1960)

MINISTERIO DA AGRICULTURA. Serviço de informação Agrícola. Legião Brasileira de Assistência. Cursos de Monitores Agrícolas. Rio de Janeiro, 1942

Série Clubes Agrícolas

BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Pinto. *Clubes Agrícolas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1949. (Série Clubes Agrícola, 01).

BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Pinto. *Clubes Agrícolas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1958. (Série Clubes Agrícola, 01).

PLACER, Xavier. *Como organizar a biblioteca do clube agrícola*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1955. (Série Clubes Agrícolas, 12).

Ensaaios, livros e memórias

TORRES, Alberto. *O problema Nacional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

LIMA, Alberto Sabóia. *Alberto Torres e sua obra*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1935

Documentos eletrônicos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Personagens e Pioneiros da UFV. Disponível em: <http://www.personagens.ufv.br/?area=amaury>

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/>

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves. “A ação política dos intelectuais do ISEB”. In: TODOLO, Caio Navarro (org). *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. São Paulo: Editora Revan, 2005.

_____. *A ISEB e o desenvolvimentismo*. CPDOC. FGV. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. Formação para o ensino agrícola nos Centros de Treinamento de Professores e de Auxiliares Rurais (1952-1963). *Texto apresentado no Grupo de Trabalho História da Educação (GT-02), da 35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)*, realizada em Porto de Galinhas/Ipojuca (PE), de 21 a 24 de outubro de 2012. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/08.pdf>

CAIADO, Beatriz Coelho. *A informação agrícola na época de Getúlio Vargas: o Serviço de Informação Agrícola*. Brasília, Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação, UnB, 1995.

CALAZANS, Maria Julieta; “Para compreender a educação do Estado no Meio Rural”. IN: THERRIEN, Jacques & DAMASCENO, Maria (coords.). *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papirus, 1993. 15-40

CARDOSO, C. F.: “Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas”. IN: CHEVITARESE, André Leonardo (Org). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

FERNANDES, Jacqueline Pinto. *Educação e Hegemonia: As cartilhas rurais como instrumento de difusão ideológica no Brasil (1945-1961)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FIORI, Neide Almeida. "Clube agrícola em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismo na escola". *Perspectiva*. Florianópolis, v.20, n.Especial, p. 231-260, jul./dez.2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10286/9559>

GOMES, Leonardo Ribeiro. O jovem dos Clubes 4-S como elemento difusor da modernização das práticas agrícolas em Minas Gerais nas décadas de 1950-1960. VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso. 2013 Anais

_____. *Progredir sempre: os jovens rurais mineiros nos clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2013

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

GRYNSZPAN, M.: Luta pela terra e identidades sociais. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. V (suplemento), 255-272 julho 1998.;

GRYNSZPAN, Mario, *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1987.;

JULIÃO, Francisco . *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro)

LEFEBVRE, Henri. “Problèmes de Sociologie Rurale: La Communauté Paysanne et es Problèmes Historico-Sociologiques”. In *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol VI, 1949.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, Papyrus, 1986.

LINHARES, Maria Yedda L & SILVA, Francisco C.T. *História da Agricultura Brasileira – combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense. 1981.

MAIA, Eni Marisa. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos?. *Em aberto*, ano 1, n. 9, Brasília, setembro, 1982.

MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira. 1975.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna. 1995 (Coleção Polemica).

_____. As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961). V *Congresso Brasileiro de História da Educação*, 5, 2008, Aracaju: Universidade Tiradentes; Sergipe: Universidade Federal de Sergipe. [Anais] Aracaju – Sergipe: UFS/UNIT, 2008

_____. Conflitos intraestatais e políticas de educação agrícola no Brasil (1930-1950). *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, Edunioeste, v. 10, p. 243-266, 2007.

_____. Ensino Agrícola e Influência Norte Americana no Brasil (1945-1961). Niterói, *Revista Tempo*, 2009.

_____. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

_____. & FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente*. São Paulo, Ática, 1993.

MENEZES, Liz Angelis Padilha de. *Sud Medici - Educados paulista: Arcaico ou Profeta*, São Paulo, Tese de doutorado, UNINOVE, 2005

MORAES, Agnes Iara Domingos; SOUZA, Rosa Fatima de. Circulação de modelos educacionais para a educação primária rural no Brasil (1910-1971). *XVII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação*, [anais] Unesp-Marília, 2015,

OLIVEIRA, Maria Rida Duarte de. Dos Programas Oficiais para a educação rural aos projetos de educação do campo dos movimentos sociais. *Revista Labor*, Fortaleza, v. 1, p. 1-22, 2008

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1983.

PEREIRA, Priscilla Leandro. *Os clubes agrícolas escolares na Paraíba (1930-1934)*. Relatório de pesquisa do projeto "Grupos Escolares e Escolas Rurais na Paraíba: interfaces histórico-educacionais na cidade e no campo (1930-1937)".

_____. *Educação rural na Paraíba (1946-1961): um meio para fixar o homem ao campo*. 2013. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. <http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/4762?mode=full>

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em História, UFMG, 2007

PRADO, Adonia. A.. Intelectuais, educação e Estado Novo (Brasil, 1937-1945). VIII Congresso Brasileiro de Educação - Goiânia, 1942. *Cadernos do CES* (UFF), Niterói, v. 4, p. 21-35, 1997.

_____. Ruralismo Pedagógico no Brasil do Estado Novo (1937-1945). *Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 1995, n.4, p. 5-27, 1995.

PRIORI, Angelo. *A Revolta camponesa de Porecatú. A luta pela posse da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro no campo (1942-1952)*. Assis. 2000. 338 p. Tese (Doutorado em História e Sociedade).

QUADROS, Raquel dos Santos; MACHADO, Maria Cristina Gomes. (orientadora). Gustavo Capanema: Comissão Nacional de Ensino Primário. In: *XII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação* [Anais]. Universidade Estadual de Maringá. 2013

RAMAL, Camila Timpani. O ruralismo pedagógico no Brasil: revisitando a História da educação rural. In: *JORNADA DO HISTEDBR*, 10, 2011, Vitória da Conquista. *História da educação: intelectuais, memória e política: [anais]*. Campinas: Unicamp, 2011

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra. Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954). *Revista de Educação Pública*. Cuiabá, v23, n.54, 2014, p.877-896.

SILVA, Fernanda Xavier da. Revisitando o ISEB: uma análise do primeiro momento de Hélio Jaguaribe. Texto apresentado no *36º Encontro anual da ANPOCS*, Águas de Lindóia / SP, 21 a 25 de outubro de 2012.

TOLEDO, Caio Navarro de. Academia Brasileira de problemas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 16, janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/academia-brasileira-de-problemas>

XAVIER, Libânia Nacif. *Para Além do campo educacional: Um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002

WERLE, Flavia. “A constituição do Ministério da Educação e as articulações entre os níveis federal, estadual e municipal da educação”. In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (org.) *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

WESCHENFELDER, Noeli Valentina. A docência e as instituições escolares: pautas das políticas culturais para a educação rural. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.) *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí, RS: Unijuí, 2007.